

ABERTURA

MORATÓRIA DILATA PRAZOS DE PAGAMENTO

Seguros vão ser prorrogados por 60 dias

Os seguros que não sejam pagos no prazo normal vão beneficiar de uma prorrogação por 60 dias – prevê o novo regime excecional que acaba de ser aprovado pelo Governo.

A moratória para os seguros que acaba de ser definida pelo Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, mantém a cobertura dos riscos por mais 60 dias para além do limite do prazo de pagamento.

O regime determina uma compensação para os segurados quando se verifique a redução significativa ou mesmo a eliminação do risco coberto, em consequência das medidas legais de resposta à epidemia.

O diploma do Governo deixa alguns pontos em aberto. “Trata-se de um diploma que era aguardado, atenta a natureza imperativa, para a generalidade dos seguros, da regra da resolução automática do contrato em caso de falta de pagamento do prémio ou de uma fração do mesmo na data do respetivo vencimento. Há, porém, algumas questões que ficaram por resolver e que entendemos que terão que ser tratadas aquando da regulamentação do diploma por parte da ASF” – considera Ana Sofia Silva, consultora da Cuatrecasas.

Em primeiro lugar, não resulta claramente do diploma quem será a entidade a desencadear a aplica-



Para Ana Sofia Silva, não resulta claramente do diploma quem será a entidade a desencadear a aplicação do regime: se os tomadores, à semelhança do que acontece na moratória legal bancária, ou os seguradores.

ção do regime: se os tomadores, à semelhança do que acontece na moratória legal bancária, ou os seguradores. Em segundo lugar, a regra da prorrogação automática do contrato só faz sentido nas renovações. Nos casos de fracionamento mensal do prémio, o contrato não se prorroga, permanece em vigor, havendo apenas uma moratória quanto à cobrança do prémio correspondente por

sessenta dias. Com efeito, nestes casos de fracionamento mensal, aplicando-se a lógica da prorrogação, caso a partir de agora um tomador não pagasse todas as frações mensais até 30 de setembro de 2020 (que é a data em que este regime excecional deixará de vigorar), o contrato “prorrogar-se-ia”, todos os meses por 60 dias. Na prática, se o prémio se vencesse no último dia de cada mês, o prémio não pago em 30 de setembro determinaria a prorrogação do contrato até 30 de novembro, pelo que o segurador só nesta data é que poderia dar por resolvido o contrato, quando, na prática, no dia 30 de outubro, já se teria vencido uma nova fração que, em caso de não pagamento, por não estar abrangida pelo regime excecional, já determinaria a resolução automática do contrato logo em 30 de outubro. Ou seja, a lógica da prorrogação faz sentido nos prémios devidos nas renovações dos contratos e nas suas prorrogações, mas, nos casos de frações subsequentes durante a vigência do contrato, deve ser interpretada corretivamente no sentido de fazer exclusivamente operar uma moratória quanto ao pagamento, com a manutenção do contrato em vigor, mas sem impedir que, no exemplo que referimos, o regime geral retome a

sua aplicação imediatamente após a cessação do regime excecional, sem prejuízo de o segurador apenas poder cobrar os prémios em dívida findo o prazo de 60 dias oferecido pelo regime excecional.

Diminuição de risco não se deve aplicar a particulares

Finalmente, quanto ao regime da diminuição do risco, parece resultar do artigo 3.º que o mesmo apenas é aplicável aos tomadores pessoas coletivas, cuja dimensão não permita qualificar o seguro como de grandes riscos, e aos ENI, mas já não às pessoas singulares. Com efeito, o que o regime excecional faz é prever uma ficção legal no sentido de que há uma diminuição inequívoca e duradoura do risco, para efeitos do artigo 92.º do Regime Geral do Contrato de Seguro, quando aquelas entidades se encontrem em situação de crise empresarial, incluindo com uma queda abrupta de pelo menos 40% da sua faturação. Estarão aqui essencialmente em causa seguros como os de responsabilidade civil profissional e de exploração e os seguros de acidentes de trabalho das empresas que, para controlo da pandemia, suspenderam a sua atividade ou encerraram as suas instalações.

Nesta edição



08 Atualidade

O setor segurador e a Covid-19

Atualidade Pág. 04
Agiroja bate recorde de vendas em março

Internacional Pág. 09
Bruxelas quer supervisor único no combate ao branqueamento de capitais

Negócios e Empresas Pág. 12
KPMG e associações empresariais minimizam efeitos da Covid-19



17 Mercados

Porque subiram os mercados com sinais de recessão?

Fiscalidade Pág. 14
Os capitais próprios em tempos de crise

Empresas Pág. 15
Schmitt+ Sohn cria sistema para chamada de elevador por telemóvel

Mercados Pág. 17
ALF cria moratória para leasing imobiliário e mobiliário



22 Automóvel

Oficinas procuram soluções de atendimento por vídeo

Mercados Pág. 19
Telecomunicações e entretenimento são base para um novo depósito estruturado

Automóvel Pág. 22
Quase 300 fábricas automóveis já laboram na Europa

Automóvel Pág. 23
Exportações de componentes já refletem Covid-19

Imprensa

EM REVISTA

EXPANSIÓN

Economia espanhola cai 9% este ano

A economia espanhola deverá registar uma contração entre os 8% e os 9%, este ano, num cenário de “contenção gradual”, em que há dois meses de confinamento e outros três de distanciamento social severo. A Deloitte estima que a recuperação terá início no último trimestre, devendo crescer entre 4% e 5% no próximo ano. Num improvável cenário mais adverso, em que a pandemia se manterá até que se generalizem as vacinas e os tratamentos, a recuperação económica não começará antes de 2021. Por setores, a consultora acredita que a alimentação crescerá 10%, no presente exercício.

INVESTIR

BCE estuda possibilidade de compra de “high yield”

O Banco Central Europeu está a estudar a possibilidade de comprar obrigações das empresas de elevado rendimento, no quadro dos seus esforços para proteger as economias da Zona Euro do desgaste da pandemia.

Juntar a dívida de empresas recentemente penalizadas em categoria especulativa +elas agências de notação às suas compras, ajudará o BCE a reduzir os custos de financiamento para as empresas mais afetadas pela crise sanitária. Mas tal aumentará igualmente o risco de perdas em caso de falhas dos emissores e poderá valer novas críticas à instituição sediada em Frankfurt, sendo que um programa de dívida soberana foi julgado parcialmente anticonstitucional por um tribunal alemão.

RAPID

Bruxelas reforça combate ao branqueamento de capitais

A Comissão Europeia apresentou uma abordagem global com vista a reforçar a luta da UE contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo. Foi publicado um plano de ação que estabelece as medidas concretas que a Comissão irá adotar nos próximos 12 meses para assegurar uma melhor aplicação, supervisão e coordenação das regras da UE em matéria de luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

Top da semana



ANTÓNIO COSTA



O Primeiro-Ministro continua a “faturar”. Desde logo, não tem oposição, o que é lamentável em democracia, mas que em termos pessoais não podia calhar melhor. As sondagens continuam em alta e Costa está a tirar benefícios políticos (não se tratando isto de uma crítica) da atual situação de pandemia. Internamente, tem a máquina socialista controlada e bem oleada e até os ministros mais fracos passam despercebidos. Continua também a dar a cara em nome do Executivo e não se coíbe de aparecer sempre que necessário. No fundo, está a exercer o cargo a gosto dos portugueses, parecendo que aprendeu bem as lições do Presidente da República.



MÁRIO CENTENO



O ministro das Finanças continua a ser a pedra no sapato de António Costa. A ideia que permanece

é que tem a sua própria agenda política e que, a qualquer momento, entrará em rutura com o Primeiro-Ministro, colocando o cargo à disposição. Seja como for, o caso Novo Banco é uma forma muito dúbia de fazer política e de gerir os dinheiros públicos. Não se compreende que o responsável das Finanças do país autorize uma injeção de 850 milhões de euros numa entidade financeira sem que fosse realizada qualquer auditoria. Afinal, o dinheiro dos contribuintes é esbanjado, sem apelo nem agravo, numa instituição que mais não é do que um sorvedouro constante de dinheiro. A situação não é aceitável e, sobretudo, coloca em causa a credibilidade do Estado português. A nível externo, a imagem que fica é péssima e revela que nada aprendemos com a crise financeira.



ANDRÉ VENTURA



O deputado André Ventura é um erro de casting. O grande problema é que arrasta consigo muita gente, num populismo sem escrúpulos. Tornou-se um profissional dos dizeres bombásticos e não mede as consequências. As suas posições são claramente no sentido de chocar e de angariar seguidores. Este tipo de políticos é incoerente e um risco para o bom funcionamento das instituições democráticas. O também comentador de futebol não tem a mínima noção dos limites do aceitável e insiste em afirmações disruptivas, numa altura em que o país tem de estar unido como jamais.

VidaEconómica

EDITOR E PROPRIETÁRIO Vida Económica Editorial, SA **DIRETOR** João Peixoto de Sousa **COORDENADOR EDIÇÃO** João Luís de Sousa **REDAÇÃO** Adérito Bandeira, Aquiles Pinto, Fernanda Teixeira, Guilherme Osswald, Rute Barreira, Susana Marvão e Teresa Silveira; E-mail agenda@vidaeconomica.pt; **PAGINAÇÃO** Célia César e Mário Almeida; **PUBLICIDADE PORTO** Rua Gonçalo Cristóvão, 14, 2º 4000-263 Porto - Tel 223 399 400 • Fax 222 058 098 • E-mail: comercial@vidaeconomica.pt; • **ASSINATURAS** Tel 223 399 400 • E-mail assinaturas@vidaeconomica.pt; **IMPRESSÃO** Naveprinter, SA - Porto **DISTRIBUIÇÃO** VASP, SA - Cacém E-mail geral@vasp.pt • Tel 214 337 000 - Fax 214 326 009

MEMBRO DA EUROPEAN BUSINESS PRESS



TIRAGEM CONTROLADA PELA:



A PRESENTE EDIÇÃO TEVE UMA DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE **112.630 EXEMPLARES**, INCLUINDO A CIRCULAÇÃO EM PAPEL E DIGITAL
4000 Município (Porto)
TAXA PAGA
Registo na D G C S nº 109 477
• Depósito Legal nº 33 445/89 •
ISSN 0871-4320 • Registo do ICS nº 109 477

ATUALIDADE

FÓRUM PARA A COMPETITIVIDADE DEFENDE CONCEITO DO SIFIDE

Recuperação das empresas deve envolver incentivos fiscais

A recuperação das empresas deve ser apoiada por um novo regime de incentivos fiscais – considera o Fórum Para a Competitividade. Inspirado no SIFIDE, o Fórum para a Competitividade propõe um Sistema de Incentivos Financeiros à Regeneração Industrial Portuguesa. Este instrumento seria essencial para a recuperação de empresas que de outra forma estarão condenadas, favorecendo a sua capitalização e a expansão da atividade industrial, o crescimento e o emprego.

A proposta do Fórum para a Competitividade segue o modelo do SIFIDE com um conceito alargado ao investimento nas empresas e possibilidade de dedução ao IRS. “O SIFIDE II, agora prorrogado, oferece já hoje um incentivo muito usado de créditos fiscais por investimentos em unidades de fundos de investimento vocacionados para aplicações em projetos de investigação e desenvolvimento (I&D). Naturalmente a I&D é, e continuará a ser, fundamental” – refere Jaime Carvalho Esteves, vice-presidente do Fórum Para a Competitividade. Mas no contexto atual de alteração do paradigma das cadeias de valor, a base tecnológica a que ambicionamos pode e deve ser complementada com uma base industrial forte, desde logo pela manutenção da escassa indústria existente entre nós. Captar capitais para esse objetivo é, por isso, fundamental, para que desta vez não deixemos



fugir a possibilidade de nos reinventarmos e ganharmos relevância e posicionamento estratégico.

Novo regime poderia ficar operacional no curto prazo

Para Jaime Carvalho Esteves, como o SI-FIDE está já montado, através de pequenos ajustamentos pragmáticos, sem previsíveis complexidades técnicas de maior, seria possível ter o instrumento operacional no curtíssimo prazo, com um Sistema de Incentivos Financeiros à Regeneração Industrial Portuguesa. O SIFIDE atribui créditos fiscais (32,5% do investimento base, com limite absoluto, e 50% pelo investimento incremental) por investimentos em fundos de investimento vocacionados para I&D. “Se for acrescentada uma nova alínea ao Código Fiscal do Investimento, similar à que contém os incentivos existentes para o I&D, mas agora dirigida a investimentos em fundos vocacionados à reconversão, regeneração e concentração industriais, a parte mais delicada do trabalho estaria já concluída” - explica.

Agricultura anuncia dez milhões para apoio ao setor vitivinícola

A juntar a todas as medidas excecionais que foram apresentadas durante os períodos de estado de emergência que vigoraram no país, o Governo anunciou que 10 milhões de euros do Plano Nacional de Apoio (PNA), dedicado ao setor vitivinícola, vão ser aplicados em medidas para minimizar os efeitos da pandemia Covid-19, nomeadamente em destilação e armazenagem de crise. Este valor não compromete os programas já em curso e o prazo de execução dos projetos que estão atualmente contratualizados vai ser prolongado até ao final de 2021. Foram ainda anunciadas medidas transversais de acesso às linhas de ajuda financeira dirigidas às empresas.

Sistema de Incentivos Financeiros à Regeneração Industrial Portuguesa permitiria atribuir créditos fiscais

FIDE, as unidades de participação teriam de ser mantidas por um número mínimo de anos e os fundos teriam de garantir a realização e consistência dos investimentos relevantes. Sabendo-se, porém, que o valor dos prejuízos fiscais de muitas empresas será grande, estes créditos fiscais deverão estar disponíveis também para pessoas singulares, permitindo a sua dedução ao IRS calculado (sem distinção, portanto, de categorias de rendimento), tal como hoje ocorre para investimentos em “start ups” inovadoras, mas com uma materialidade muito mais relevante.

Reforçar incentivos fiscais existentes

Jaime Carvalho Esteves considera importante haver pragmatismo e celeridade nas políticas públicas, evitando cair no experimentalismo fiscal. Assim, aconselha a reciclagem de instrumentos bem conhecidos do passado e com provas dadas, nomeadamente, o aumento da intensidade de RCCS, RFAI, DLRR e Super-CFI, assim como da segurança à aplicação dos regimes de apoios à concentração, estes últimos sem reflexos sobre a receita fiscal.

Investimentos com prazos mínimos

Tal como hoje acontece em relação ao SI-

VIDA ECONÓMICA LANÇA DESAFIO À SOCIEDADE CIVIL

Uma hora por Portugal, uma hora pela Europa, para defender o emprego

Envolver as empresas e os seus trabalhadores na reconstrução da economia através de uma hora adicional de trabalho por semana é o objetivo da ação que está a ser lançada pelo jornal “Vida Económica”. Esta iniciativa está a ser aberta a todas as organizações e a todos os profissionais, tendo sido criada a partir da reflexão de António Lúcio Baptista, autor do livro “Inovação para a Mudança”, editado pela “Vida Económica”. Nas empresas em boa situação, as horas adicionais de trabalho poderão ser pagas aos colaborado-

res. Nas empresas em dificuldades, a hora semanal extra pode ter contrapartidas não pecuniárias. Portugal está em plena crise sanitária e crise económica. Há que tomar medidas rápidas para evitar o empobrecimento e o agravar dos problemas sociais. Toda a Europa atravessa situação semelhante. Logo aqui ao lado, Espanha, que é o maior comprador de produtos portugueses, está em grande crise. Esta ação pretende aproveitar a “emoção nacional e europeia” para chamar os cidadãos e as empresas

à sua responsabilidade, acentuando a identidade nacional. Assim, será possível aproveitar a flexibilidade nacional, principalmente das PME, para aprender a lidar com o “fracasso”, introduzindo um programa de aceleração. “Uma hora por Portugal – Uma hora pela Europa” pretende que cada trabalhador ofereça uma hora por semana de trabalho extra para ajudar à recuperação da economia. Este exemplo poderá ser apresentado nos países europeus, através da Comissão Europeia.

Tendo em conta um total de cerca de quatro milhões de trabalhadores e pensando numa adesão de 50%, esta ação poderia gerar dois milhões de horas semanais durante seis meses. Está previsto atribuir aos trabalhadores que participem na ação um certificado TOPT (Top Trabalho). As empresas que motivem os seus trabalhadores para esta iniciativa irão receber o reconhecimento Top E /Top Empresas. Segundo refere António Lúcio Baptista, já existem diversos

trabalhos – por exemplo o livro “Como se renovam as Nações”, de Jared Diamond – que destacam a importância destas iniciativas. É recorda a frase de Winston Churchill: “Não se pode desaproveitar uma boa crise” para fazer mudanças. Sob o ponto de vista de saúde mental, é consensual que “seis semanas” após a crise e com sofrimento ou se começa a aplicar novas formas de lidar com as situações ou se volta aos hábitos anteriores, sendo alguns deles inadequados.

Agriloja atinge vendas de 50 milhões de euros

FERNANDA SILVA TEIXEIRA
fernandateixeira@vidaeconomica.pt

A completar 20 anos de atividade, a Agriloja é um conceito único de loja que comercializa todo o tipo de produtos e equipamentos nas áreas de agricultura, jardim, pecuária, animais de estimação, bricolage e casa. Apostando quer em clientes “faça você mesmo” quer “profissionais”, a marca disponibiliza “uma vasta e diversificada gama de produtos a um preço competitivo”.

“Queremos estar ao lado do consumidor que faz destas áreas o seu hobby, mas também do profissional, dos seus animais e plantas, promovendo a qualidade de vida na sua casa e espaço exterior”, começa por dizer à ‘Vida Económica’ Luís Filipe Costa. Nesse sentido, a existência do balcão para venda de produtos fitofarmacêuticos é um fator diferenciador em relação a outras insígnias de retalho, “já que somos especialistas nesta área há mais de 20 anos”, assegura o coordenador de comunicação da Agriloja.

Questionado sobre o balanço destas duas décadas de atividade, o responsável adianta que estes foram anos de “crescimento do negócio e de expansão da rede de lojas, de modernização do conceito de loja e dos sistemas de informação, de desenvolvimento

de produtos de marca própria e de relações de parcerias com fornecedores e muita aprendizagem”. Mesmo assim, admite, a “abertura da primeira loja em Torres Vedras é um marco mítico”. Já o último ano, durante o qual foram atingidos os 50 milhões de euros em vendas, “foi outro momento que reflete a dedicação do capital humano e da estratégia”.

Segundo Luís Filipe Costa, em 2019, a rede de lojas Agriloja apresentou um volume de faturação superior a 50 milhões de euros, “resultado do crescimento sustentado e consolidado, através de uma estratégia de expansão com abertura de lojas próprias e franchisadas”. Para este sucesso apostaram na formação contínua dos 300 colaboradores, algo essencial para atingir os objetivos definidos.

Contando atualmente com 13 lojas próprias e 9 franchisadas, a marca está, neste momento, a preparar um novo plano de expansão, sobretudo através de franchising. Contudo, para além desta, a estratégia de expansão da rede de lojas Agriloja passa também por mais duas vertentes: “a abertura de lojas próprias e a aquisição de lojas abertas com negócio que possibilite a transformação para o conceito Agriloja”, afirma o responsável. Neste contexto, a marca procura ativamente locais com al-



guma densidade populacional, mas “onde ainda se sinta a ruralidade, onde a população resida em moradia com espaço exterior para jardim, pequena horta ou capoeira, ou possibilidade de ter piscina ou terreno agrícola”.

Apesar da atual situação de pandemia que se vive, a Agriloja bateu no passado mês de março o seu “recorde mensal de vendas”. “Adaptámo-nos rapidamente ao plano de contenção definido internamente e adotámos novos comportamentos de prevenção. As nossas equipas estão conscientes da importância da marca para os seus clientes. Por isso, estamos a garantir as lojas abertas, mantendo a cadeia de abastecimento de produtos alimentares para animais de pecuária e de estimação, bem como dos produtos agrícolas para se continuar a cultivar”, frisa o responsável.

PUB



Estratégia de marca para tempos de crise

27 maio
14h00/18h00

JUNTE-SE A ESTE ON-LINE SHORT COURSE E DESCUBRA QUAIS AS BOAS PRÁTICAS QUE A SUA MARCA DEVE ADOPTAR EM TEMPOS DE CRISE A CURTO E MÉDIO PRAZO.

DESCRIÇÃO

A crise global associada à pandemia COVID-19 desenrola-se com níveis de imprevisibilidade e complexidade sem precedentes históricos. Está a testar a capacidade de resposta dos governos, nomeadamente dos sistemas de saúde e das medidas de socorro à economia. Mas está também a testar a capacidade de resposta das empresas - de forma imediata e a médio prazo.

É natural que as marcas sintam a insegurança e o medo resultantes dos níveis de incerteza sem precedentes que estamos a viver. Mas no meio de tantas mudanças que se avizinham uma coisa nós sabemos que não se altera - a necessidade que as marcas têm de ser escolhidas em detrimento da concorrência. As marcas vão ter que se adaptar a uma nova realidade competitiva.

OBJETIVOS

- Boas práticas de resposta à crise (perspectiva imediata);
- Compreender que mudanças devem ser implementadas para que as marcas possam sobreviver e prosperar num cenário de crise (curto e médio prazo);
- Compreender as alterações à envolvente competitiva e aos comportamentos dos consumidores;
- Compreender a necessidade de definir o propósito da marca;
- Compreender a necessidade de definir uma posição (ponto de vista).

PROGRAMA

1. A alteração do contexto competitivo - um mundo super VUCA;
2. Previsões às alterações de consumo
3. Quais os novos desafios para as marcas?
4. Um novo paradigma para as marcas;
5. A resposta das marcas à crise:
6. O que é que as marcas devem mudar na sua estratégia e que resposta devem dar para além do curto-prazo?
7. A crescente importância da marca na comunicação interna e a gestão da comunidade.

PREÇOS

Público em Geral: €100
(IVA incluído)

Assinantes VE: €75

FORMADOR:

João Gilsanz Magalhães
Partner & Strategy Director na Super. Brand Consultants

EULER HERMES CONSIDERA QUE O PESO DO TURISMO E DAS EXPORTAÇÕES AGRAVAM O IMPACTO

Portugal vai ter quebra de -8% a -17% do PIB até ao final do ano

As medidas tomadas para conter a propagação do novo coronavírus poderão resultar numa recessão de -8% em 2020, estima a Euler Hermes, acionista da COSEC – Companhia de Seguro de Créditos. No cenário mais desfavorável a quebra pode atingir os -17% A economia portuguesa só deverá regressar à normalidade em 2021, depois de existir no mercado uma vacina. No cenário mais otimista, no próximo ano o PIB pode crescer 9%.

A Heuler Hermes prevê um cenário base para a economia portuguesa, com uma recuperação em “U”, em que o PIB possa atingir -8% em 2020 (face a uma média de -9,3% nos membros da Zona Euro) e deverá, em 2021, atingir os 9% (em linha com a média dos países da Zona Euro, de 9,3%). A inflação prevista para Portugal, este ano, neste cenário é de -0,2%, e de 1,5% para 2021.

“Portugal teve menos casos de infeção e menos mortes do que outros países europeus, mas também implementou medidas que vão pesar na atividade económica este ano. A par disso, a economia



portuguesa depende muito do turismo (esta atividade vale entre 18 e 20% do PIB) e tem aumentado a sua integração no comércio mundial, tendo as exportações a representar 44% da riqueza produzida pelo país (contra 31% em 2010). Isto significa que Portugal sofrerá um impacto significativo da forte quebra no volume de trocas internacionais (-15% esperado este ano). Embora o comércio de mercadorias deva regressar progressivamente após o levantamento das medi-

das de contenção, o país será ainda mais impactado pela diminuição das viagens no longo prazo, que afetará as suas receitas turísticas”, afirma Georges Dib, economista da Euler Hermes para a América Latina, Espanha e Portugal, e um dos autores do estudo.

Recessão será a pior desde a Segunda Guerra Mundial

De acordo com o estudo “Reopening

Empresas devem sofrer quebras de vendas de 30% a 40%

the world: Beware of false steps”, recentemente publicado pela Euler Hermes, a economia mundial vai enfrentar a pior recessão desde a Segunda Guerra Mundial, podendo o PIB atingir os -3,3% em 2020, equivalente a uma perda de mais de 8,3 biliões de euros, ou à soma do PIB da Alemanha e do Japão. O cenário, antecipam os economistas, será mais de duas vezes pior do que o da crise financeira global de 2009.

Neste sentido, lê-se na mesma análise, só em 2020, as perdas com o abrandamento do comércio mundial podem chegar aos 3,2 biliões de euros. Apesar de os Estados estarem a tomar medidas sem precedentes de apoio às empresas, as insolvências vão crescer pelo quarto ano consecutivo, e na ordem dos 20% (+25% nos EUA, +15% na China e +19% na Europa) e o volume de negócios das empresas terá quebras de entre -30% e -40% no segundo trimestre de 2020, em relação ao período homólogo, nomeadamente na Zona Euro.

A análise revela ainda que, só na Zona Euro, existem cerca de 70 milhões de trabalhadores abrangidos por medidas de desemprego parcial. Nos países onde este regime se limita a cerca de seis meses, como acontece em Portugal, Espanha, França, Itália, Bélgica ou Reino Unido, até um terço destes trabalhadores estão em risco de perder o emprego até ao final do ano, sobretudo em setores em que o regresso à normalidade será muito lento, como hotéis e alojamento, viagens ou comércio de retalho. Assim, estima-se que a taxa de desemprego na Zona Euro aumente 2 pontos percentuais, para 9,5% em 2020. Espanha será o país mais afetado, com uma taxa de 18,5%. Itália deverá atingir os 11,8%, França, os 10,5% e Alemanha, 6%. No Reino Unido, estima-se que a taxa de desemprego quase duplique, subindo de 3,8% para 6%.

Recuperação pode ser mais lenta

Apesar de o cenário base ser o de uma recuperação em “U”, os analistas da Euler Hermes alertam para a possibilidade de a retoma ser mais lenta, e de a crise se prolongar. Se for esse o caso, a contração da economia portuguesa pode situar-se nos -17% em 2020 e nos -3% em 2021. Nesse contexto, as estimativas de inflação são de -1% este ano e -0,1 em 2021.

O estudo aponta sete fatores de risco:

- Surgimento de uma segunda vaga do vírus, que levaria a que a economia mundial ficasse abaixo dos níveis pré-crise até ao final de 2021;
- Manutenção de um clima de incerteza no longo prazo, que atrasaria o investimento

e aumentaria as poupanças dos consumidores, por precaução;

- Erros políticos, como apoio insuficiente dos bancos centrais ou uma partilha desadequada dos encargos orçamentais entre os países da Zona Euro, que podem desencadear uma recaída e uma crise das dívidas soberanas;
- Crise bancária ou do setor imobiliário, que poderia levar a um aumento muito significativo dos empréstimos de alto risco e do não pagamento por parte de empresas com dificuldades de liquidez;
- Má gestão das desigualdades sociais, resultando num aumento do descontentamento das populações e em

tensões políticas, sobretudo nos mercados emergentes;

- Cadeias de abastecimento mais curtas, que conduzem a medidas protecionistas à escala global e resultam em margens de lucro estruturalmente mais baixas;
- Risco moral elevado (de mudança de comportamento dos agentes económicos), que pode traduzir-se num risco coletivo de maior inflação, reestruturação da dívida e aumento dos impostos.

Para evitar uma crise prolongada, os economistas consideram essencial que se assegure liquidez (a mercados, bancos e empresas) e se reforce confiança dos consumidores nas instituições.

ESTUDO “COVID-19: THE DAY AFTER, DA YOUNGNETWORK GROUP” DESTACA

Pandemia mudou estratégia de comunicação das marcas em Portugal

O surto de coronavírus impactou de forma transversal as empresas, não havendo uma clara distinção entre áreas de negócio, regiões ou mercados – considera o grupo YoungNetwork através do estudo “Covid-19: The Day After Survey”. Este trabalho analisa o impacto da pandemia nas estratégias de marketing e comunicação das empresas,

assim como o comportamento e perspetivas para o futuro pós-crise. Realizado entre 14 e 28 de abril, este estudo resulta de um inquérito a 243 empresas de vários setores de atividade, de todas as dimensões e a operar em Portugal.

A estratégia de comunicação foi assumidamente afetada e 67,1% confirmam cortes significativos

Eventos e ações de ativação continuam a fazer parte dos planos para 2020 para 58% das empresas

no “budget” que tinham definido para este ano: 16,7% com redu-

ção acima de metade do seu orçamento, 25,2% até um quarto do

“budget” e a mesma percentagem verifica-se nas empresas que vão cortar até 50%; 28,7% afirmam não prever redução e 4,2%, em contraponto, reforçaram o orçamento nesta fase.

As empresas acreditam num 2021 mais positivo, revelando ir manter o orçamento de marketing (63,6%).

Segurança Social apoia mais de um milhão de pessoas

A Segurança Social apoiou, até agora, mais de um milhão de pessoas, com 371 milhões de euros, em resposta à crise causada pela pandemia covid-19. “Em poucas semanas foi possível criar várias medidas extraordinárias de apoio às empresas e aos trabalhadores, desde o apoio à manutenção dos postos de trabalho, apoio à família, à redução da atividade dos trabalhadores independentes e dos sócios-gerentes e também a recente medida criada de apoio aos trabalhadores informais para entrarem dentro do sistema de proteção social”, refere a entidade em comunicado.

Consulta pública sobre regras simplificadas para auxílios estatais

A Comissão Europeia convidou os Estados-Membros e outras partes interessadas a apresentarem observações sobre a sua proposta atualizada de isentar do controlo prévio da Comissão, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, os auxílios concedidos através de fundos nacionais a projetos apoiados por determinados programas geridos de forma centralizada pela UE. A intenção da Comissã é racionalizar as referidas regras.

Nestlé Portugal mantém teletrabalho para os próximos meses

Numa altura em que as medidas de confinamento se vão aliviando, com alguns setores económicos a regressarem à atividade, a Nestlé Portugal, optou por recomendar aos seus colaboradores da sede e áreas administrativas das suas duas fábricas a manutenção do teletrabalho.

No total dos seus quase 2300 colaboradores, cerca de 1400 encontram-se em teletrabalho e os restantes 800 continuam, com todas as medidas de segurança reforçadas pelas contingências da pandemia, a trabalhar na fábrica de cafés torrados do Porto, na fábrica multiprodutos e no principal centro de distribuição da Nestlé no país, ambos localizados em Avanca.

A estes juntam-se agora cerca de 100 colaboradores da área de vendas, que estão a retomar o contacto com os clientes do retalho alimentar e, a partir do próximo dia 18, 220 colaboradores da Nestlé Professional voltarão ao terreno para trabalhar juntos dos seus clientes do canal HORE-



CA. Mesmo durante o período de confinamento esta equipa manteve-se sempre disponível para apoiar os negócios que, de

formar online ou com apenas takeaway, mantiveram alguns serviços disponíveis aos consumidores.

Tempos Brilhantes responde às necessidades de transformação digital no sistema educativo

A Tempos Brilhantes, associação sem fins lucrativos, tem como objetivo central responder às necessidades de transformação digital do sistema educativo nacional, enquanto parceiro do Ministério da Educação e com intervenção direta em 140 agrupamentos de escolas. Sofia Gonçalves, diretora-geral da associação, em declarações à “Vida Económica”, revela o desenvolvimento da solução digital Escola ON para apoiar as escolas e todos os elementos da comunidade educativa.

A solução tem a capacidade de integrar todas as ferramentas tecnológicas que as escolas conhecem e já estão a utilizar, no respeito da autonomia de cada comunidade. Adianta a este propósito: “Trata-se de uma solução tecnológica para todos os elementos da comunidade educativa ficarem à distância de um clique. A partir desta visão integradora e da valorização da comunicação/articulação entre todos os elementos da comunidade educativa, a Tempos Brilhantes desenvolveu uma solução tecnológica colaborativa para responder às necessidades em três fases, permitindo o início das atividades letivas e não letivas em ambiente virtual. Esta solução é inovadora pela forma como promove a colaboração e a cooperação entre todos os elementos dessa comunidade, mantendo a autonomia e a identidade pedagógica de cada agrupamento de escolas, de acordo com as práticas já existentes”.

A resposta às necessidades, como referido, decorre em três fases. A primeira teve início no arranque do terceiro período letivo e consistiu numa intervenção imediata, isto é, possibilitou o arranque das atividades letivas e não letivas. A segunda fase tem a ver com a expansão de serviços/customização e consiste no alargamento dos serviços das aulas digitais, numa perspetiva contingente, de acordo



Sofia Gonçalves, diretora-geral da Tempos Brilhantes, assume que o Projeto Escola ON promove a cooperação entre todos os elementos da comunidade educativa.

com as necessidades das escolas e orientações emanadas pelo Ministério da Educação. A fase três representa a reconfiguração do futuro (pós-Covid-19). A Escola ON prevê a expansão das funcionalidades, “com o objetivo de capacitar escolas e comunidades educativas com benefícios para todos”, refere Sofia Gonçalves. Como tal, contempla a criação de módulos integrados, que permitirão simplificar processos e manter eficaz a articulação, a colaboração e a cooperação entre todos os elementos da comunidade escolar.

Quanto à Tempos Brilhantes, a associação apoia práticas e projetos com o objetivo de desenvolver atividades enriquecedoras – individualmente e em comunidade – nas áreas educativa, artística e da saúde para todas as faixas etárias, todos os níveis educativos, sociais e culturais. Aposta ainda na promoção de projetos socialmente inovadores, numa prática empreendedora de desenvolvimento de competências e conhecimentos. Está presente em 83 concelhos, que abrangem mais de 150 mil alunos e respetivas famílias.

Empresas de Aveiro oferecem materiais e produtos de proteção

A AIDA CCI – Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro lançou, junto dos seus associados, uma campanha de angariação de materiais e produtos de proteção, destinados às unidades hospitalares da região.

Simultaneamente, incentivou à produção dos artigos que estivessem ao alcance dos meios de produção disponíveis.

O reconhecimento público da AIDA envolve as empresas seguintes:

- Aroumold - Indústria Metalomecânica Lda.
- Atena – Automação Industrial
- BEEVC - Electronic Systems, Lda.
- Beeverycreative, Lda.
- CALCOB - Cooperativa Agrícola de Oliveira do Bairro e Vagos, CRL
- Caves Aliança S.A.
- Cleanport, Lda.
- CÉRÂMICA da Borracheira, S.A.
- DURIT - Metalurgia Portuguesa do Tungsténio, Lda.
- Divilux, Lda.
- Envienergy, Lda.
- Faustino Micro Cervejeira Lda. (Cerveja Maldita)
- Futurvida – Fabricação de Veículos Especiais, Lda.
- Grupo Injecdesign Lda.
- Grupo Simoldes , S.A.
- Industrial Laborum Ibérica, S.A.
- INDASA - Indústria de Abrasivos, S.A.
- João R. Matos S.A.
- Jose Miguel Ferreira Miranda Unip., Lda.
- Kinya Solutions, Lda.
- Lomboser Metalúrgica S.A.
- OLI – Oliveira & Irmão S.A.
- Onlifarma Unip Lda.
- Parley for the Ocean , S.A.
- Pencivet – Comércio de produtos veterinários, Lda.
- PCI - Parque de Ciência e Inovação
- Plastaze - Plásticos de Azeméis, S.A.
- Polisport Plásticos S.A.
- Porcelanas da Costa Verde, S.A.
- Prilux – Comércio, construção e obras públicas, Lda.
- Quero Imprimir, Lda.
- Quitérios, Lda.
- SEAC - Sociedade de Equipamentos Agrícolas do Centro, Lda.
- Solis - Importação e Exportação, Lda.
- SOS Arganil
- Universidade de Aveiro
- Vianas, S.A.

“É chegado o momento de reerguer as nossas empresas, tarefa que será lenta e difícil, dada a complexidade não só da conjuntura nacional mas também e sobretudo da conjuntura mundial, da qual dependemos largamente”.

Vai ser indispensável uma grande capacidade de resiliência e de readaptação de todos para enfrentar e vencer os dias que se avizinham” – refere a direção da AIDA.

Ministério da Agricultura anuncia 10 milhões para o setor vitivinícola

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A ministra da Agricultura, Maria do Céu Albuquerque, reuniu, esta terça-feira, com os conselhos consultivos do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) e do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP) para analisar o impacto da pandemia da COVID-19 no setor vitivinícola e definir as medidas para a retoma económica, nomeadamente com a reabertura do Canal Horeca.

No final das reuniões, anunciou um apoio de 10 milhões de euros do Plano Nacional de Apoio (PNA) dedicado ao setor vitivinícola para apoio à destilação e à armazenagem de crise. A “Vida Económica” questionou, mas até ao fecho da edição não foi esclarecido qual o montante para cada ação nem quando os apoios ficarão disponíveis.

Este valor, diz Maria do Céu Albuquerque, “não compromete os programas já em curso”, que, em sua opinião, “vêm reforçar a resposta” a uma “necessidade imperiosa de criar condições para minimizar as perdas neste setor”.

A Ministra da Agricultura anunciou também que, “relativamente à promoção do merca-

Em comparação com os primeiros três meses de 2019, as exportações de frutas subiram 18,3% para 165 milhões de euros

do interno, vai ser prolongado, até ao final de 2021, o prazo de execução dos projetos que estão atualmente contratualizados”.

“Portugal tem estado, desde o primeiro momento, junto da Comissão e nos vários fóruns da União Europeia, a requerer medidas excecionais que venham a ser necessárias, no sentido de garantir o armazenamento, a médio prazo, de stocks excedentários de vinhos, que eventualmente possam acontecer, ou, até mesmo, visando eliminar, sob a forma de transformação em álcool (“destilação de crise”)”, frisa o Ministério da Agricultura.

Por outro lado, diz o Ministério que “o prazo de análise das candidaturas Vitis também foi prorrogado até 30 de maio e foram ainda anunciadas medidas transversais de acesso às linhas de ajuda financeira dirigidas às empresas”.

A ministra Maria do Céu Albuquerque lembra que, “nos últimos anos, o setor mantinha uma trajetória de crescimento”. Em 2019, “assistimos a um comportamento muito positivo das exportações, em valor, de 820 milhões de euros, que representou

um aumento de 2,5% em relação ao ano anterior”.

Para a titular da pasta da Agricultura, o objetivo passa por, “rapidamente, mitigar os efeitos da COVID-19 no setor”. E garante “acreditar na resiliência e na capacidade do setor, bem como na determinação dos nossos produtores e empresários”.

Exportações de frutas, legumes e flores cresceram 10%

As exportações portuguesas de frutas, legumes e flores cresceram 10% nos primeiros três meses de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019, atingindo os 398 milhões de euros.

De acordo com os dados do INE, analisados pela Portugal Fresh – Associação para a Promoção de Frutas, Legumes e Flores, entre janeiro e março, o setor reforçou as vendas para os mercados internacionais, com a União Europeia a absorver 77% do total das exportações. Os dados, diz a Associação, revelam “um enorme dinamismo no primeiro trimestre de 2020”.

As frutas foram os produtos que mais se destacaram neste crescimento. Em comparação com os primeiros três meses de 2019, as exportações subiram 18,3%, para 165 milhões de euros. Já os preparados de frutas e legumes registaram uma evolução de 6,3% (para 114 milhões) e os legumes



recuaram ligeiramente (-1,1%, para um total de 82 milhões).

No primeiro trimestre do ano as vendas para os mercados externos das flores e plantas ornamen-

tais seguiram a mesma tendência de crescimento: + 12,2% (total de 37 milhões de euros). Contudo, em março, as vendas recuaram 2,3%.

PUB

VidaEconómica

O Regime Fiscal das Entidades da Economia Social e Civil vai proporcionar ao leitor uma reflexão crítica sobre as virtudes e os riscos actuais da incentivação pela via fiscal da economia social e civil.

Num momento em que o capitalismo enfrenta novas dificuldades e renasce o debate sobre as alternativas em matéria de sistemas económicos e financeiros, assentes em parâmetros morais, como a ecologia ou a socialidade, é importante compreender o papel que a fiscalidade tem desempenhado e pode vir a desempenhar nestes processos de mudança.

Compre já em <http://livraria.vidaeconomica.pt> ou encomendas@vidaeconomica.pt



Autores Suzana Tavares da Silva e Cláudia Dias Soares

Páginas 176

PVP €16.90

VidaEconómica

R. Gonçalo Cristóvão,
14, r/c • 4000-263 PORTO

 <http://livraria.vidaeconomica.pt>

 encomendas@vidaeconomica.pt

 223 399 400

CUPÃO ENCOMENDA

(recortar ou fotocopiar)

Nome _____ N° Contribuinte

--	--	--	--	--	--	--	--

Morada _____

C. Postal

--	--	--	--

 -

--	--	--	--

 _____ E-mail _____

☐ Solicito o envio do livro **O Regime Fiscal das Entidades da Economia Social e Civil**

☐ Pago por transferência bancária para o IBAN PT50 0033 0000 45313889113 05 (é necessário enviar comprovativo)

☐ Para o efeito envio cheque/vale nº _____, s/ o _____, no valor de €

--	--	--	--

☐ Solicito envio de referência de multibanco para o email _____

☐ Solicito o envio à cobrança. (Acresem 4€ para despesas de envio e cobrança).

ASSINATURA _____

☐ Autorizo que a Vida Económica Editorial S.A. trate e utilize os meus dados pessoais, constantes deste formulário, para efeito de ações de marketing e promoção de produtos, serviços, campanhas e eventos da Vida Económica Editorial S.A.. Mais declaro ter sido informado que a qualquer momento poderei requerer o apagamento ou retificação dos meus dados pessoais, bem como opor-me a qualquer outra forma de tratamento desses dados, de acordo com a Política de Privacidade disponível em: <http://www.vidaeconomica.pt/politica-de-privacidade>.

Banca europeia quer novas regras no combate ao branqueamento de capitais

A banca europeia vê com bons olhos a decisão de Bruxelas de desenvolver uma norma regulatória comum para toda a União Europeia no combate ao branqueamento de capitais. A Federação Bancária Europeia (EBF) considera que as atuais regras em vigor são “desproporcionadas e inflexíveis” e não disponibilizam as ferramentas adequadas para cumprir a sua missão. A Comissão quer avançar com o reforço das suas políticas contra o branqueamento de capitais.

Governo faz atualização extraordinária para pensionistas

A atualização extraordinária das pensões mais baixas, prevista no Orçamento do Estado para 2020 com início em maio, começou a ser paga aos pensionistas, de acordo com comunicado do Governo. A atualização extraordinária das pensões garante aumentos de 10 euros por mês para 1,3 milhões de pensionistas com pensões até 1,5 dos Indexantes de Apoios Sociais e de seis euros por mês aos 600 mil pensionistas que tiveram atualizações entre 2011 e 2015. No total vai abranger 1,9 milhões de pensionistas.

O setor segurador, esse eterno “bombo de festa”, e o COVID-19



JOSÉ ANTÓNIO DE SOUSA
Economista, Gestor e Investidor

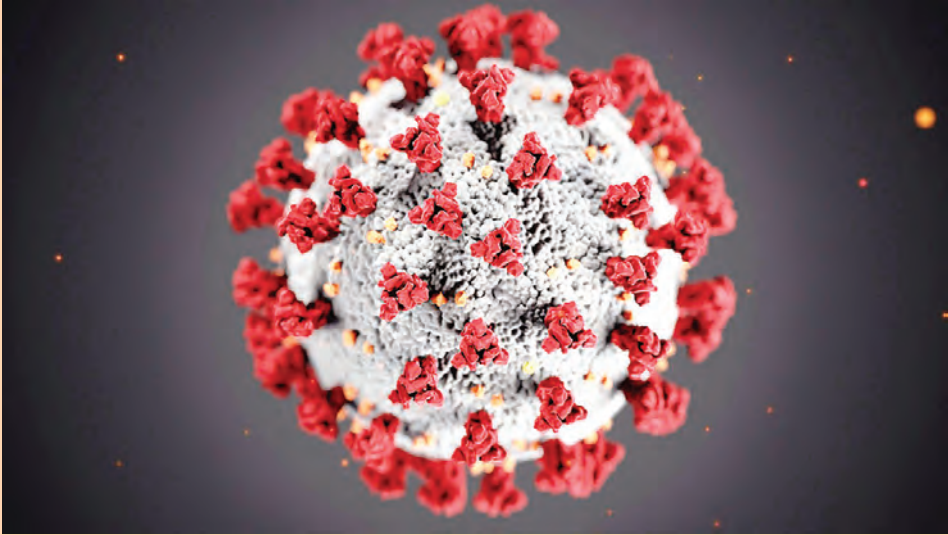
Apesar de ter deixado as funções executivas no setor segurador há exatos 2 anos, tenho obviamente mantido um vínculo estreito com a atividade à qual dediquei 40 anos de vida profissional. Mantenho largas dezenas de amigos e contactos não só em Portugal como em todos os países onde desempenhei funções como executivo, ou geri seguradoras (Espanha, Suíça, Brasil, México, Venezuela). Sempre me orgulhei profundamente de trabalhar num setor com um impacto social e económico indescritível, e sem cuja intervenção a sociedade moderna, tal como a conhecemos, não existiria.

Por ser uma atividade, por definição, de relacionamento fortemente conflituoso com os clientes compradores de seguros (não deveria sê-lo, mas é, e dificilmente se consiga erradicar de todo esta percepção), o setor segurador é um eterno incompreendido, e portanto um dos “bombos de festa” preferidos da imprensa.

A conflitualidade no relacionamento com os clientes dá-se por muitas razões (algumas específicas da própria maneira viciada e ineficiente de trabalhar de algumas seguradoras, cada vez menos), mas eu destacaria as seguintes:

- olha-se para o seguro como um “mal necessário”, e portanto não se valoriza o produto
- o setor (AC = Antes do Covid-19) era e ainda será por algum tempo DC dos que mais papel geram em todas as fases da cadeia de valor. Onde há muito papel há, por inerência, muita burocracia, muito pouca eficiência, muita demora na resolução dos assuntos de serviço, e muito potencial para se cometerem erros administrativos (que por sua vez emperram ainda mais o fluxo normal da prestação de serviço, sobretudo no “momento de verdade” do setor segurador, a ocorrência do sinistro).

- as seguradoras vendem um “intangível”, uma promessa de um pagamento eventual a futuro, que pode ou não materializar-se. Qualquer comprador consegue entender porque tem que pagar mais por um Rolex do que por um Poljot (relógio russo de má memória, pelo menos para mim!), porque entende o produto, vê-o, compara-o fisicamente. A esmagadora maioria dos compradores de seguros não conseguem “separar o trigo do joio”, e daí a necessidade imperiosa de se contactar com um bom agente de seguros que o ajude a comparar não só por preço, mas por relação preço-qualidade em termos de produto e, tão importante como o produto ou até mais, na resposta em caso de sinistro. Uma companhia que vende direto ao cliente está a vender exclusivamente o seu produto. O cliente que compra um seguro direto de uma seguradora ignora se há no mercado melhor oferta em termos de binómio qualidade-preço.



- há uma tendência na sociedade, certamente pela tradição de conflitualidade que existe derivada do anteriormente dito, que desculpa socialmente as tentativas de defraudar a seguradora em caso de sinistro. Não as tentativas criminosas, as das máfias que inventam sinistros, essas não são aceites socialmente. Mas conheço muitos que se gabam de enganar a seguradora aumentando o valor dos objetos furtados num assalto à residência, ou mentindo ao descrever as circunstâncias de um acidente, de forma a ilibá-lo de responsabilidades, ou pedindo ao agente para lhe fazer uma cobertura pré-datada, porque não tinha apólice de seguro vigente quando ocorreu o sinistro da inundação no apartamento. Há de tudo, a criatividade nesta área da fraude é verdadeiramente infundável.

Fruto deste tipo de comportamentos de clientes menos éticos, o 8, muitas companhias caem no 80, sendo injustas e muitas vezes incorretas na forma como os seus investigadores abordam os temas das averiguações em caso de sinistro.

O setor segurador, quer através da APS, a associação representativa das companhias de seguros, quer através de iniciativas individuais de várias seguradoras, tanto mais generosas quanto maiores possibilidades financeiras têm, comportou-se em todas as crises que temos enfrentado, desde os tenebrosos incêndios florestais até à emergência sanitária que estamos a atravessar, de forma solidária irrepreensível com a sociedade. E sem ser preciso obrigar ao que quer que seja, todas as ações são, como devem ser, voluntárias e responsáveis. Gostava de ver se os empresários signatários gostavam que viesse alguém decretar os preços a que deveriam vender a sua mercadoria.

Tenho seguido com atenção as iniciativas que têm sido tomadas por várias companhias. Aquilo que estão a propor aos seus segurados (clientes) possivelmente representa uma poupança superior aos 20 euros que estes ilustres signatários gostariam de ver ser retirados em média ao seguro de responsabilidade civil. Peço à Lusa que guarde bem a carta que recebeu, para ver se os mesmos signatários voltam

ao foro público para pedir aumentos de preços no seguro automóvel obrigatório quando as companhias de seguros perderem dinheiro. Foram muitos os exercícios passados em que o Ramo Automóvel apresentou prejuízos gigantescos, e eu nunca vi ninguém a defender as companhias de seguros e a escrever às autoridades para exigirem aumentos de preços que cubram as perdas...

O COVID-19 vai ter impactos profundos no setor segurador, e são mais e mais duradouros os negativos do que os positivos obtidos agora no seguro obrigatório automóvel por 45 dias de menor tráfego automóvel.

Há efetivamente uma situação anormal que beneficiou as seguradoras nesta cobertura específica, mas, como disse anteriormente, o ano não acabou (o tráfego irá lentamente normalizar-se a partir de Maio), e uma seguradora não tem só seguro de responsabilidade civil automóvel.

Tem também o seguro de danos próprios (o tal que a Marta da televisão diz ser erradamente o “seguro contra todos”), onde, que eu saiba, o mercado todo (exceções que possa haver confirmam a regra) perde dinheiro consistentemente todos os anos, e muitos outros (Lar, Acidentes de Trabalho, Transportes, etc.). Cada um terá um impacto diferente em função das consequências da pandemia. Mas esse será um tema para outra crónica.

Existe uma correlação perfeita entre o crescimento / diminuição do PIB de um país e o crescimento / diminuição do setor segurador Não-Vida desse país. Pelo menos em Portugal tem sido esse invariavelmente o caso. Basta olhar para as previsões de queda da atividade económica em Portugal e no mundo para chegar facilmente à conclusão de que o setor segurador não será nenhuma exceção.

Enfrentará também a sua “perfect storm”, quer em termos de crescimento quer em termos de resultados.

Sobre a petição para a descida dos preços dos seguros

Foi sem qualquer surpresa (mas uma certa irritação) que li uma notícia em finais de Abril que dizia que um grupo de “personalidades”, certamente aborrecidíssimos e entediadíssimos após dezenas de dias em confinamento, em que não podem aparecer nos palcos de exibição de egos das conferências, seminários, tertúlias, palestras, etc. que costumam frequentar, tinha enviado ao Ministério da Economia, com cópia à tutela do setor segurador (ASF / Finanças), e obviamente a tradicional cópia à agência Lusa, para que lhe dê a devida divulgação nos órgãos de comunicação social (incluindo os nomes dos signatários, que o ego assim o exige, é preciso é aparecer), a pedir que os prémios dos seguros de responsabilidade civil no Ramo Automóvel sejam reduzidos em pelo menos 10 %, uma vez que a redução de tráfego está a ser acompanhada de uma diminuição da sinistralidade rodoviária. O cálculo

“matemático” e “atuarial” que fazem para propor tal redução no preço do seguro de responsabilidade civil automóvel é uma espécie de “conta da leiteira”. Se o tráfego reduziu um estimado de 80 % nos últimos 45 dias, que correspondem a uns 12 % do ano, o prémio anual deveria reduzir-se no mínimo nos tais 10 % (foram generosos, 12 % são 12 %!). A maioria das pessoas não sabe, mas uma cobertura de responsabilidade civil automóvel, com cobertura de assistência em viagem e quebra isolada de vidros incluída, custa números redondos, para a maioria dos riscos, 200 euros ano. Falamos, portanto, de uma petição para que as companhias de seguros baixem os preços do seguro obrigatório de automóvel em 20 euros ou menos, porque há quem venda esta cobertura a menos de 200 euros / ano... Porque será que estes ilustres signatários (empresários, professores universitários, presidentes de associações desconhecidas, que de outra forma possivelmente nunca

teriam exposição mediática) se preocupam tanto com os potenciais lucros que o setor segurador venha a ter com a COVID-19 (o ano ainda não acabou, minha gente, ainda vai correr muita água daqui até ao final do exercício), e não se escandalizam com os ganhos estratosféricos que outros estão a tirar da crise sanitária? Uma máscara das mais simples custará uns 5 cêntimos a fazer na China, já posta em Portugal. São vendidas em Portugal a 1,70 euros, 34 vezes o seu custo. As margens no álcool-gel, nas viseiras, etc. são um verdadeiro absurdo, demonstram uma ignóbil usura e um aproveitamento escandaloso da emergência sanitária que enfrentamos. As empresas que fazem protetores acrílicos estão-se a aproveitar da tremenda procura para aumentar as margens dos produtos que vendem drasticamente. Mas a preocupação das “personalidades” está em querer forçar as autoridades a decretar uma descida de 10 % nos prémios do seguro automóvel obrigatório !

BCE garante proporcionalidade das suas decisões

O Banco Central Europeu garante que avalia continuamente a proporcionalidade das suas decisões de política monetária. Esta resposta surge na sequência do pedido do Tribunal Constitucional para a instituição argumentar sobre as suas compras de ativos. O BCE responde que a decisões de política monetária são avaliadas nas suas interações com outros instrumentos, como a política orçamental ou as reformas estruturais. Depois, são tidos em conta os efeitos secundários das políticas assumidas.

Comissão apresenta plano de financiamento nas próximas semanas

A Comissão Europeia pretende apresentar em poucas semanas o plano de financiamento do relançamento da economia da região, no âmbito do impacto causado pela pandemia. Este plano consistirá num mix de transferências e de créditos de longo prazo. De notar que o plano que está a ser delineado prevê que todos os Estados-Membros sejam contemplados, a partir do momento em que recorram aos apoios colocados à sua disposição.

VALOR ASCENDE A MAIS DE 100 MIL MILHÕES DE EUROS

Comissão acelera Plano de Investimento do Pacto Ecológico



A ecologia está no centro das preocupações manifestadas pela Comissão Europeia.

A Comissão Europeia aprovou todos os pedidos apresentados por 18 Estados-Membros para apoiar a preparação dos respetivos planos de transição territorial justa e que cada um terá de desenhar para ter acesso ao financiamento do Mecanismo de Transição Justa. Este mecanismo faz parte do Plano de Investimento do Pacto Ecológico Europeu e mobilizará, pelo menos, 100 mil milhões de euros de investimentos para prestar um apoio específico adicional às regiões mais afetadas pela transição para uma economia com impacto neutro no clima e com menos capacidade para enfrentar esse desafio.

A aprovação surge na sequência de um convite à apresentação de propostas específico, lançado pela Comissão no final de fevereiro de 2020 no âmbito do Programa de Apoio às Reformas Estruturais. Neste âmbito, a Comissão fornecerá co-

nhecimentos especializados específicos em benefício das autoridades nacionais e regionais, nomeadamente para avaliar os impactos sociais, económicos e ambientais da transição e definir o processo de transição até 2030, estabelecer um diálogo entre as partes interessadas, como os cidadãos, as empresas e a sociedade civil, a fim de chegar a uma visão comum sobre a forma de realizar a transição e identificar ações para alcançar com êxito uma transição justa, refere o Executivo comunitário em comunicado.

Ao longo dos próximos meses, até ao final de 2020, a Comissão prestará apoio específico para ajudar os Estados-Membros na preparação dos planos de transição territorial justa. Os Estados-Membros continuarão a ser os responsáveis pela elaboração e finalização dos planos de transição territorial justa, em colaboração com as partes interessadas relevantes ao nível

nacional, regional e local, e pela sua concretização. Os planos serão apresentados à Comissão para aprovação. Para aceder ao financiamento, os Estados-Membros têm de elaborar, em diálogo com a Comissão, planos territoriais de transição justa, nos quais identificarão os territórios que a transição para uma economia com impacto neutro no clima mais impactará, definirão os desafios de desenvolvimento desses territórios e delinearão as suas vias de transição até 2030, em estreita consulta com as partes interessadas aos níveis nacional, regional e local.

A aprovação destes planos pela Comis-

são permitirá desbloquear o apoio aos Estados-Membros através dos três pilares do Mecanismo de Transição Justa, a saber, o Fundo para uma Transição Justa, que concederá subvenções que mobilizarão entre 30 e 50 mil milhões de euros para a transformação económica e social nas regiões abrangidas pelos planos para uma transição justa, um regime específico ao abrigo do InvestEU, que reunirá um montante máximo de 45 mil milhões de euros de investimento privado e uma facilidade de empréstimo do setor público, que mobilizará 25 a 30 mil milhões em investimento do setor público.

PUB

A melhor forma de comer
fruta no escritório

simplefruit®
by fonte viva

Bruxelas quer supervisor único no combate ao branqueamento de capitais

A Comissão Europeia vai avançar com uma proposta para criar um supervisor único na União para combater o branqueamento de capitais. Isto porque o sistema atual, que tem como base a vigilância das autoridades nacionais, não evitou os escândalos recentes, designadamente a lavagem de dinheiro na Holanda, na Estónia ou na Letónia.

Bruxelas admite que tem em análise duas opções, criar uma nova agência europeia ou dar mais responsabilidades à Autoridade Bancária Europeia. A proposta, que será apresentada no primeiro trimestre do próximo ano, é medida mais importante

de um novo plano de ação contra o branqueamento de capitais e o financiamento ao terrorismo. Para a Comissão, a criação de uma nova entidade tem as vantagens de uma maior flexibilidade na sua governação e no seu alcance. Ampliar as competências da EBA tem vantagens em termos orçamentais e uma menor fragmentação do sistema de supervisão. No entanto, se a tarefa ficar para esta última entidade, haverá que melhorar o processo de tomada de decisões, de modo a tornar o mesmo mais centralizado e efetivo. Uma experiência que já foi feita e que não teve resultados práticos.



PAULO VAZ
Jurista e Gestor

Presente envenenado

Fala-se hoje, insistentemente, no novo normal. Não sabemos exatamente como o definir, pois ele revela-se pela negativa – algo que não é antiga normalidade ou aquilo a que estávamos habituados – e não ainda pela positiva, pois desconhecemos a sua construção. Não sabemos o que é, menos ainda o que será, mas sabemos que nada vai ser como dantes depois da pandemia. Há várias visões sobre o futuro que nos aguarda, desde as ingénuas, em que acreditam que tudo vai ser melhor porque o que existia antes estava errado, até às apocalípticas, que veem o fim do mundo ao virar da esquina e nos mais pequenos sinais. Há para todos os gostos e todos os propósitos, especialmente numa era em que as redes sociais se sobrepõem à informação séria, em que o triunfo da ignorância só é batido pelo do disparate mais absurdo. Seja como for, não teremos o mundo de regresso a fevereiro último e não sabemos se o mundo de fevereiro próximo estará muito longe ou menos distante daquele que tinha como fundamentos o que deixámos para trás. As relações humanas encontrarão outro paradigma, até que a salvaguarda de um medicamento ou uma vacina nos afaste o medo do contágio do Covid-19, isto se não se repetirem em breve e com frequência outros surtos de vírus ou doenças similares, assim como a economia mundial tratará de se organizar de forma diversa para poder voltar a funcionar e retomar o crescimento. Mesmo as relações de forças entre as grandes potências globais será distinta, alterando-se os equilíbrios de força no jogo geopolítico, até porque nenhuma delas se saiu bem desta situação, o que evidencia bem que os EUA deixaram de liderar o mundo de forma responsável, mercê da bizarra liderança que escolheram, que a China não é um regime transparente e benévolo, mostrando agora mais visivelmente a sua dura face autocrática, revelando também a hipocrisia planetária de quem com ela negocia e a acoberta, a União Europeia é cada vez menos uma unidade, dividida por uma clivagem que ameaça tornar-se fatal a prazo, entre os países do Norte e do Sul, e a Rússia, de que praticamente ninguém fala, vive o drama do descontrolo da pandemia, ameaçando tornar-se rapidamente um dos casos mais dramáticos e que só não tem consequências internas mais dramáticas pelo silêncio forçado imposto pelo governo autoritário de Putin. E se juntarmos a este descontrolo, cujos danos são ainda difíceis de prever em toda a sua extensão, o Brasil, o Irão ou o continente africano, praticamente abandonado à sua sorte, então será de esperar que o novo normal, que vivemos, e que será ainda mais inédito daqui a alguns meses, se apresente bem diferente de tudo o que conhecemos. Isto é para todos? Não, não é para todos! Tal como a aldeia dos irredutíveis gauleses do Astérix, há na sociedade portuguesa alguns bons exemplos de que o mundo não mudou, se cristaliza pela

simples vontade e se consegue realizar a congelação do tempo e do espaço através do pensamento e da ideologia. Na verdade, o PCP e a sua correia de transmissão sindical, a CGTP, vivem numa “bolha” que se entrincheirou na década de 70, antes da queda do muro de Berlim e do desaparecimento da URSS, tida como o “Sol na Terra”, nas palavras babosas do seu líder histórico Cunhal, recusando-se a perceber que o mundo se transformou e que o tempo foi passando, cada vez com uma vertigem maior, deixando-os para trás numa versão fossilizada, como uma curiosidade arqueológica num museu que cada vez menos se visita. A patética manifestação do “1º de Maio”, na Alameda, em Lisboa, fez lembrar uma parada coreografada da Coreia do Norte, que, certamente cumpriria mais uma data, tal como um ritual litúrgico com escassos fiéis, não fosse a obstinação de se acharem excecionais em pleno estado de exceção, estando acima da lei e da realidade da vida, só faltando apelidar o coronavírus como uma invenção burguesa para ataque aos direitos dos trabalhadores (já faltou mais...). E, se as reações negativas da esmagadora maioria da sociedade não os demoveram, inclusivamente reverteram tal para se vitimizarem em perseguidos, eis que a “festa do Avante”, mais um ato do seu culto, insiste em se realizar, mesmo quando estão proibidos os festivais no país até setembro próximo, considerando-se para tanto mais iguais que os outros, encontrando sempre argumentos para justificarem a sua superioridade face aos demais cidadãos. Não se fizeram esperar críticas ao Governo e a António Costa por estar a compactuar com esta atitude reiterada de pendorrência comunista, que, recorde-se, tiveram pouco mais de 6% dos votos dos portugueses, e com razão; contudo, interpreto isto de outra forma, atendendo à argúcia política do Primeiro-Ministro, que já deu boa prova dela no passado: dizia Napoleão que nunca se deve interferir quando o inimigo está a cometer erros que o enfraqueçam, o que, por maioria de razão, se aplica igualmente aos supostos “amigos e aliados”, pois Costa sabe que a vontade contranatura em insistir realizar eventos e manifestações trará ao PCP e à CGTP menos vantagens que proveito, acelerando a sua anemia e desaparecimento, que o PS gostosamente acolherá no seu seio, contabilizando votos preciosos para as próximas eleições, já que dificilmente os conseguirá conquistar à direita e a extrema-esquerda festiva e desorganizada do Bloco mais cedo ou mais tarde cometerá erros que também o irão beneficiar, já para não falar da paz social nas ruas, assim transacionada sobretudo com os sindicatos da função pública. Há presentes que, por muito generosos que pareçam, contêm veneno, e que a imprevidência ou o monolitismo de alguns, encurralados num tempo que para eles nunca passa ou muda, embora em esclerose galopante que só eles não divisam, os fazem aceitar para sua exclusiva perdição.

PROJETOS & INCENTIVOS
FORMAÇÃO & DESENVOLVIMENTO
SISTEMAS DE GESTÃO
ESTUDOS SETORIAIS

NOVOS ARTIGOS DISPONÍVEIS NO SITE VIDA ECONÓMICA

www.vidaeconomica.pt



JOÃO NUNO FERREIRA
Manager Diretor da Onne
www.onne.pt

COVID-19 E O FRANCHISING: HÁ SOLUÇÕES PARA ULTRAPASSAR ESTA CRISE!

Já muito se falou e fala acerca desta pandemia, dos recuos provocados na nossa economia, como este vírus afeta as empresas e os empresários e, não fugindo à regra, as redes de franchising e os franchisadores e os franchisados. Mas já percebemos que, sendo a saúde a nossa prioridade, também não temos mais tempo a perder e devemos olhar

para o futuro com a certeza que nada será como era. É urgente estruturarmos (ou reestruturarmos) os negócios e as nossas redes de franchising de uma forma confortável para os empresários e empreendedores em geral, e para os franchisadores e franchisados em particular.

MAURÍCIO ANTUNES
Pós-graduado em Gestão de Qualidade e Especialista em Produção e Melhoria Contínua. Trabalha numa multinacional automóvel



VENCER A EPIDEMIA E DESENVOLVER A INDÚSTRIA

Ao finalizar o período de confinamento ou de quarentena, a indústria portuguesa enfrentará de imediato mais uma recessão de nível nacional e internacional em diversos setores. Tomemos o exemplo de vários países no pós-guerra. O Japão, por exemplo, após a segunda guerra mundial, enfrentava problemas económicos diversos e decidiu

renovar a sua indústria desenvolvendo um conceito que visava o bem da empresa e de quem lá trabalhava. Também a Alemanha é um exemplo, que devemos olhar com atenção. Na atualidade, possui um dos maiores níveis de produtividade por hora de trabalho e tem nas suas organizações filosofias enraizadas de sucesso para as empresas e trabalhadores.



MIGUEL MATOS
Consultor de Gestão
Autor do livro SEJA LIVRE

COMO LIQUIDAR UM CRÉDITO MAU?

O crédito bancário a que as empresas estão a tentar obter acesso, no seguimento da paragem abrupta da atividade económica provocada pela pandemia Covid-19, é crédito mau. Ao contrário do crédito bom que as empresas solicitam para colmatarem o capital próprio utilizado nas suas opções de investimento.

O crédito bom deve ser contraído pelas empresas, embora com parcimónia, para que elas possam modernizar ou reconverter os seus espaços e equipamentos ou realizar investimentos de carácter mais incorpóreo, como, por exemplo, na sua marca e na investigação e desenvolvimento de novos processos ou produtos.

JOSÉ RIJO
Licenciado em Direito (UCP); DEA em Direito Tributário Europeu (Universidade de Santiago de Compostela); advogado



UM DESAFIO GIGANTESCO PARA A EUROPA

Muito se tem escrito e comentado sobre as consequências económicas, sociais e políticas da pandemia Covid-19 no continente europeu. Mostrando-se ainda prematura, ao dia de hoje, a quantificação de tais efeitos, parece, todavia, existirem já elementos suficientes para se concluir, sem mais delongas, que o mundo em geral e a Europa em particular se encontram perante um gigantesco desafio. A crise que

agora se começa a instalar afigura-se global, atingindo múltiplas e variadas geografias, não tendo paralelo com as mais recentes crises financeiras ocorridas já neste século. Não será por isso exagerado, no que toca ao Velho Continente, a comparação do previsível estado da economia europeia na ressaca da Covid-19 com o cenário de caos económico e social resultantes da Segunda Guerra Mundial.



SARA MONTE E FREITAS
Partner Expense Reduction Analysts

O QUE VEM A SEGUIR

Estamos no olho do furacão da crise pandémica, e parece impossível descortinar o que vem a seguir. Parece, no entanto, claro que o mundo está a mudar em múltiplas perspetivas e não voltará a ser exatamente como antes, sendo que estamos já lidar com alterações drásticas nas trajetórias económicas, empresariais, políticas, sociais, culturais e até ambientais.

A história é sempre uma base sólida que nos ajuda a colocar tudo em perspetiva, e mencionando apenas algumas das crises que podem ter alguma conexão com esta que atravessamos, observamos que, após a peste negra, após a grande depressão de 1929, e até mesmo após a crise do subprime de 2008, o mundo civilizacional como um todo foi fortemente abalado, mas aprendeu, transformou-se e avançou.

DANIEL MARQUES SERRÃO
jurista Sociedade de Advogados Cerejeira Namora, Marinho Falcão



O AUMENTO DA PROCURADORIA ILÍCITA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Face aos tempos excepcionais em que vivemos, tem-se assistido a uma hiperatividade legislativa que, visando dar uma resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e pela doença Covid-19, veio provocar uma metamorfose do ordenamento jurídico português.

Têm vindo a ser aprovadas várias medidas destinadas aos cidadãos, às empresas e às entidades públicas e privadas, com o duplo propósito de prevenir, conter, mitigar e tratar a infeção epidemiológica por Covid-19 e, simultaneamente, apoiar a sustentabilidade da economia e das empresas.



Ver versão integral:
www.vidaeconomica.pt

Arábia Saudita corta mais um milhão de barris na produção diária

O Governo da Arábia Saudita ordenou uma redução adicional de um milhão de barris de petróleo na sua produção a partir de junho. Este número junta-se ao corte acordados com os países da OPEP e da Rússia. O reino saudita vai cortar a sua produção em cerca de 4,8 milhões de barris diários, relativamente aos níveis de produção de abril. O argumento é que pretende estabilizar os preços do mercado petrolífero, atualmente a registarem uma forte variação, normalmente em baixa.



MÓNICA OLIVEIRA
Docente do ISAG – European Business School

A Covid-19 e os Recursos Humanos na Hotelaria e no Turismo

E de repente tudo mudou... O aparecimento e expansão da Covid a nível nacional e internacional transformaram todo o cenário turístico sem que ninguém se preparasse para o seu efeito. As ruas ficaram desertas, os empreendimentos turísticos fecharam, as aberturas previstas foram adiadas e algumas empresas implementaram o “lay-off”. Verificou-se uma redução brusca de turistas que se sentiu logo em março, até ao seu desaparecimento absoluto provocado pela obrigatoriedade de cumprimento do confinamento, imposto pela maioria dos países. Acabaram as viagens, as compras e a economia estagnou, abalando o crescimento económico do Turismo que Portugal sentiu nos últimos 5 anos.

Urgia pensar em planos de contingência, em estratégias, em soluções. Agiu-se na hora com decisões que, no momento, se pensaram mais adequadas e exequíveis. E mais uma vez nos esquecemos dos Recursos Humanos que diariamente prestam serviços aos nossos turistas nacionais e internacionais. Tomaram-se as decisões que economicamente pareceram mais corretas e sustentáveis e as pessoas sentiram-se negligenciadas.

Além da dispensa de alguns colaboradores, sabemos que, a médio/longo prazo, a crise irá contribuir para o aumento da taxa de desemprego e para a redução dos ordenados, por si só, já considerados baixos no setor. Muito se escreve e fala sobre a falta de recursos humanos qualificados no setor e efetivamente o que fazemos para os reter nesta indústria?

É necessário repensar o Turismo com seriedade e refletir-se sobre a maior atividade económica do País. Não basta, novamente, reposicionar-se Portugal como um destino turístico e definir estratégias económicas de forma a atrair repetidamente os turistas e o consumo, se mais uma vez nos esquecemos de quem diariamente dá a cara pelo nosso Turismo, com uma hospitalidade exímia, simpatia e dedicação, que nos tem garantido alguns prémios internacionais. A qualidade do nosso serviço é reconhecida internacionalmente, apesar de a falta de profissionais ser um dos maiores desafios do setor.

Leio muito sobre a necessidade de as empresas turísticas repensarem a sua oferta, definirem novos processos e modelos de negócio. As empresas deviam aproveitar este momento para refletir na sua estratégia financeira, mas também na sua responsabilidade social. E os colaboradores? É preciso pensar no cliente interno, no que serve e acolhe. Apostar-se, novamente, na valorização dos recursos humanos, pensando na apreciação das pessoas que são a imagem do nosso Turismo.

Aproveitar este momento para formar as pessoas, fornecendo novas competências e conhecimentos que lhes permitam a qualidade de serviço a consequente sustentabilidade do Turismo.

Sou uma pessoa otimista por natureza. Acredito que esta nuvem negra vai passar. Acredito que, ainda que de forma gradual e lenta, a atividade do Turismo vai retomar e iremos superar esta crise, como sempre o fizemos em todos os desafios antecedentes. E, como é óbvio, serão sempre precisos colaboradores formados, motivados e empenhados para esta atividade tão nobre de serviço ao próximo.

Comissão alarga Quadro Temporário a medidas de recapitalização e dívida subordinada

A Comissão adotou uma segunda alteração que alarga o âmbito do Quadro Temporário relativo a medidas de auxílio estatal, para permitir aos Estados-Membros apoiar as respetivas economias no contexto do surto de coronavírus. Bruxelas aprovou já cerca de 1,9 biliões de euros de auxílios estatais à economia da UE. Esta segunda alteração vem complementar os tipos de medidas já abrangidos pelo quadro temporário e pelas regras em vigor em matéria de auxílios estatais.

NOVOS ARTIGOS DISPONÍVEIS NO SITE VIDA ECONÓMICA www.vidaeconomica.pt



MARIA DOS ANJOS GUERRA
advogadA
marianjosguerra-3012p@adv.ao.pt

ARRENDAMENTO – REGIME EXTRAORDINÁRIO E TRANSITÓRIO DE PROTEÇÃO DOS ARRENDATÁRIOS – OPOSIÇÃO À RENOVAÇÃO DOS CONTRATOS PELO SENHORIO - SUSPENSÃO DOS EFEITOS

Tenho uma tia com 91 anos, que é o sustento e apoio de um filho com 54 anos com uma deficiência motora provocada por uma trombose. Vivem numa casa que, há cerca de 9 anos, arrendaram pelo prazo renovável de 3 anos. No passado mês de Março a senhoria

enviou uma carta na qual se opunha ao prolongamento do contrato de arrendamento, que tem a sua data limite no final de 2020. As rendas têm sido pagas na íntegra, pelo que não há qualquer prejuízo para a proprietária. Será que, face à Lei n.º 1-A/2020, de

19 de Março, concretamente o seu artigo 8.º, a senhoria pode proceder à anulação do contrato, tratando-se de duas pessoas que pertencem ao grupo de risco, sem condições de poderem procurar outra casa e não existindo neste momento atual qualquer data prevista para o fim do confinamento?

RITA NEIVA
ADVOGADA

Vilar & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL



RESCISÃO DE CONTRATO DE FORMAÇÃO – COVID-19

Tomando como exemplo um contrato de formação, cujos termos e condições estão devidamente clausulados, nomeadamente quanto ao local – nas instalações da entidade formadora – e quanto à forma de ministrar esse curso – presencial, e face à conjuntura atual, em que tal formação não é possível, como poderá o formando proceder?



JOSÉ MARTINO
Blogger e Consultor em Territórios de Baixa Densidade

Ora, ainda que lhe tenha sido dada a possibilidade de efetuar o curso de forma online ou em datas posteriores (aqui já presencialmente), certo é que muito provavelmente nem essa forma se coaduna com o próprio tipo de curso (nomeadamente, quando se trata de cursos de carácter prático) nem eventualmente terá o formando interesse ou possibilidade em fazer esse curso mais tarde.

PÓS-COVID-19 PRECISA DE NOVO PEPAC

No meu último artigo neste jornal falei sobre o PEPAC, o Programa Estratégico da PAC (Política Agrícola Comum), que Portugal tem de entregar na União Europeia para definir as estratégias que melhor vão definir o desenvolvimento da nossa agricultura e distribuir as verbas comunitárias que nos irão caber. Se o que sabíamos da elaboração deste documento era pouco ou nada, agora, com a crise sanitária que estamos a viver, mais se agravam as condições para elaborar um

documento que cumpra os timings exigidos e que forneça propostas coerentes e exequíveis em sede da União Europeia. Foi neste contexto que lancei a proposta de criação de uma “task force” dos mais proeminentes consultores agrícolas, durante um webinar organizado pela Espaço Visual sobre o futuro da agricultura pós-Covid-19 e que juntou os responsáveis máximos das consultoras agrícolas Espaço Visual, Agro.Ges, Consulai e TerraProjetos.

JORGE GONÇALVES

Diretor de Indústria e Consumo da Minsait em Portugal, e é sobre eficiência energética



A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA INTELIGENTE

A energia, consumo de luz, água, gás e outras fontes energéticas que cada vez mais se aliam à produção autónoma de energia, como os painéis solares, eólicos e outras fontes geradoras, são um bem cada vez mais contabilizado nos gastos gerais das empresas, seja a nível de escritórios, fábricas e vários equipamentos auxiliares,

não excluindo o crescimento motivado por frotas de veículos elétricos. A gestão eficiente de energia tem efeitos financeiros importantes para as empresas, mas também é encarada em muitos casos como uma prática de sustentabilidade ambiental e competitividade.



MIRIAM MCLEMORE
Enterprise strategist da Amazon Web Service

ABRAÇAR O FRACASSO

O sucesso é fascinante, mas o fracasso ensina-nos mais. A incorporação de uma cultura de erro em grandes empresas exige algumas etapas proativas. Nas empresas e na sociedade em geral, valorizamos o sucesso. No entanto, os líderes das empresas inovadoras reconhecem que é através do fracasso – o nosso e o dos nossos colegas – que se aprendem as maiores lições. Aprendemos mais com o fracasso do que com o sucesso, e é certamente mais memorável. Sem o fracasso, não temos apetite por inovação nem curiosidade para

alimentar a descoberta. Se as equipas sentem que há consequências adversas em cometer erros, acabam por afastar-se do risco – e, ao fazê-lo, mantêm o status quo. Nas grandes empresas, a falha raramente é vista como positiva ou até aceitável. Como “Enterprise Strategista” da Amazon Web Services, posso confirmar a reputação da nossa empresa como uma entidade que suporta e até incentiva falhas – e isso começa bem no topo quando Jeff Bezos diz: “A Amazon é o melhor lugar para falhar”.



Ver versão integral:
www.vidaeconomica.pt

NEGÓCIOS E EMPRESAS



FRANCISCO JAIME QUESADO

Economista e Gestor
jaime.quesado@gmail.com

Economia mais, economia menos

Esta crise pandémica que estamos a viver já está a alterar o comportamento da nossa economia e sociedade. Neste novo normal, a universidade tem que mudar de forma drástica, tendo que saber reinventar-se e estabelecer uma nova agenda em termos do seu modelo pedagógico e na forma como se vai articular com os seus diferentes parceiros. A universidade tem que saber protagonizar

a sua própria mudança num tempo novo e num mundo mais complexo. A universidade não pode ficar à espera. Precisamos de uma nova universidade, capaz de perturbar o sistema e que se assuma como uma verdadeira universidade nova, como plataforma de geração de conhecimento com valor para a economia e sociedade, num tempo em que tudo vai ser diferente.



ECONOMIA MAIS

O NOVO PAPEL DAS MULTILATERAIS - A área das Multilaterais representa um conjunto de desafios cada vez mais interessante para várias fileiras e empresas da nossa economia neste tempo de crise. Desde a construção e energia à água e energia, são muitas as oportunidades de participação de empresas portuguesas em projetos de referência em várias zonas do mundo, com efeitos em termos de consolidação da criação de valor global.

“MISE EN VALEUR” - A presente crise vai obrigar muitas lojas, restaurantes e outros espaços de retalho a reinventarem-se em termos da proposta de valor apresentada nos produtos e serviços. Como muito bem destacou o especialista Ramiro Martins numa excelente sessão na AESE, as experiências inovadoras serão a base para uma crescente aposta de “Mise en Valeur” que as empresas terão que saber desenvolver junto dos seus clientes.

O PAPEL DOS WEBINARS - Outra das marcas deste tempo de crise têm sido a aposta nos webinars como plataforma de discussão aberta sobre temas centrais para a nossa economia e sociedade. Como complemento ao teletrabalho, esta nova forma de organização de conferências virtuais tem tido um grande sucesso, permitindo uma partilha de informação e conhecimento como nunca antes se viu.



ECONOMIA MENOS

NOVA ORDEM EMPRESARIAL - Um dos temas que mais tem animado as discussões na área da gestão tem sido o da renovação empresarial. As empresas portuguesas continuam a ter uma forte dimensão familiar e, conforme vários especialistas referiram em recente debate, continua a faltar na maior parte dos casos o recurso a modelos de “governance” que permitam responder aos desafios complexos que esta crise vai suscitar.

APOIOS ÀS EMPRESAS - Os apoios às empresas, tão fundamentais nesta fase complexa que estamos a viver, vieram trazer a lume a ineficiência das articulações entre a área pública e o sistema bancário nacional. Todos concordamos com a necessidade de regular com rigor toda a cadeia de apoios, mas a insuficiência de mecanismos mais céleres nas respostas dadas está já a comprometer a sobrevivência de muitas empresas.

INCERTEZA ECONÓMICA - Nestes períodos incertos e complexos como o que estamos a viver, a retração da oferta e da procura ganhou uma dimensão não vista há muito tempo. Precisamos com muita urgência de reforçar os mecanismos de confiança junto dos consumidores e das empresas, para que se consiga voltar a dar ao mercado o seu contexto natural de crescimento da economia.

Plataforma Open4Business mostra os estabelecimentos abertos

A plataforma Open4Business, que pretende mostrar quais os estabelecimentos que estão abertos, já tem mais de mil registos e continua em fase de crescimento. O produto resulta de uma conjugação de esforços entre a Secretaria de Estado para a Transição Digital e a VOST Portugal, no âmbito do Gabinete de Resposta Digital à Covid-19, coordenado pela área governativa da Economia e da Transição Digital. A plataforma está integrada no portal <https://covid19estamoson.gov.pt/>.

PRIMEIRA WEBCAST REALIZOU-SE COM A AIMMAP

KPMG e associações empresariais minimizam efeitos da Covid-19

A KPMG Portugal junta-se às associações empresariais portuguesas, nomeadamente a AEF, AEP, AIMMAP, APD, ATP e a CCIP, para promover um ciclo de webcasts, com o objetivo de apresentar e debater soluções com impacto para as empresas nacionais no âmbito da pandemia da Covid-19.

Nestes encontros são discutidas soluções críticas para ajudar os empresários no plano das alternativas de financiamento disponíveis, da fiscalidade, de oportunidades de M&A, da cibersegurança e do outsourcing de funções, nomeadamente de contabilidade, entre muitas outras soluções, algumas das quais que a KPMG desenhou e desenvolveu especificamente para ajudar os seus clientes a superar



o atual contexto. A primeira webcast realizou-se com a AIMMAP, entidade com mais de 1000 empresas associadas e que representa mais de 1/3 do valor das exportações totais nacionais (19,6 mil milhões) e 250 mil postos de trabalho, seguindo-se nas próximas semanas vários outros encontros equivalentes com outras associações empresariais. Esta é mais uma inicia-

tiva de colaboração “pro bono” que a KPMG está a desenvolver de apoio aos empresários portugueses, das maiores às microempresas, entre as quais se destaca também a parceria estabelecida com a Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do programa Lisboa Empreende +, que proporcionou às empresas da capital um webinar subordinado ao tema “Covid-19: Medidas Fiscais”.

Apoio à Saúde e à Educação

Neste período, a KPMG Portugal reforçou a sua responsabilidade social no apoio a projectos de solidariedade, como o Camião de Esperança – uma unidade saúde móvel que há várias semanas circula pelo País a realizar testes à COVID-19, junto de populações mais desprotegidas e isoladas geograficamente;

a SOS-Coronavírus, promovida pela AEP e a Ordem dos Médicos, que já angariou mais de 350 mil euros, além de outros donativos em géneros; e a Conta Solidária KPMG, em que já foram depositados dezenas de milhares de euros, destinados à aquisição de equipamentos de protecção que serão distribuídos por hospitais de Norte a Sul do País.

CONSULTÓRIO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

ACELERADOR DE EXPORTAÇÕES

Tenho uma fábrica que produz EPI (Equipamentos de Proteção Individual) e, devido à Covid-19, a procura aumentou. Pretendo aproveitar esta situação para aumentar as minhas exportações. Existe algum apoio?

O concurso do SI Internacionalização das PME, na vertente “Acelerador de exportações”, iria terminar no próximo dia 20, mas foi prorrogado até 8 de junho de 2020.

Esta prioridade tem como condições de acesso específicas:

Apresentar um Volume de Negócios Internacional em 2018 igual ou superior a 20.000 €;

- Apresentar uma Taxa de Exportação em 2018 igual ou superior a 15%;
- Exceção: projetos da região do Algarve, onde só são exigidas exportações em 2018 no caso do setor do turismo.

As tipologias de investimento elegíveis são:

- O conhecimento dos mercados externos (participação em feiras e exposições internacionais);
- A presença na web, através da economia digital;
- O desenvolvimento e promoção internacional de marcas (ações de promoção);
- A prospeção e presença em mercados internacionais;

- O marketing internacional;
- A introdução de novos métodos de organização nas práticas comerciais ou nas relações externas;
- As certificações específicas para os mercados externos.

É elegível a contratação de até 2 técnicos com uma qualificação mínima correspondente a licenciatura e com competências específicas na área da internacionalização, na medida em que forem utilizados no projeto e durante a sua execução, com um máximo de 24 meses. O salário base mensal máximo elegível é de 1850 €. Também são elegíveis as respetivas contribuições para a Segurança Social.

No âmbito das ações de prospeção e ações de promoção são elegíveis despesas com alojamento e deslocação, com os seguintes limites:

- Dentro da Europa – 1.500 €;
- Fora da Europa – 3.000 €.

As ações de prospeção encontram-se limitadas a 4 ações por mercado/país e por ano.

Também a participação em feiras e

exposições internacionais apresenta limites de elegibilidade no que toca às despesas de alojamento e deslocação:

Dentro da Europa – deslocação: 700 €; alojamento: 250 € por cada dia de feira acrescido de 2 dias;

Fora da Europa – deslocação: 1600 €; alojamento: 250 € por cada dia de feira acrescido de 2 dias.

Não são elegíveis despesas relativas a custos normais de funcionamento, manutenção ou substituição, “fees”, comissões sobre vendas, entre outros. O investimento mínimo elegível é de 25.000 €.

O apoio a fundo perdido corresponde a 45% do investimento elegível (apenas 40% para projetos da região de Lisboa).

Os projetos devem apresentar inovação de marketing e/ou organizacional.

As empresas candidatar devem possuir estatuto PME, certificado pelo IAPMEI.

WWW.SIBEC.PT
SIBEC@SIBEC.PT
228 348 500



FISCALIDADE

Governo introduz medidas adicionais de cumprimento de obrigações fiscais

O Governo tem tomado várias medidas de âmbito fiscal no sentido de mitigar o impacto do Covid-19. O Despacho nº 153/2020 – XXII do SEAF introduz medidas adicionais de cumprimento de obrigações fiscais. Renova ainda alguns procedimentos adotados em despachos anteriores em matéria de cumprimentos ds declarações de IVA e ajusta o calendário de obrigações de carácter fiscal.

As medidas para garantir a ordem sequencial no cumprimento de obrigações declarativas implicam a prorrogação do prazo de entrega da IES/DA para 7 de agosto, sem quaisquer penalidades, e o adiamento da preparação/entrega do dossiê fiscal e do processo de documentação respeitante à política adotada em matéria de preços de transferência para final de agosto, também sem quaisquer penalidades. Quanto à renovação de procedimentos em matéria de cumprimento das obrigações declarativas de IVA, as declarações periódicas referentes ao período de março de 2020 (regime mensal) e ao período de janeiro a março (regime trimestral) podem ser calculadas com base nos dados constantes do e-factura, não carecendo de documentação de suporte. Em caso de necessidade, a regularização

As medidas de flexibilização anteriores são aplicáveis a sujeitos passivos que apresentem um volume de negócios referente ao ano de 2019, até 10 milhões de euros

dos erros decorrentes do cálculo com base nos dados do e-factura deve ser efectuada através de declaração de substituição, sem quaisquer acréscimos ou penalidades, desde que essa declaração de substituição e, bem assim, o pagamento / acerto ocorra durante o mês de agosto de 2020.

Medidas de flexibilização

Por sua vez, as medidas de flexibilização anteriores são aplicáveis a sujeitos passivos que apresentem um volume de negócios (nos termos do Código do IVA), referente ao ano de 2019, até 10 milhões de euros, que tenham iniciado a sua actividade em ou após 1 de janeiro de

Adiamento da aplicação do regime previsto na DAC 6

A Comissão Europeia decidiu propor o adiamento das obrigações de comunicação de mecanismos com relevância fiscal previstas na Diretiva (DAC6). Estas obrigações de comunicação deveriam ter início já no próximo dia 1 de julho, sendo que as comunicações relativas a mecanismos cujo primeiro passo de aplicação tenha ocorrido ou venha a ocorrer entre 25 de junho de 2018 e 30 de Junho de 2020 deveriam ocorrer até 31 de agosto de 2020. A Comissão propõe um adiamento de três meses naqueles prazos, tendo ainda sido proposta a possibilidade de os mesmos virem a ser adiados por um período máximo adicional de três meses, dependendo da evolução da pandemia.

AGENDA FISCAL

MAIO

Até ao dia 15

- **IVA - Imposto sobre o valor acrescentado**
- Periodicidade trimestral - Entrega via Internet da declaração periódica relativa às operações efetuadas pelos contribuintes do regime normal trimestral no 1º trimestre de 2020.
- **IVA - Imposto sobre o valor acrescentado**
- Periodicidade Mensal – Pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado, correspondente ao imposto apurado na declaração respeitante a março, pelos sujeitos passivos abrangidos pela periodicidade mensal do regime normal. Possibilidade de pagamento fracionado em 3 ou 6 meses, nos termos do artº 2 do DL nº 10-F/2020, de 26.3
- **IRS – IMT - SELO**
- Declaração Modelo 11 – Envio pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos sujeitos a imposto sobre o rendimento ou património, das relações dos atos praticados no mês anterior.

Até ao dia 20

- **IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares**
- Retenções na Fonte - Entrega das importâncias retidas, no mês anterior, para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS). Possibilidade de pagamento fracionado, em 3 ou 6 meses, disponível no portal das finanças.
- **IRC - Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas**
- Retenções na Fonte - Entrega das importâncias retidas, no mês anterior, para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Possibilidade de pagamento fracionado, em 3 ou 6 meses, disponível no portal das finanças.
- **IVA - Imposto sobre o valor acrescentado**
- Pequenos Retalhistas - Entrega da Guia Modelo P2 ou da Declaração Modelo 1074, pelos retalhistas sujeitos ao regime de tributação previsto no artigo 60.º do CIVA, consoante haja ou não imposto a pagar, relativo ao 1.º trimestre.
- Declaração Recapitulativa - Entrega da Declaração Recapitulativa pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços noutros Estados Membros, no mês anterior, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso excedido o montante de € 50.000.
- **Imposto do Selo**
- Entrega das importâncias retidas, no mês anterior.
- Envio da declaração mensal de Imposto do Selo pelos sujeitos passivos referidos no n.º 1 do art.º 2.º do Imposto do Selo que realizaram operações sujeitas a imposto ainda que delas isentas no mês anterior.

IES

Entrega até 7 de agosto

Em 2020, por força do disposto no Despacho 153-2020 – XXII, de 24 de abril, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, a declaração de Informação Empresarial Simplificada (IES) poderá ser entregue até 7 de agosto sem quaisquer penalidades. Recorde-se que a (IES) deveria ser entregue até ao dia 15 de julho (acompanhada dos respetivos anexos). A IES é entregue via Internet pelos sujeitos passivos de IRC, de IRS (com contabilidade organizada) e de IVA. Os formulários para entrega da IES estão disponíveis no Portal das Finanças (www.portaldas-financas.gov.pt), todavia, esta declaração apenas pode ser submetida pelo Contabilista Certificado, não podendo o contribuinte fazê-lo de forma autónoma.

Prática Fiscal

Obrigações dos Empresários em Nome Individual

Como se comunicam as remunerações dos colaboradores dos ENI? A que obrigações (fiscais e para fiscais) estão os ENI sujeitos?

Um Empresário em Nome Individual (ENI) é, do ponto de vista fiscal e para fiscal, um (ou uma categoria de) trabalhador independente. De facto, de acordo com a alínea b) do artigo 134.º do Código Contributivo, os ENI são trabalhadores especialmente (e obrigatoriamente) abrangidos pelo regime dos trabalhadores independentes.

Assim, antes do exercício de qualquer atividade, os ENI devem apresentar, junto da Administração Tributária, declaração própria (cf. art. 31.º/1 do CIVA e 112 nº 1 do CIRS) e, junto da SS, o modelo RV1000-DGSS devidamente preenchido, para efeitos de enquadramento como trabalhadores independentes.

Uma vez iniciada a atividade e efetuado o devido enquadramento, os trabalhadores independentes em geral e os ENI em particular encontram-se obrigados ao pagamento de contribuições à SS, o que deverá ocorrer até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que as mesmas digam respeito.

Os ENI podem, no âmbito da sua atividade, admitir ao seu serviço trabalhadores em relação de subordinação. Neste caso, os ENI são, para todos os efeitos legais, entidades

empregadoras, sendo-lhes integralmente aplicáveis, entre outros, os artigos 29.º, 32.º, 37.º, 38.º, 40.º e 43.º do Código Contributivo. Os ENI estão, deste modo, obrigados a:

Comunicar a admissão de trabalhadores (nas vinte e quatro horas anteriores ao início do contrato);

Comunicar as alterações ou cessações da relação laboral (até ao dia 10 do mês seguinte ao da ocorrência do facto a comunicar);

Proceder à entrega da declaração de remunerações (até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que diga respeito);

Proceder ao pagamento das contribuições e quotizações mensais (do dia 10 até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que as contribuições e as quotizações dizem respeito).

Importa notar que, ao contrário do que sucede com as sociedades comerciais, a inscrição dos ENI como entidades empregadoras não é automática. Os ENI devem, por isso, submeter à SS o formulário RV1011 DGSS antes da admissão de quaisquer trabalhadores. Se não o fizerem, as DMR não serão aceites. Para além das obrigações referidas os ENI estão sujeitos às obrigações declarativas e de pagamento de imposto em sede de IRS.

Os rendimentos dos ENI são rendimentos da categoria B, apurados através da submissão anual da declaração Modelo 3

de IRS. Os ENI estão igualmente sujeitos à obrigação de efetuar pagamentos por conta, obrigação que deverá ser cumprida em julho, setembro e dezembro de cada ano.

Tendo adotado o regime de contabilidade organizada, os ENI estão obrigados ao preenchimento e entrega da IES até 15 de Julho do ano seguinte (cf. arts. 113.º do CIRS 29.º, n.º 1, alíneas d), e) e f) do CIVA).

Finalmente, dispondo, ou devendo dispor, de contabilidade organizada, os ENI estão ainda obrigados a possuir conta bancária através da qual processem todos os movimentos relativos à atividade empresarial desenvolvida (cf. art. 63.º-C da LGT).

Em sede de IVA os ENI devem comportar-se como qualquer outro sujeito passivo.

A rubrica Prática Fiscal responde às questões e dúvidas colocadas pelos leitores da Vida Económica, através da colaboração com a sociedade Ribeiro da Cunha & Associados.. As questões devem ser enviadas pelo endereço e-mail consultorio@vidaeconomica.pt e serão respondidas com brevidade.



FISCALIDADE

ALP espera resposta do Governo para moratória fiscal

A Associação Lisbonense de Proprietários (ALP) quer uma resposta do Governo relativamente à sua proposta de uma moratória fiscal para os proprietários de imóveis arrendados em sedes de IMI, IRS e AIMI. A associação defende que não se trata de um perdão fiscal, mas da dilação do prazo de pagamento, “semelhante à que foi concedida aos inquilinos no caso do pagamento das rendas durante o estado de emergência e no mês seguinte”. Para a ALP, trata-se de repor alguma justiça “no seguimento da aprovação do regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional”.

AT reestrutura processo das carreiras subsistentes

O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) insistiu junto da administração tributária para a necessidade de regularizar rapidamente a situação dos trabalhadores que se encontram integrados em carreiras subsistentes. A AT respondeu que, face à situação da pandemia, houve a necessidade de voltar a planear todo o procedimento. Não se compromete com prazos, mas garante que o concurso abrirá tão breve quanto possível. Relativamente à metodologia que será usada no procedimento, não é possível apresentar detalhes, mas será usada a avaliação curricular como método de seleção e o procedimento será rápido e simplificado.



ANABELA SANTOS
Consultora da Ordem dos
Contabilistas Certificados
comunicacao@occ.pt

Os capitais próprios em tempos de crise

De entre o vasto elenco de medidas de apoio às empresas que têm sido anunciadas no âmbito do surto pandémico, contam-se diversas linhas de crédito dirigidas à atividade económica em geral e a setores específicos da economia, nomeadamente restauração e similares, agricultura, pescas e turismo. A maiorias destas linhas impõe como condição de acesso a situação líquida positiva no último balanço aprovado ou a situação líquida negativa, mas sujeita a regularização em balanço intercalar aprovado até à data da operação. Muitas empresas viram-se, assim, não só apanhadas pelas consequências da pandemia como confrontadas com a necessidade de reconfigurar os seus balanços para poderem aceder aos balões de oxigénio das linhas de crédito. Por isso, muitos empresários vieram a público manifestar que as linhas de crédito ou de apoio financeiro estariam dirigidas àqueles que, porventura, menos necessitados estivessem, pois só os que tivessem melhor saúde financeira estavam, a priori, mais preparados para obter apoios financeiros. Há ainda linhas de crédito que condicionam a atribuição a empresas que não sejam uma “empresa em dificuldade”, conceito com recorte comunitário que, em termos gerais, implica que esteja perdido metade do capital social em virtude de prejuízos acumulados. A justificação desta exclusão, por seu lado, tem a ver com o facto de estes apoios serem considerados auxílios de Estado aprovados pela Comissão Europeia. E, nesta medida, o racional é o de que, uma vez que a própria existência das empresas em causa está em perigo, uma empresa em dificuldade não pode ser considerada um instrumento adequado para promover a realização de objetivos de outras políticas públicas enquanto a sua viabilidade não estiver assegurada. Por isso, só em circunstâncias específicas é que os auxílios de Estado a estas empresas são aprovados, não podendo ser usados como meros balões de oxigénio.

Balanços regularizados

Para as empresas que têm que vencer a condição da situação líquida positiva no último balanço aprovado ou a situação líquida negativa sujeita a regularização em balanço intercalar aprovado até à data da operação, a necessidade do tal balão de oxigénio precipitou a corrida aos “balanços regularizados”. O saneamento financeiro dos balanços em modo de crise faz-se, na maior parte das vezes, com os recursos que mais facilmente se controlam, desde logo as entregas dos sócios à sociedade a título de suprimentos ou créditos de natureza comercial. De entre as medidas mais comuns a que as empresas podem recorrer, apresentamos para cada

uma os considerandos mais relevantes para a tomada de decisão. A conversão dos suprimentos e/ou créditos do sócio sobre a sociedade em capital social é uma entrada em espécie para a sociedade como contrapartida da atribuição de uma participação social. A capitalização de créditos num aumento de capital permite desonerar o passivo da sociedade mediante a atribuição de participações sociais a terceiros ou sócios credores do montante entregue à sociedade a título de capital. É uma solução que apresenta a virtualidade de evitar a insolvência da sociedade, apesar de não haver uma efetiva atribuição de meios financeiros à sociedade.

Redução da posição creditícia

Contudo, é importante reter que, enquanto credor, o sócio que converteu o seu crédito em participação social da sociedade sofre uma redução na sua posição creditícia, porque se verifica uma alteração substancial na posição face à sociedade devedora, deixando de ser um credor comum e passando a ser sócio, portanto credor de uma determinada parcela do ativo remanescente em caso de dissolução e liquidação da sociedade, mas sempre graduado depois dos primeiros, em caso de insolvência. Por isso, é importante que os sócios estejam conscientes do que estão a abdicar em prol da capitalização de créditos. A sociedade terá que atender aos formalismos das entradas em espécie: a verificação das entradas é feita mediante declaração do contabilista certificado (ou ROC, se a sociedade estiver legalmente sujeita a revisão legal de contas), que é um procedimento simplificado criado pelo Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho, cuja eficácia fica dependente somente da não oposição expressa dos demais sócios. Desta declaração deve constar a menção de que a quantia em causa consta dos registos contabilísticos e a proveniência e data em que os suprimentos foram efetuados. Em termos fiscais, esta operação não dá lugar a qualquer tributação em IRC na esfera da sociedade, já que se trata de uma operação relativa a entradas de capital. A sociedade poderá até usufruir do benefício fiscal à remuneração convencional do capital social pelo valor do aumento do capital dentro dos limites legais. Na esfera do sócio contribuidor, também não há lugar a qualquer tributação, se for uma pessoa singular fora do âmbito de uma atividade profissional. Sendo uma pessoa coletiva, não regista uma perda ou variação patrimonial negativa pela conversão do crédito em capital, mas antes um aumento do valor de aquisição da participação social, o qual só será tributável aquando de uma eventual transmissão ou liquidação da participação.

Créditos sobre a sociedade

Contudo, no caso particular de os créditos sobre a sociedade e que se pretende converter em capital social derivarem de operações de compra dos créditos a terceiros (por exemplo, à Banca) por valor inferior ao seu valor nominal, a Autoridade Tributária tem um entendimento divergente. Esta é uma operação que pode acontecer em situações de reestruturação financeira da sociedade, em que o sócio compra os créditos da sua participada, passando a detê-los não como sócio, mas na qualidade de credor, tendo em vista aliviar a pressão financeira de terceiros sobre a sociedade. Mas se pretender, posteriormente, converter esses créditos em capital, o que é totalmente legítimo se a sociedade continuar a manifestar incapacidade de solver os créditos nos prazos contratuais, a Autoridade Tributária entende que deve ser tributado, no momento da conversão em capital social, o ganho resultante da diferença entre o valor nominal das partes de capital recebidas e o valor de aquisição dos créditos. Esta posição não é defensável à luz do entendimento de que, formal e materialmente, a conversão de créditos em capital constitui um aumento do valor de aquisição da participação social, o qual só será tributável aquando de uma eventual transmissão ou liquidação da participação. Não está aqui subjacente qualquer perdão da dívida pelo credor sócio à sociedade, como pretende a Autoridade Tributária, mas tão-só uma modificação da natureza do crédito, além de mais, potencialmente adversa para o sócio credor, em termos de redução na sua posição creditícia. As prestações suplementares constituem um modo de autofinanciamento muito utilizado nas sociedades portuguesas, que apresenta vantagens em relação quer ao capital quer aos suprimentos: em relação aos aumentos de capital, maior flexibilidade e menores custos, e em relação aos suprimentos, da perspetiva da sociedade, o facto de não serem remuneradas e de integrarem os capitais próprios da sociedade e não o seu passivo. Além do mais, podem também ser utilizadas para futuros aumentos de capital social. Contudo, quanto à admissibilidade da conversão de suprimentos em prestações suplementares, há substanciais dúvidas sobre a possibilidade de efetuar esta operação. Com efeito, as prestações suplementares só podem ter dinheiro por objeto. Ora, os suprimentos não são dinheiro, traduzindo antes um direito de crédito dos sócios em relação à sociedade. Pelo que, não sendo um direito de crédito equivalente a dinheiro, os suprimentos não podem ser convertidos em prestações suplementares, razão pela qual esta operação poderá não ser viável do ponto de vista legal.

Cobertura de prejuízos através de suprimentos

A transferência dos créditos do sócio para resultados transitados com vista à anulação do crédito que detém sobre a empresa representa a cobertura de parte dos prejuízos acumulados, sendo uma operação permitida pelo Código das Sociedades Comerciais. Também neste caso, em termos fiscais, esta operação não dá lugar a qualquer tributação na esfera da sociedade, já que se trata de uma operação relativa a entradas de capital. Na esfera do sócio contribuidor, também não há lugar a qualquer tributação, se for uma pessoa singular fora do âmbito de uma atividade profissional. Sendo uma pessoa coletiva, não há aqui qualquer perdão de dívida, mas antes um aumento do valor de aquisição da participação social. Esta operação traduz-se numa forma de financiamento que, em termos económicos, é substancialmente idêntica a um aumento de capital, devendo, pois, ter o mesmo tratamento fiscal das entradas adicionais dos sócios à sociedade. Para o sócio pessoa coletiva, caso venha a alienar ou a liquidar a participação, os montantes das entregas para cobertura de prejuízos constituem valor de aquisição da participação, o qual é imputado proporcionalmente a cada uma das partes de capital detidas. Sem que esta operação esgote o leque de estratégias de capitalização no curto prazo para fazer face aos balanços deficitários, poderá ainda ser equacionada a redução do capital social para cobertura de prejuízos, operação também ela permitida pela lei comercial e que se traduz numa mera alteração qualitativa do capital próprio. Se após ou em simultâneo com esta operação ainda se pretender fazer um subsequente aumento de capital, desta vez em dinheiro (operação vulgarmente designada de operação harmónio), tal permitirá, na medida desse aumento de capital, a usufruição do benefício fiscal da remuneração convencional do capital social. Para efeitos fiscais, não há aqui lugar a tributação em IRC na esfera da sociedade objeto da cobertura de perdas. Na esfera da entidade participante que seja pessoa coletiva, que vê reduzida a sua participação para fazer face à cobertura dos prejuízos, a anulação da parte de capital por esta via, quando o respetivo sócio, em consequência da anulação, deixe de nela ter qualquer participação, é de considerar transmissão onerosa, apurando-se netão uma mais ou menos-valia fiscal. Refira-se ainda que, em qualquer modalidade de cobertura de prejuízos, a mesma respeita a prejuízos contabilísticos e não a prejuízos fiscais, em nada interferindo no direito ao reporte destes nos termos gerais.

EMPRESAS

DISPENSA DE BOTÃO EVITA RISCOS DE CONTÁGIO

Schmitt+Sohn cria sistema para chamada de elevador por telemóvel

A Schmitt+Sohn, a única empresa em Portugal a produzir de raiz, instalar e fazer a manutenção de elevadores, acaba de lançar um sistema inovador de chamada remota de elevadores que prescinde da necessidade de utilizar os botões dos equipamentos.

“Be Safe Touchless by S+” é a nova solução desenvolvida pela empresa, em conjunto com um parceiro tecnológico, que permite aos utilizadores comandarem o elevador a partir do seu smartphone pessoal. A marcação virtual dos botões é efetuada através de uma aplicação gratuita disponível para iOS e Android.

“Este sistema vai permitir eliminar o risco de contágio de vírus, bactérias e outros microrganismos, por prescindir da utilização do botão físico de chamada e envio do elevador. De forma simples, com uma aplicação de uso intuitivo e rápido, anulamos a necessidade de contacto dos utilizadores com a superfície destes equipamentos de mobilidade, que são cruciais para o bom funcionamento dos edifícios. Além disso, esta solução permite controlar o acesso dos utilizadores a determinados pisos e restringir a utilização dos elevadores em determinados períodos de tempo”, explica Miguel Franco, administrador da empresa.

“Como sociedade e como atores económicos, estamos todos a retomar o quotidiano. Isso vai implicar voltarmos a utilizar, com maior intensidade e frequência, os edifícios de trabalho, de serviços, de saúde, de retalho, além claro da habitação. Os elevadores, escadas mecânicas e tapetes rolantes são uma parte absolutamente crucial para este regresso, sendo claro que são também pontos de contacto intenso de milhares de pessoas e, portanto, com elevado potencial de contágio. Com isto em mente e com os olhos no futuro e não apenas numa situação de prevenção deste vírus em concreto, desenvolvemos o ‘Be Safe by S+’, um leque de soluções desenhado para dar resposta aos desafios de saúde que emergiram com este vírus, mas que serão centrais para o futuro das cidades”, comenta o administrador.

O “Touchless by S+” integra o leque de soluções “Be Safe”, lançado esta semana pela

Schmitt+Sohn com o duplo objetivo de garantir a segurança de utilização dos equipamentos de transporte vertical e transformar

os equipamentos em agentes ativos de prevenção, ao invés de serem agentes ativos de contaminação.



PUB

IMÓVEIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

- Módulo 1 dia 20 maio das 15h00 às 17h30
- Módulo 2 dia 21 maio das 15h00 às 17h30
- Módulo 3 dia 22 maio das 15h00 às 17h30

INSCREVA-SE JÁ! E. anabessa@vidaeconomica.pt • T. 223 399 400/27

Breve Decrição

O direito imobiliário tem vindo a ser alvo de constantes alterações legislativas. Por esta razão a formação nesta área é essencial, tanto mais que, têm sido publicadas medidas excecionais e transitórias para fazer frente aos constrangimentos causados pela fase de pandemia que vivemos . Venha conhecer mais a fundo as normas aplicáveis a este setor, para que melhor se consiga adequar às inevitáveis alterações que o setor imobiliário sofrerá.

Destinatários

Arrendatários, senhorios, empreiteiros, donos de obra, mediadores imobiliários, empresários, investidores imobiliários, profissionais que trabalham na área do mercado imobiliário.

PROGRAMA

Módulo I – Contrato de arrendamento habitacional
Regina Santos Pereira, advogada e sócia da SRS Advogados

- Quais os inquilinos que podem beneficiar das medidas excecionais;
- Quais os procedimentos que os inquilinos devem cumprir;
- Apoio financeiro aos senhorios, inquilinos, estudantes e fiadores;
- Deveres de informação dos inquilinos;
- Moratória no pagamento das rendas, forma e momento para cumprir.
- Resolução dos contratos;
- Caducidade dos contratos (denúncia, oposição à renovação e caducidade por morte);
- Indemnização e Penalidades;
- Processos judiciais.
- Questões

Modulo II – Contrato de arrendamento não habitacional e para fins especiais
Manuel Alexandre Henriques, advogado na Nobre Guedes, Mota Soares & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL

- Arrendamento, Direitos Humanos e condições excecionais;
- Os riscos jurídicos do Covid 19;

- A situação do arrendamento não habitacional;
- Aspetos a ter em conta na elaboração de novos contratos.
- As alterações recentes no arrendamento comercial e alojamento local: o caso das lojas históricas
- O Covid19 no direito imobiliário comparado (principais medidas nos países europeus)
- Questões.

Módulo III – obras e compras de imóveis
Rita Ferreira Vicente, advogada e sócia da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados

- As obras podem (ou têm) que ser suspensas durante a pandemia? Os preços podem ser revistos? A pandemia enquadra-se nas chamadas “cláusulas de força maior”? -uma visão sobre os contratos de empreitada;
- Novos contratos de empreitada - dicas práticas para empreiteiros e donos de obra;
- Análise de contratos promessa de compra e venda de imóveis à luz da pandemia: situações em que podem ser incumpridos;
- Comprar e vender casas em tempo de pandemia: dicas práticas e aspetos a acautelar
- Práticas de atos notariais em tempos de pandemia;

Contratos de arrendamento com opção de compra: uma alternativa para quem tem receio de comprar nesta altura?;

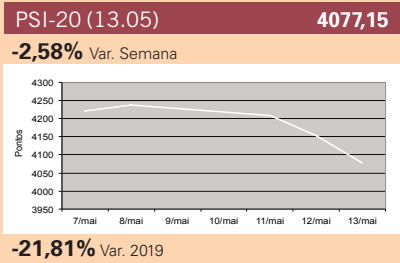
- Questões.

PREÇO: 90€ para público em geral
75€ assinantes VE e membros BNI

Com a organização de:



MERCADOS



Dow Jones 13/mai	23284,32
Var Sem	-1,56%
Var 2018	-18,37%
Nasdaq 13/mai	8867,383
Var Sem	0,15%
Var 2018	-1,17%
IBEX 35 13/mai	6636,30
Var Sem	-0,53%
Var 2018	-30,50%

DAX 13/mai	10542,66
Var Sem	-0,60%
Var 2018	-20,43%
CAC40 13/mai	4344,95
Var Sem	-1,99%
Var 2018	-27,32%

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

ESPECIALISTAS DE MERCADOS INDICAM

Ativos de saúde, tecnologia e sustentabilidade saem reforçados da crise pandémica

AQUILES PINTO
aquilespinto@vidaeconomica.pt

Este período de pandemia mundial tem sido duro para a economia e mercados, havendo lugar a acontecimentos que poucos preveriam como a queda para valores negativos do petróleo nos contratos de futuros do WTI, ocorrida a 20 de abril. Falar em investimentos apetecíveis neste período é andar sobre vidro partido. Há, no entanto, ativos que emergem reforçados deste mar agitado da economia e dos mercados em altura de Covid-19. Saúde, tecnologia e sustentabilidade ambiental são, de acordo com as fontes contactadas pela “Vida Económica”, esses setores.

“Devido à Covid-19 e à consequente significativa diminuição da procura de petróleo, a cotação desta matéria-prima desceu consideravelmente e, a preços bastantes atrativos, retira do mercado outras fontes de energia, como as mais amigas do ambiente, as renováveis, que estarão mais presentes na economia, neste momento, por imperativo legal e capacidade instalada já existente”, considera Paulo Rosa, economista sénior do Banco Carregosa.

Tecnologia “chegou, viu e venceu”

O mesmo responsável salienta que “o setor tecnológico chegou, viu e venceu”, especificamente o mais relacionado com o teletrabalho e a utilização mais frequente do lar, e é um dos grandes ganhadores no seio deste confinamento para responder à propagação da Covid-19. “Principalmente

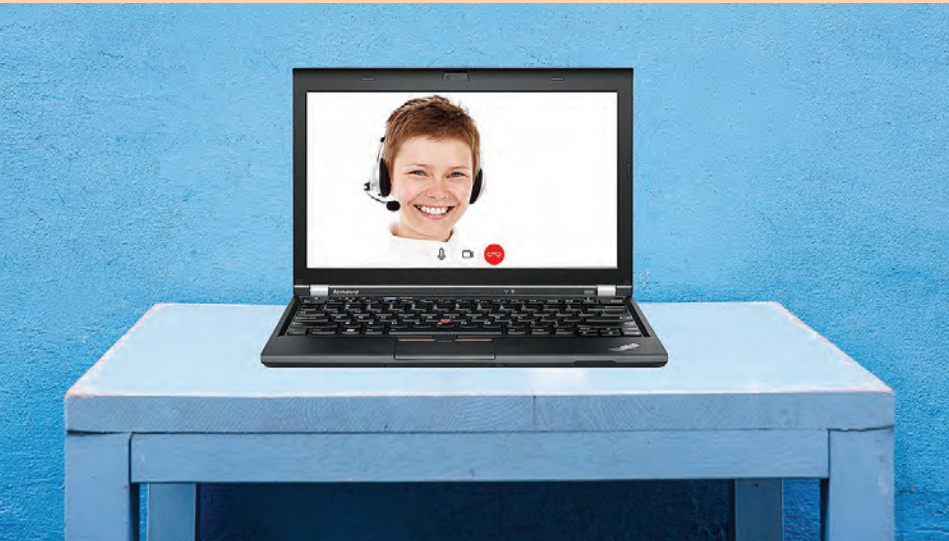
Alguns hábitos tecnológicos irão permanecer enraizados no meio empresarial e social, passando a ser mais frequente o teletrabalho e as reuniões por videoconferência

títulos das principais empresas mundiais, todas elas norte-americanas, desde o Facebook à Google, passando pela Amazon e Netflix. A plataforma Teams da Microsoft é muito utilizada para interação entre professores e alunos, ou por empresas, que também utilizam o Syype for Business”, indica.

Também os setores dos cuidados de saúde e das farmacêuticas têm sido procurados e têm tido um melhor desempenho que outros, de acordo com Paulo Rosa. “Os lares de idosos já são um nicho de mercado muito importante e, em virtude do surto do novo coronavírus, poderão ter um maior incremento no futuro. Os grandes perdedores são os setores da aviação, do turismo e do lazer”, remata o economista sénior do Banco Carregosa.

Setores beneficiados por “Mundo Covid-19”

João Lampreia, head of research do BiG, acredita no potencial de retorno do mer-



Os ativos tecnológicos estão entre os beneficiados pela crise.

cado acionista, “sobretudo no segmento value (empresas com balanços e cash flows resilientes), bem como setores que tendem a beneficiar com temas da nova Covid-19 world: healthcare e tecnologia”. O especialista destaca ainda, por outro lado, “os temas relacionados com a sustentabilidade ambiental e económica, nomeadamente, a sigla conhecida como o investimento em ESG tenderá a cristalizar os ganhos que já vinham sendo evidenciados ainda antes da eclosão da problemática da Covid-19.

Tecnologia veio para ficar

O head of sales da corretora XTB, Nuno Mello, destaca a tecnologia e as telecomu-

nicacões. “O facto de mais de quatro mil milhões de pessoas a nível mundial estarem de quarentena e tomarem medidas de distanciamento social veio de alguma forma mudar a forma como nos comunicamos e como temos contacto com a realidade exterior, através do uso mais generalizado de aplicações como o Skype, Zoom, Youtube, Netflix, etc. E, na minha opinião, alguns destes hábitos irão permanecer enraizados no meio empresarial e social, passando a ser mais frequente o teletrabalho e as reuniões por videoconferência, em detrimento das reuniões presenciais. Dito isto, parece-me que os setores que saem mais reforçados no futuro são o tecnológico e o de telecomunicações”.

Rendimentos do Banco CTT duplicaram

Os rendimentos do Banco CTT mais do que duplicaram, atingindo 19,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2020, um crescimento de 116,4% face a igual período do ano anterior. Excluindo o efeito inorgânico da 321 Crédito (financeira especializada na concessão de crédito automóvel a particulares que o Banco CTT adquiriu em 2019 por 100 milhões de euros) os rendimentos ascenderiam a 11,5 milhões de euros, ainda assim mais 27,8% do que no período homólogo. O crescimento dos rendimentos homólogos contou com a performance positiva da margem financeira nos

primeiros três meses do ano de 2020, mais 1,6 milhões de euros (mais 63,5%), face ao mesmo período de 2019.

Entretanto, o conselho de administração dos CTT decidiu suspender o objetivo de rendimentos e ganhos anunciado para o exercício de 2020, dado que está ainda por determinar a extensão total dos impactos da Covid-19.

Parceira da app Sem Filas

Os CTT e o Banco CTT, tendo sempre como prioridade a segurança e bem-estar dos seus clientes, aderiram à app Sem Filas, uma apli-

cação móvel desenvolvida pela consultora portuguesa InnoWave. Esta permite que os utilizadores tenham acesso a indicações em tempo real dos tempos de espera nos espaços, através do envio de contributos dos clientes, facilitando, neste tempo de pandemia que vivemos, o distanciamento entre todos.

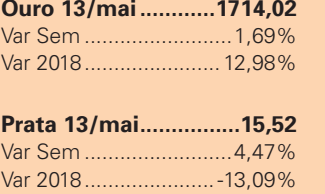
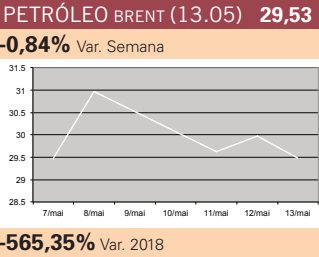
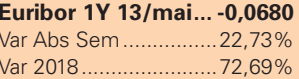
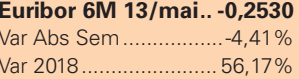
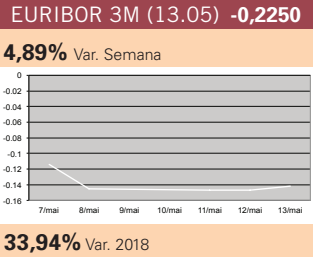
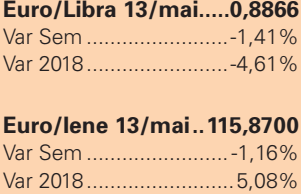
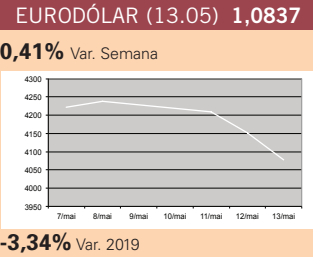
A app Sem Filas procura minimizar a exposição dos portugueses ao risco de contágio no âmbito da pandemia de Covid-19 evitando que estejam ao máximo no exterior, através dos utilizadores que podem configurar a dimensão da fila onde se encontram, em tempo real, num só click (de forma “fácil

e segura” e segura, segundo a empresa), dando assim informação aos restantes, numa ótica social e comunitária.

“Esta é uma solução com grande impacto para o cliente. A associação dos CTT a este tipo de experiência digital reforça a preocupação com o bem-estar do cliente que tem sido demonstrada com as diversas iniciativas em curso, potenciando o posicionamento da marca como mais digital e inovadora para o cliente”, refere António Pedro Silva, administrador executivo dos CTT.

“A nossa missão é mudar a vida através da inovação e agora, mais

do que nunca, queremos juntos, fazer a diferença. Esta união de esforços com o grupo CTT tem como único intuito ajudar na prevenção de aglomerados junto dos estabelecimentos CTT, eliminando os riscos de contágio. Até ao momento já ajudámos 80 mil pessoas a decidir a melhor hora para se deslocarem nas suas compras, e queremos chegar a muito mais”, indica, por seu turno, Tiago Gonçalves, CEO da InnoWave. A app Sem Filas conta já com 80 mil visitantes, 10 mil reports de fila, tendo sido já carregados no serviço mais de 20 mil estabelecimentos e 600 praias.



COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

ALF cria moratória para leasing imobiliário e mobiliário

A Associação Portuguesa de Leasing, Factoring e Renting (ALF) aprovou um regime de moratória privada a que podem aceder as pessoas singulares titulares de contratos de locação financeira imobiliária e mobiliária, que não estejam abrangidos pela moratória pública. Os particulares com contratos de leasing (imobiliário ou mobiliário) junto de instituições que adiram à moratória vão poder beneficiar da interrupção do pagamento das prestações das rendas até 30 de setembro. Os locatários podem efetuar os pedidos de moratória até 30 de junho, desde que tenham celebrado contrato até 26 de março último e não estejam em situação de incumprimento há mais de 90 dias.

Para beneficiarem desta moratória, os titulares dos contratos devem encontrar-se numa das seguintes situações: isolamento profilático ou de doença ou a prestar assistência a filhos ou netos; terem sido colocados em redução do período normal de trabalho ou em suspensão do contrato de trabalho, em virtude de crise empresarial, ou em situação de desemprego; serem elegíveis para o apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador in-

dependente; serem trabalhadores de entidades cujo estabelecimento ou atividade tenha sido objeto de encerramento determinado durante o período de estado de emergência; sofrido uma redução temporária de rendimentos em mais de 20% do respetivo rendimento.

Os clientes podem optar pela suspensão do pagamento do capital ou pela suspensão do pagamento do capital e juros. Já os restantes encargos previstos no contrato podem continuar a ser cobrados, como os impostos, comissões bancárias e prémios de seguros, etc. Além disso, quem beneficiar da moratória pode ainda optar pela manutenção do prazo do contrato inicialmente previsto ou, em alternativa, pela alteração do mesmo, adicionando-se a este um período até um máximo de 12 meses.

Em 2019, o leasing apoiou investimentos no valor de 3,09 mil milhões de euros, com a locação financeira mobiliária a ser responsável por 2,24 mil milhões de euros desse total (1,53 mil milhões de euros referem-se a viaturas e 715 milhões de euros a equipamentos) e a locação financeira imobiliária por 846 milhões de euros.

Seguradoras definiram os critérios para atribuição das compensações

As empresas de seguros que operam em Portugal constituíram um fundo solidário na Associação Portuguesa de Seguradores (APS), que se destinará a apoiar os familiares de um conjunto de profissionais que, durante o período do estado de emergência e no exercício da sua profissão ou de missão voluntária, tenham testado positivo a doença Covid-19 e, em consequência dela, tenham falecido ou venham a falecer.

Os critérios de atribuição das compensações do Fundo Solidário estão já definidos pela equipa que vai ser liderada, uma vez mais, por Pedro Romano Martinez, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Os serviços da APS estão disponíveis para receber a informação dos beneficiários, mediante o envio do formulário que se encontra disponível na página especial Covid-19, dedicada ao fundo solidário do setor segurador, no site

da APS em www.apseguradores.pt. Seguir-se-á um contacto direto com todos os beneficiários, com vista à avaliação da situação pessoal de cada um, por forma a que a repartição das verbas deste fundo possa ser a mais justa e equitativa possível.

“As equipas que irão proceder a essa avaliação estão já constituídas e em condições de iniciar esse trabalho, sendo compostas por pessoas que trabalham nas empresas de seguros, com muita experiência na abordagem a este tipo de situações”, escreve a APS.

Por razões de respeito pela reserva da vida pessoal de todos os potenciais beneficiários, a APS não divulgará nem a identificação nem os montantes que vierem a ser, individualmente, atribuídos, fazendo apenas um balanço global quando se justificar e, naturalmente, quando o processo for encerrado. O Fundo tem uma dotação inicial de 1,5 milhões de euros.

Os critérios de atribuição das compensações do Fundo Solidário estão já definidos



LUÍS TAVARES BRAVO
Diretor de Investment
Advisory no Bison Bank

Porque subiram os mercados, mesmo com sinais de recessão?

O contraste entre a recuperação das bolsas nas últimas semanas e as leituras devastadoras sobre o estado da economia global tem sido evidente. Na prática, os investidores estão aparentemente a olhar para além das perspetivas economicamente assustadoras de curto prazo, e a agir sob uma perspetiva de uma rápida recuperação económica a partir do segundo semestre do ano, assumindo que existem condições para que a pandemia esteja nessa altura mais controlada, e as medidas e que as medidas de bloqueio globais comecem a ser levantadas. Existem algumas razões que explicam esta imunidade, mas que não devem ser confundidas com razões estruturais para considerar que se trata de um rali sustentável. É muito provável que várias incertezas deverão continuar a condicionar os investidores nos tempos mais próximos. Contudo, o mundo desenvolvido parece estar a recolher os primeiros sinais positivos controlo do surto e dos receios

mais imediatos em três frentes importantes. A primeira razão está na linha de frente sanitária. Embora uma vacina não esteja na mesa antes de 2021, os números de propagação parecem ter atingido um pico, e o mundo global parece definido para criar regras para voltar de forma faseada à atividade. Além disso, existem desenvolvimentos na indústria (como sejam os casos do remdesivir, ou dos tratamentos com plasma convalescente, entre outros) que podem permitir que a severidade dos casos seja menor, e consequentemente o número de mortes diminuam. Uma segunda razão está associada à resposta monetária e fiscal coordenada a nível global para conter a severidade da recessão económica, induzida pelo confinamento obrigatório. Os bancos centrais, liderados pelo Fed, fizeram esforços extraordinários para apoiar o sistema financeiro e fortalecer os mercados de ativos. Além disso, os pacotes de apoio fiscal implementados pela maioria dos principais países são

muito maiores do que qualquer coisa vista antes em tempos de paz. Isso tem impedido que o dano económico se tornasse ainda pior, por exemplo com significativo contágio para os mercados monetário e da dívida soberana. Adicionalmente, e talvez mais importante do que a perceção do tamanho da resposta, é a expectativa de que a política monetária seja mantida extremamente acomodatória nos próximos anos aumentou os preços dos ativos. Por fim, uma terceira e última razão prende-se com o aumento progressivo de expectativas por parte de alguns observadores em torno de um formato de recuperação económica em forma de “V”. Por um lado, porque a economia da China está a dar os primeiros sinais de recuperação, desde que as quarentenas terminaram, e, por outro lado, porque o padrão de evolução do vírus parece estar a atingir uma fase de planalto noutras regiões, como a Europa e os Estados Unidos, e que reforçam alguma expectativa de que a economia global pode

voltar ao trilho do crescimento melhor que o inicialmente antecipado. Estes sinais permitiram que os investidores tenham percecionado menor incerteza, ainda que ténue, a diferença entre um desastre e uma depressão profunda tem um valor de confiança, que o mercado capturou e incorporou. No entanto, ainda existem riscos significativos, que precisam ser monitorizados de perto antes que se possa declarar que a turbulência do mercado acabou. O “sucesso” em conter o vírus pode ser revertido à medida que as economias reabrem, e o consenso para manter o apoio às políticas pode se deteriorar. Alguns setores da economia tradicional podem ter de esperar anos até que a confiança seja reposta, enquanto outros podem nem sequer voltar a ser como eram. Os bancos podem precisar de mais aumentos de capital nos próximos anos, na sequência de acentuadas perdas de produto bancário e de uma nova escalada no crédito malparado. Por fim, novos desafios com o

crescente protecionismo podem perturbar a imunidade que os mercados vêm demonstrando aos dados económicos e que estão relacionados aos impactos geopolíticos derivados da escalada da retórica política entre EUA e China. Uma nova guerra comercial entre as duas superpotências tornaria mais profunda a atual recessão e traria de volta alguns velhos fantasmas relacionados com isolacionismo. Por outro lado, a Europa, se se mostrar incapaz de concluir uma resposta económica mais assertiva, pode voltar a incendiar o euroceticismo, colocando mais uma vez os medos da redenominação do euro em cima da mesa. Assim sendo, embora seja aceitável que o mercado tenha incorporado os primeiros indícios de estabilização, os investidores devem também incorporar estas cautelas nas suas carteiras, e ter em consideração o frágil enquadramento macroeconómico, assim como as incertezas que ainda subsistem em termos de controlo da pandemia.

Bancos retêm dividendos no valor de 27 mil milhões

Os bancos da Zona Euro retiveram nos seus balanços mais de 27 mil milhões de euros que iriam pagar em dividendos, de modo a não diminuir o nível de financiamento às famílias e empresas, de acordo com dados do BCE. O banco recomendou aos bancos sob sua supervisão para não pagarem dividendos relativos a 2019 e 2020 até, pelo menos, outubro e travar qualquer programa de recompra de ações próprias, outra fórmula de retribuição ao acionista muito comum.

ALD bem pontuada em sustentabilidade extrafinanceira por Vigeo Eiris

A ALD Automotive anunciou que foi classificada entre as três principais operadoras no setor de serviços de apoio às empresas, numa avaliação extrafinanceira da Vigeo Eiris. Esta avaliação daquela agência internacional independente de classificação não financeira reconhece o compromisso e a capacidade da ALD em implementar com sucesso critérios ambientais, sociais e de governação (ESG) na estratégia da empresa e nas operações diárias.

A empresa de serviços financeiros automóveis recebeu uma pontuação global de 67/100, qualificando-se na categoria de desempenho nível “Avançado”, ocupando a 3ª posição entre as 102 empresas do painel de Serviços de Apoio Empresarial a nível mundial, alcançando sólidos resultados nos três pilares avaliados: Meio Ambiente (66/100),

Social (72/100) e Governação (60/100). Adicionalmente, obteve especialmente bons resultados, com pontuações iguais ou superiores a 75/100 nas áreas de direitos fundamentais do trabalho, diálogo social, gestão de carreira e corrupção. “Estamos orgulhosos destes excelentes resultados que recompensam os nossos esforços contínuos para garantir que os princípios ambientais e sociais se aplicam globalmente e numa base diária, em todas as nossas atividades comerciais”, indica Stephane Renie, head of corporate social responsibility. “Este é um sinal positivo e que nos encoraja a continuar a desenvolver as nossas estratégias sustentáveis para ter um impacto positivo a longo prazo para com os nossos colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e sociedade como um todo”, acrescenta.

Ordens executadas no mercado a contado com forte crescimento

O volume de ordens executadas no mercado a contado pelos intermediários financeiros a operar em Portugal totalizou 32 211,6 milhões de euros, nos três primeiros meses, mais 67,9% do que no trimestre anterior e mais 71,9% do que em igual período de 2019. As ordens executadas sobre dívida privada e dívida pública cresceram face ao quarto trimestre do ano passado, respetivamente 48,7% e 76,2%, enquanto sobre ações aumentaram 64,6%, refere a CMVM em comunicado.

BFF Banking Group com lucro de 23,1 milhões

O BFF Banking Group fechou o primeiro trimestre de 2020 com um lucro líquido reportado de 23,1 milhões de euros (20,8 milhões em lucro líquido ajustado), com uma rentabilidade ajustada de 31% e uma recuperação líquida de juros (LPI), de 3,6 milhões de euros. O saldo de juros (LPI) de bens extrapatrimoniais não reconhecidos aumenta em 31 milhões face ao ano passado, para um total de 408 milhões de euros. Os créditos líquidos a clientes sobem 8%, para 3,7 mil milhões de euros, dos quais 37% ocorreram fora de Itália, contra 34% a finais de março 2019. O crescimento em novos volumes foi de 30%, ascendendo a 1,2 mil milhões de euros, com um crescimento respetivo de 8% em Itália e 107% em Espanha. Fundos disponíveis para financiamento

da operação cresceram 22% em relação há um ano, para quatro mil milhões de euros. As linhas de crédito não utilizadas cresceram para 700 milhões (+115%), o que permite, segundo o BFF Banking Group, “uma maior flexibilidade na absorção de um crescimento de solicitações de créditos ou períodos mais longos para cobrança”. O capital total e o rácio CET1 de 15,3% e 11,2%, respetivamente – excluindo tanto a esperada distribuição de dividendos de 70,9 milhões como também o lucro líquido reportado para o período do primeiro trimestre de 2020, de 23,1 milhões, que o banco italiano especializado, em Portugal, na compra de faturas (factoring) que empresas privadas tenham sobre a administração pública – ficam “muito acima dos requisitos SREP”.



EDUARDO PINTO ALVES
Direção de Investimentos
do Banco Best

Covid-19: e depois?

Após a publicação do documento “É agora?” onde se procedeu à análise do impacto socio-económico derivado deste Coronavírus, e onde se procurou analisar o comportamento histórico dos mercados financeiros decorrente de surtos pandémicos anteriores, por forma a se tentar identificar algum tipo de padrão, chegou agora o momento de pensar no pós-Covid-19. Para quando o regresso à normalidade? Vai ser tudo como dantes? Ou vamos passar a viver uma nova normalidade muito diferente daquilo a que estamos habituados? Não havendo verdades absolutas que nos permitam responder taxativamente às questões acima formuladas, a conclusão a que chegámos através do estudo de grandes epidemias ou pandemias ao longo da história é que, muito provavelmente, “o mundo será um lugar diferente depois desta pandemia”. Na verdade, grandes eventos globais, como guerras e pandemias, não criam novas tendências,

mas aprofundam e aceleram as existentes. Verificam-se mudanças nos comportamentos que aceleram em massa e que obrigam a repensar o modelo de sociedade pós-pandémica. Se algumas das tendências pareciam longe de se tornarem “mainstream” num curto espaço de tempo, o vírus que nos levou ao isolamento parece agora torná-las em comportamentos normais. Impõe-se, assim, perguntar: como vai ser o futuro? Que estratégias de investimento poderão ficar condicionadas? Quais as oportunidades? Esta crise global e sincronizada está a forçar a adoção de medidas monetárias e orçamentais sem precedentes. Os bancos centrais já estão a criar as condições para que as taxas de juro continuem ainda mais baixas e por mais tempo. Os governos – enquanto combatem a pandemia – lançam os primeiros pacotes de auxílio às famílias e empresas, enquanto coordenam o regresso à nova realidade. No capítulo dos investimentos, sendo uma consequência de

expectativas e de resultados económico-financeiros dos vários intervenientes, haverá impactos e alterações que importa estudar. Numa análise que publicámos no passado dia 22 de março, e cuja versão integral está disponível para consulta no website do Banco Best na secção “Best Zoom”, identificámos 5 tendências que deverão centrar as atenções dos investidores até 2025. A saber:

1. Do “Homo economicus” ao “Homo digitalis”
A alteração dos padrões de consumo e o advento de novos modelos de negócio tenderão a acelerar um mundo ainda mais tecnológico e digital com todos os respetivos impactos a médio e longo prazo.
2. As novas fronteiras da saúde
A telemedicina será uma parte visível dessa transformação. Novas áreas serão exploradas para assegurar cuidados médicos com menor custo, em grande escala e mais personalizados. O “Hospital Inteligente” vai dar os primeiros passos.
3. O investimento socialmente responsável (ESG)
O crescimento populacional acarreta múltiplos desafios à sustentabilidade ambiental, pelo maior consumo de recursos, maior esgotamento dos solos, maior emissão de poluentes e maior desflorestação na natureza. O investimento socialmente responsável, que tem vindo a ganhar importância, sairá reforçado com este surto de Covid-19.
4. Taxas de juro mais baixas e menos dividendos
Nos próximos anos será mais difícil implementar estratégias de investimento baseadas na obtenção de rendimento em obrigações (juros) e ações (dividendos). Quais as alternativas?
5. A transição do E-Commerce para o A-Commerce
A inteligência artificial irá ligar-se ao comércio e irá crescer a procura de interação sem contacto, convergindo com os avanços da robótica. É o advento de uma nova geração de comércio: o Automated-Commerce. Haverá, certamente, outras,

mas acreditamos que estas cinco tendências terão um forte impacto socioeconómico e até na própria visão do mundo como o conhecemos hoje. É com o propósito de ajudar a pensar a longo prazo e a permitir um atempado posicionamento em algumas destas tendências de futuro que no Banco Best nos propomos a estudar, mais detalhadamente, cada uma delas. Assim, nas próximas semanas publicaremos cinco documentos (um por cada uma dessas tendências), de que faremos neste espaço de opinião um pequeno resumo e que poderão ser consultados, na sua versão integral, no nosso website na página Best Zoom. Procuraremos descrever-las, analisá-las e, acima de tudo, identificar formas de poder investir, salientando todas as potencialidades, oportunidades, riscos e ameaças que cada uma nos reserva.

Nota: Poderá aceder à versão integral do nosso estudo intitulado “Covid-19: E depois?” na página do Banco Best selecionando no menu o item “Best Zoom”.



INFORMAÇÃO DE MERCADOS FINANCEIROS

Assessoria especializada B2B

Cambial * Taxas de Juro * Commodities * Economia

Vale a pena falar connosco!

R. Júlio Dinis, 247 – 6º - Sala E9 – 4050-324 PORTO

Telefone: 22 609 5888

imfporto@imf.pt

www.imf.pt

m.imf.pt

[Facebook/imfmercados](https://facebook.com/imfmercados)

Av. Duque de Loulé, 123 – Sala 54 – 1050-089 LISBOA

Telefone: 21 324 1204

imflisboa@imf.pt

EDP assegura projeto fotovoltaico nos Estados Unidos

A EDP assegurou um contrato de compra de energia (CAE) a 15 anos, nos Estados Unidos. Em causa está o projeto solar fotovoltaico Sandrini SOL I, de 100 MW, localizado na Califórnia. As operações deverão ter início em 2022. Com este contrato, a elétrica tem assegurados 2,0 GW de projetos a serem instalados nos Estados Unidos em cerca de dois anos. A EDP mantém a estratégia, neste âmbito, de diversificação do seu portfólio, numa perpetiva de risco controlado e de rentabilidade dos projetos.

IFD e FEI lançam programa de 100 milhões para PME portuguesas

A Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) e o Fundo Europeu de Investimento (FEI) anunciaram o lançamento da sua nova parceria de investimento de 100 milhões de euros para investimento em fundos de capital de risco do tipo private equity e capital-desenvolvimento em Portugal. Trata-se do segundo programa lançado em dois anos, agora orientado para a capitalização de PME e Midcaps Portuguesas (Portugal Growth).

A NOSSA ANÁLISE

Telecomunicações e entretenimento são base para um novo depósito estruturado

VÍTOR NORINHA
agenda@vidaeconomica.pt

Três títulos de multinacionais de telecomunicações, um título de “media”, e um título de uma grande companhia de entretenimento são a base de criação de um novo depósito estruturado por parte do Banco Invest. Denominado “Invest Telecoms & Media Mai-20”, este produto pretende ir buscar o crescimento das operações de telecomunicações que estão a lançar novas soluções para o período de pandemia em todo o mundo. A expetativa dos investidores é que este tipo de empresas venha a ser a base de uma nova forma de trabalhar, pois o mundo irá manter-se mais isolado e vão ser necessárias comunicações com cada vez mais capacidade.

No cabaz criado, e para completar as empresas que servem de indexante, está a Walt Disney, uma companhia ligada ao entretenimento e que durante o período de

confinamento tem sido muito afetada pelo encerramento das operações. A expectativa é com o desconfinamento o público regresse em maior número a este tipo de espaço. O produto em si é do conhecimento dos aforradores deste tipo de soluções em que existe garantia do capital investido por parte do emitente e ainda garantia do Fundo de Garantia de Depósitos até 100 mil euros por subscritor, e tem ainda uma remuneração que está condicionada pelo resultado do cabaz. Refere o emitente que a remuneração na data de vencimento – dentro de dois anos – está indexada à rentabilidade do cabaz com as cinco ações, sendo que não poderá ser considerada uma rentabilidade superior a 2% durante o período de contrato em cada

uma das ações. Isto significa que, se alguns dos títulos superarem os 2% de ganho, só será considerado aquele valor para calcular a média. Caso o conjunto dos títulos registre uma média inferior a zero, será considerado uma remuneração de zero, mas não haverá perda de capital como já referimos. Este produto pode ser subscrito até 28 de maio próximo e tem um investimento mínimo de mil euros. De qualquer forma, este depósito estruturado tem riscos, nomeadamente a liquidez, pois não é mobilizável antecipadamente, o que significa que só deve ser subscrito por quem não antecipa necessidade dos fundos. Por outro lado, a evolução das cotações está sujeita às regras do mercado de capitais, o que significa elevada volatilidade.

Esta semana analisamos o “Invest Telecoms & Media Mai-20”, do Banco Invest



ANDRÉ PIRES
Analista na XTB Portugal

Ações tecnológicas superam o mercado

Os investidores estão intrigados com o que esperar do futuro próximo. Por um lado, veem dados económicos desastrosos. Por outro lado, o mercado parece anestesiado, com pouca reação às más notícias. No entanto, o desempenho das ações tecnológicas tem impulsionado a recuperação do S&P 500. Será que a recuperação é justificável e sustentável? A maioria das ações do NYFANG+ superou o S&P 500 este ano. Fonte: Bloomberg, XTB Research Nesta análise, foco-me na Apple, Amazon, Twitter, Facebook, Microsoft, Alfabeto e Netflix. Como se pode ver no gráfico, o Twitter é a única ação do grupo a ficar abaixo do S&P 500 este ano. A segunda ação com pior desempenho é a Alphabet (GOOGL.US), cujo preço atual é aproximadamente igual ao do início do ano, em contrate com o S&P 500, que

caiu 12%. Dito isso, podemos ver que as restantes ações já estão a superar o mercado por uma margem grande. Poderemos assumir que esse desempenho vai durar? Os relatórios de resultados também revelam que todas as ações do grupo conseguiram aumentar as vendas no primeiro trimestre de 2020. Isto pode levar a uma falsa impressão de que tudo corre bem nessas empresas. Digo isto pois os dados também revelam que as tecnológicas tiveram um crescimento de vendas mais fraco do que a média dos últimos anos. As únicas duas empresas que conseguiram ter resultados acima da média foram a Microsoft e a Amazon. Os dados de receita líquida são ainda menos encorajadores, pois cinco de sete ações tiveram ganhos inferiores aos do ano passado. A Microsoft destaca-se pela positiva, pois conseguiu aumentar os ganhos

e as receitas, graças ao seu investimento na unidade de computação em nuvem, o que se revelou muito oportuno, dado o contexto atual. Já nas outras empresas, a análise é mais complexa. Ao contrário da Microsoft, a Amazon não conseguiu beneficiar do impulso das restrições no seu setor de nuvem. Por seu lado, a Apple ainda está a recuperar do impacto das interrupções no fornecimento de componentes, devido aos bloqueios de contenção da pandemia. O aumento no número de assinantes da Netflix poderá abrandar, e o desconfinamento progressivo poderá provocar uma onda de suspensões de subscrições. Além disso, sendo os anúncios uma fonte de receita importante para o Facebook, Twitter e Alphabet, uma ressecção poderá provocar uma quebra nessa receita. A forte liquidação do

mercado e o desempenho relativamente alto das ações de tecnológicas levantam algumas preocupações de que se possa estar a formar uma bolha semelhante à bolha das ponto.com. Em resumo, o colapso potencial nos gastos com anúncios nos próximos trimestres apresenta um grande risco para as ações tecnológicas e para o índice Nasdaq. Obviamente, é possível que esse colapso

não ocorra. No entanto, é necessária alguma precaução nos investimentos, pois o preço das ações das tecnológicas supera significativamente o mercado. Ainda assim, as perspetivas para as ações de tecnologia são melhores do que para as empresas que operam na economia não virtual. Dito isto, pode ser uma decisão acertada aguardar uma correção antes de investir em empresas de tecnologia.



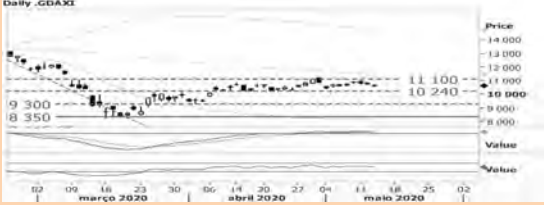
MERCADOS

PSI-20 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO



O índice português deu continuidade ao movimento de lateralização entre os 4 mil e 4400 pontos. Os indicadores técnicos continuam a não apresentar sinais claros, o que deverá sinalizar a continuidade da consolidação neste intervalo no curtíssimo-prazo. Será necessário assim que o índice se afaste deste nível (quer seja uma quebra ou correção) para determinar que tendência apresentará para o curto/médio prazo.

DAX 30 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO



O DAX voltou a falhar o teste aos 11 100 pontos e acabou por corrigir em baixa. O índice alemão permanece assim a lateralizar entre o referido nível e os 10 240 pontos. O índice apresenta uma tendência pouco definida e, à semelhança do PSI 20, deverá dar continuidade à lateralização no curtíssimo prazo.

MERCADO MONETÁRIO INTERBANCÁRIO

FILIPE GARCIA
Economista da IMF – Informação de Mercados Financeiros
filipegarcia@imf.pt

Alheio à polémica, BCE continua a comprar ativos

Depois de uma semana de recuo, as taxas Euribor entre 3 e 12 meses voltaram a subir esta semana entre 2 a 4 pb. A referência a 1 ano encontra-se perto de máximos recentes, não longe dos 0%. Quer o BCE, quer os outros Bancos Centrais mais relevantes, continuam a introduzir medidas de estímulo à economia, tendo no seu conjunto avançado já com um valor na ordem dos \$15 biliões, o que corresponde a quase 20% do PIB global.

Na Europa, a questão que mais se debateu nestes últimos dias relaciona-se com a decisão polémica do Supremo Tribunal da Alemanha que coloca em causa o programa de compra de ativos por parte do BCE, ainda que não seja visado o atual e mais recente programa de estímulos associado à pandemia. Algumas personalidades alemãs relevantes, como o Isabel Schnabel, que é membro do BCE, e a presidente da Comissão Europeia Ursula Von der Leyen, adotaram uma postura de forte oposição à decisão do Supremo Tribunal do seu país, afirmando que este não pode opor-se às decisões do Supremo Tribunal Europeu, de quem consideram ser a jurisdição. Mais uma vez, Angela Merkel surge como apaziguadora de ambos os lados, tentando impedir que a Comissão Europeia interponha uma ação contra o Estado alemão devido a

esta situação e solicitando ao BCE que explique a razão pela qual foi fazendo a compra de títulos no passado. O BCE, entretanto, parece não estar afetado pela polémica e continua a fazer compras no âmbito do seu programa especial relacionado com a pandemia, tendo inclusivamente batido o recorde do volume de títulos adquiridos no decorrer da semana passada.

Em termos de indicadores económicos, os números que têm sido apresentados pelos diferentes países e pela maioria das empresas continuam a apontar para uma situação muito delicada. A gradual reabertura das economias está-se a efetuar com bastantes cautelas para evitar a necessidade regressar à situação de abril, pelo que qualquer sinal de uma “segunda vaga” pode minar a confiança dos agentes económicos

No mercado de taxas fixas, esta última semana não trouxe grandes novidades, apenas se registando subidas marginais. Também nos títulos de dívida pública a situação está relativamente calma. A Alemanha continua com os rendimentos dos seus títulos a 10 anos a rondar os -0,5%. No caso de Itália a situação parece estar agora mais controlada, depois de as agências de rating terem mantido a notação da sua dívida, se bem que nalguns casos a perspetiva

(outlook) tenha mudado para negativa. Os rendimentos dos títulos italianos negoceiam esta semana abaixo dos 1,9 0%, já afastados dos 2% a que chegaram a negociar na semana passada. Olhando para a emissão de obrigações por parte de empresas, verifica-se que estas ocorrem principalmente no segmento de “grau de investimento”, com rendimentos muito baixos, como o caso da emissão da Nestlé em que o rendimento atual (yield) ronda os 0%. Também esta situação decorre da atual política de compra de títulos do BCE que inclui este tipo de dívida nas suas compras regulares.

Na quarta-feira, Portugal foi ao mercado, emitiu cerca de 1.5 mil milhões de euros, repartidos pelas maturidades benchmark a 5 e 10 anos. Para outubro de 2025 a emissão saiu com yield nos 0,258% e para outubro de 2030 nos 0,852%. Para efeitos de comparação, a última emissão para a referência a 5 anos tinha acontecido a 11 de março a uma taxa de 0,059% e a taxa da emissão na referência a 10 anos, em 22 de abril, tinha sido de 1,194%, já bastante influenciada pela Covid-19. O impacto negativo da pandemia parece estar a esbater, beneficiando das constantes compras regulares por parte do BCE.

ANÁLISE PRODUZIDA A 13 DE MAIO DE 2020

EVOLUÇÃO EURIBOR (EM BASIS POINTS)							
	12.maio 2020	15.outubro 2019			05.novembro 2019		
1M	-0,448%	-0,458%	▲	0,010	-0,438%	▲	-0,010
3M	-0,245%	-0,418%	▲	0,173	-0,403%	▲	0,158
6M	-0,147%	-0,358%	▲	0,211	-0,344%	▲	0,197
1Y	-0,073%	-0,303%	▲	0,230	-0,278%	▲	0,205

TAXAS EURIBOR E REFI BCE



FUTUROS EURIBOR		
Data	3 Meses Implícita	
junho 20	-0,295%	
agosto 20	-0,345%	
dezembro 20	-0,390%	
setembro 21	-0,455%	
março 22	-0,450%	
setembro 22	-0,435%	

CONDIÇÕES DOS BANCOS CENTRAIS		
BCE	Euro Refinancing Rate	0,00%
	Euro Marginal Lending Facility	0,25%
	Euro Deposit Facility	-0,50%
*desde 10 de março 2016		
EUA	FED Funds	0,25%
R.Unido	Prime Rate	0,10%
Brasil	Taxa Selic	3,75%
Japão	Repo BoJ	-0,10%

EURO FRA'S		
Forward Rate Agreements		
Tipo*	Bid	Ask
1X4	-0,320	-0,300
3X6	-0,351	-0,331
1X7	-0,214	-0,194
3X9	-0,292	-0,242
6X12	-0,320	-0,300
12X24	-0,298	-0,288

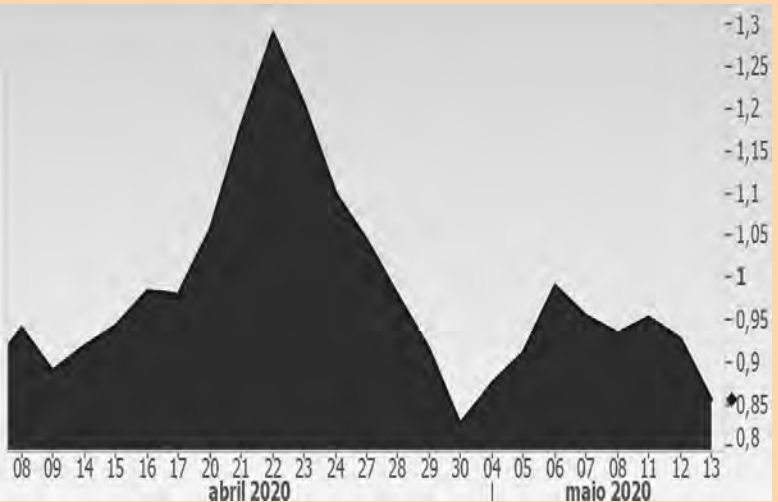
*1x4 – Período termina a 4 meses, com início a 1M

EURO IRS		
InterestSwapsvs Euribor 6M		
Prazo	Bid	Ask
2Y	-0,304	-0,299
3Y	-0,320	-0,310
5Y	-0,310	-0,300
8Y	-0,224	-0,214
10Y	-0,169	-0,129

Obrigações	5Y	10Y
	0,28	0,86
	0,05	0,82
	-0,42	-0,05
	-0,73	-0,52
	1,35	1,81
	0,06	0,22
	0,32	0,66
	-0,11	0,00

Fontes: Reuters e IMF

YIELD 10 ANOS PORTUGAL



RUI COSTA ruicosta@imf.pt

Eur/Usd segue a consolidar entre \$1,08 e \$1,10

EUR/USD

Daily EUR=

Eur/Usd

O Eur/Usd dá seguimento ao movimento de lateralização que tem vindo a descrever desde abril, após ter falhando o teste ao limite inferior deste, em torno dos \$1,075. Os indicadores técnicos não fornecem sinais muitos claros, podendo indicar que o par poderá continuar a consolidar entre os \$1,08 e os \$1,10 no curtíssimo prazo.

Eur/Gbp

O Eur/Gbp apresenta agora uma ligeira perspetiva bullish para o curtíssimo-prazo, à medida que testa níveis acima dos 50% de retração de fibonacci (£0,88). O par deverá assim dar continuidade aos ganhos, de encontro aos 61,8% de retração £0,8950.

cunha descendente. A perspetiva bearish mantém-se assim para o curto-prazo, devendo o par continuar a recuar até ao próximo suporte, em torno dos 112 ienes.

	13/maio/20	Var. Semanal (%)	Var. a 30 dias (%)	Var. desde 1 jan (%)
EUR/USD	1,0875	0,30%	-0,09%	-9,86%
EUR/IPY	116,28	0,49%	-1,91%	-14,09%
EUR/GBP	0,8825	1,36%	0,17%	-0,80%
EUR/CHF	1,0528	0,03%	-0,51%	-10,16%
EUR/NOK	10,9380	-2,10%	-1,41%	11,90%
EUR/SEK	10,5843	-1,06%	-2,71%	7,69%
EUR/DKK	7,4556	-0,08%	-0,16%	0,16%
EUR/PLN	4,5636	0,71%	0,62%	9,61%
EUR/AUD	1,6687	-0,82%	-5,07%	8,27%
EUR/NZD	1,7983	0,41%	-0,97%	6,06%
EUR/CAD	1,5243	0,28%	-0,10%	0,76%
EUR/ZAR	19,9190	0,09%	-0,32%	33,68%
EUR/BRL	6,3606	6,76%	12,22%	61,01%

Liberty Global e Telefónica concluem fusão no Reino Unido

A Liberty Global e a Telefónica concluíram um acordo para fundonar as suas filiais britânicas no setor dos telemóveis. A operação envolve um montante superior a 35 mil milhões de euros, dívida incluída, sendo que vai acentuar a concorrência face ao líder britânico BT. De notar que este é o negócio mais importante na área das telecomunicações no Reino Unido, nos últimos anos. Não são esperados obstáculos por parte das autoridades reguladoras.

“The New York Times” aumenta lucros em 9%

O “The New York Times” obteve um resultado líquido de 30 milhões de euros, no primeiro trimestre, o que se traduziu num aumento de quase 9%, face a igual período do ano passado, o que se ficou a dever à angariação de 587 mil novos subscritores. Foi o maior número trimestral de sempre nas adesões por parte do periódico. Ainda assim, as receitas publicitárias em queda e o aumento dos custos penalizaram o resultado operacional em 21%, para 25 milhões de euros.

TÍTULOS EURONEXT LISBOA					PAINEL BANCO SANTANDER								
Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act	
ALTRI SGPS SA	4,268	-9,19%	6,525	2,750	0,300	0,438	14,227	9,744	7,03%	6,19%	13-05-2020	16:35:27	
IBERSOL SGPS SA	3,840	-1,79%	9,200	3,710	-0,130	0,375	-	10,240	2,60%	2,60%	13-05-2020	16:35:10	
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-R	0,089	-7,02%	0,289	0,089	0,013	0,015	6,831	5,920	-	2,25%	13-05-2020	16:36:12	
F. RAMADA INVESTIMENTOS SGPS SA	3,700	6,02%	7,760	2,600	0,280	0,320	13,214	11,563	16,22%	3,78%	13-05-2020	16:29:26	
CORTICEIRA AMORIM SA	8,600	-6,62%	11,780	7,480	0,532	0,655	16,165	13,130	2,15%	3,28%	13-05-2020	16:35:19	
CTT-CORREIOS DE PORTUGAL	1,938	-9,23%	3,408	1,732	0,215	0,287	9,014	6,753	-	5,83%	13-05-2020	16:35:19	
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL SA	3,963	1,62%	4,987	2,994	0,224	0,237	17,692	16,722	4,79%	4,79%	13-05-2020	16:35:27	
EDP RENOVAVEIS SA	11,560	5,09%	13,800	8,120	0,372	0,429	31,075	26,946	0,69%	0,77%	13-05-2020	16:35:18	
GALP ENERGIA SGPS SA	9,718	-4,44%	15,950	7,738	0,418	0,732	23,249	13,276	7,20%	7,42%	13-05-2020	16:35:16	
JERONIMO MARTINS	15,705	1,91%	17,425	12,760	0,688	0,758	22,827	20,719	2,20%	2,37%	13-05-2020	16:35:26	
MOTA ENGIL SGPS SA	1,034	-4,26%	2,210	1,007	0,230	0,450	4,496	2,298	7,16%	4,84%	13-05-2020	16:35:17	
NAVIGATOR CO SA/THE	2,096	-7,67%	3,546	1,869	0,190	0,237	11,032	8,844	13,33%	11,07%	13-05-2020	16:37:01	
NOS SGPS	3,146	-5,18%	5,970	2,680	0,275	0,322	11,440	9,770	8,84%	9,73%	13-05-2020	16:35:01	
PHAROL SGPS SA	0,066	-3,91%	0,165	0,050	-	-	-	-	-	-	13-05-2020	16:35:09	
REDES ENERGETICAS NACIONAIS	2,510	2,87%	2,820	1,894	0,164	0,169	15,305	14,852	6,81%	6,77%	13-05-2020	16:35:10	
SEMAPA-SOCIEDADE DE INVESTIM	8,020	-9,07%	14,280	6,960	1,180	1,570	6,797	5,108	-	6,02%	13-05-2020	16:35:03	
SONAE CAPITAL SGPS SA	0,416	-11,49%	0,899	0,390	0,015	0,020	27,733	20,800	-	3,13%	13-05-2020	16:37:00	
SONAE	0,623	-9,38%	0,961	0,500	0,088	0,080	7,080	7,788	7,43%	7,87%	13-05-2020	16:36:57	

TÍTULOS MERCADOS EUROPEUS					PAINEL BANCO SANTANDER								
Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act	
BANCO SANTANDER SA	1,874	-3,25%	4,260	1,865	0,209	0,294	8,965	6,373	12,28%	1,92%	13-05-2020	16:38:00	
INDUSTRIA DE DISENO TEXTIL	23,540	5,94%	32,280	18,505	0,804	1,146	29,279	20,541	-	3,14%	13-05-2020	16:38:00	
REPSOL SA	8,070	-5,13%	15,665	5,920	0,448	1,146	29,279	20,541	-	3,14%	13-05-2020	16:38:00	
TELEFONICA SA	4,181	-2,34%	7,592	3,533	0,546	0,570	7,658	7,335	9,57%	9,35%	13-05-2020	16:38:00	
SIEMENS AG-REG	86,100	4,40%	119,900	58,770	5,343	6,779	16,062	12,660	4,54%	4,23%	13-05-2020	16:35:05	
CARREFOUR SA	12,885	-0,27%	18,150	12,195	1,224	1,350	10,527	9,544	1,79%	3,58%	13-05-2020	16:35:11	
BAYER AG-REG	57,420	-1,76%	78,340	44,855	6,982	7,879	8,220	7,284	4,86%	5,10%	13-05-2020	16:35:23	
DEUTSCHE BANK AG-REGISTERED	6,093	-3,90%	10,370	4,449	-0,501	0,180	-	33,706	-	0,03%	13-05-2020	16:35:25	
RWE AG	27,100	2,19%	34,640	20,050	1,602	1,941	16,873	13,926	2,95%	3,20%	13-05-2020	16:35:09	
VOLKSWAGEN AG	130,500	-3,12%	185,000	99,160	11,266	22,089	11,566	5,899	4,99%	2,68%	13-05-2020	16:35:05	
ING GROEP NV-CVA	4,789	2,91%	11,258	4,226	0,737	0,863	6,497	5,549	-	7,41%	13-05-2020	16:39:58	

Este relatório foi elaborado pela tesouraria do Banco Santander em Portugal, telf 21 381 65 80, email: cashequities@santander.pt, com base em informação disponível ao público e considerada fidedigna, no entanto, a sua exactidão não é totalmente garantida. Este relatório é apenas para informação, não constituindo qualquer proposta de compra ou venda em qualquer dos títulos mencionados.



PAULO ROSA
Economista Sénior do Banco Carregosa

Inflação, emprego e moeda

A Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) refere que a multiplicação da quantidade de moeda, M, pela velocidade, V, é igual ao PIB, ou seja, à produção multiplicada pelos preços. A velocidade, dada pelo rácio entre o PIB e o agregado monetário M2, sempre foi considerada academicamente como constante. No entanto, nos EUA desceu gradualmente dos níveis mais elevados de sempre nos 2, em 2007, para apenas 1,42 no final de 2019. É provável que desça abaixo de 1, valor nunca alcançado. Neste período, o balanço da FED quintuplicou. De relembrar que os Bancos Centrais (BC) não estão abertos ao público, e o seu dinheiro só chega aos agentes económicos através das instituições monetárias (bancos), estando dependente da análise de crédito. A compra de ativos pelos BC impulsiona as cotações destes. Em 2020 o balanço da FED aumentou 60%, e espera-se que a velocidade desça devido ao confinamento, e não haja pressões inflacionistas, apesar do fluxo de dinheiro em simultâneo dos principais BC. A famosa curva de Phillips representa uma relação de “trade-off” entre inflação e desemprego, eixo das coordenadas e abcissas respetivamente, no curto prazo. Segundo esta teoria, uma menor taxa de desemprego leva a um aumento da inflação, via salários, é uma função negativa. Mais tarde, a inflação na equação original foi substituída pela análise das expectativas adaptativas, porque, numa perspectiva de longo prazo, seria mais relevante a variação da taxa de inflação, via salários, é uma função negativa. Mais tarde, a inflação na equação original foi substituída pela análise das expectativas adaptativas, porque, numa perspectiva de longo prazo, seria mais relevante a variação da taxa de inflação, via salários, é uma função negativa. Segundo esta última teoria de Milton Friedman e Edmund Phelps, curva de Phillips aceleracionista, para que se mantenha a taxa de desemprego a níveis inferiores ao da taxa de desemprego natural, o que importa não é a taxa de inflação, mas a sua variação, necessitando-se de taxas de inflação cada vez maiores para manter o pleno emprego. No longo prazo a inflação observada tornar-se-ia igual à esperada, e não seria verificada nenhuma relação entre a inflação e o desemprego, a curva passaria a ser vertical. Porém, há muitos anos, a curva de Phillips está cada vez mais achatada, e, na realidade, é horizontal em boa parte dos países desenvolvidos. EUA,

Reino Unido, Japão e Suíça têm pleno emprego há décadas, apesar de a taxa de inflação permanecer muito perto de zero. A economia dos EUA passou de uma taxa de pleno emprego, espelhada numa taxa de desemprego de 4,6%, em 2007, para 10% no final de 2009 e foi recuperando até aos 3,5% no início de 2020. Mas a taxa de inflação tem permanecido estável abaixo dos 2%, pontualmente acima com subida momentânea do preço do petróleo. A taxa de desemprego no Japão e na Suíça é estável há mais de 20 anos, em torno dos 4% e dos 3%, e no Reino Unido é atualmente de 3,9%. Obviamente, irão subir significativamente devido à Covid-19, ao confinamento e consequentes danos na economia. Porém, a inflação tem permanecido à volta do zero. De 1970 a 2008, o nível de globalização duplicou, dos 27% para os 60%, quando medido pelo grau de abertura da economia mundial (comércio internacional global em relação ao PIB mundial), e estabilizou nos últimos 12 anos. Nesse mesmo período, a inflação desceu nos países desenvolvidos, com exceção do choque petrolífero. Em alguns países emergentes estabilizou, na China, em torno dos 2%, e na Coreia do Sul, atualmente, nos 1%. Nas últimas décadas há uma crescente deslocalização da produção dos países desenvolvidos para os países emergentes, e consequente diminuição da pressão dos salários com o crescente pleno emprego no Ocidente, que, em boa verdade, foi transferida para a mão-de-obra dos países emergentes. Os bens são mais baratos, dando lugar a deflação importada. No longo prazo, o impacto da Covid-19 será maior nos serviços, e não reduzirá significativamente o comércio de “trade goods”. Os BC já percecionaram que a Curva Phillips mais plana é uma característica estrutural das economias avançadas, e estão mais tolerantes no controlo da inflação. A FED tem como objetivo o pleno emprego e a estabilidade de preços, mas é cada vez mais evidente que a maior preocupação é o emprego. A nova teoria da política monetária (MMT, “Modern Money Theory”) refere que o principal é manter o pleno emprego e não nos devemos preocupar com a dívida, e a sua monetização, enquanto não aparecer inflação.



eBroker

As principais bolsas mundiais ao seu alcance.

O acesso digital dos mercados financeiros.

Para clientes aderentes ao Netbanco e App eBroker.
Informe-se sobre as condições do serviço em www.santander.pt



O que podemos fazer por si hoje?

AUTOMÓVEL

Oficinas procuram soluções de atendimento por vídeo

AQUILES PINTO
aquilespinto@vidaeconomica.pt

As oficinas de automóveis, tal como outras empresas, procuram soluções de atendimentos remoto para lhes permitir manter o contacto à distância com o cliente durante a pandemia de Covid-19. A CitNOW, empresa que desenvolveu tecnologia de vídeo para o setor automóvel, pela aplicação Workshop, sente esse efeito. A aplicação já é usada, de acordo com Ricardo Carvalho, consultor sénior da CitNOW em Portugal, por cerca de 100 oficinas no nosso país, mas a tendência é aumentar. “Atendendo ao atual contexto, temos vindo a ser contactados por diversas redes de marcas no sentido da adesão, pois os smart vídeos são, talvez, a forma mais eficaz de estabelecer uma relação contactless com os seus clientes, na medida em que cobrem os vários pontos de contacto com o cliente definidos no processo/ciclo do pós-venda convencional”, disse à “Vida Económica”. Entre as oficinas que utilizam a ferramenta da empresa, há uma predominância de 95% nas oficinas de marca e de 5% nas multimarca. “Os smart vídeos estão cada vez mais ligados a standards de mer-

cado e de serviço e, talvez por essa razão, a reação das marcas torna-se mais célere do que nas oficinas multimarca”, explica Ricardo Carvalho. A atual pandemia veio reforçar a competitividade de soluções como esta. “Já sentíamos muita procura, mas, de facto, a pandemia veio acelerar a digitalização dos processos, novos enquadramentos e respostas ao nível de customer experience e de customer journey. Os smart vídeos são, por excelência, uma ferramenta de proximidade, transparência e de confiança e, por estes dias, tornaram-se, também, social e sanitariamente responsáveis”, indica o consultora da CitNOW. O entrevistado considera, além disso, que as empresas que já estavam preparado com ferramentas deste género obterão vantagens concorrenciais daqui para a frente. “Tivemos a oportunidade de cruzar informação com fabricantes e redes de distribuição e quem continuou a operar através dos smart vídeos, além de uma maior resiliência, conseguiu manter algumas vendas. É um facto e valida o racional da importância dos smart vídeos. Se dúvidas houvesse, elas foram dissipadas”, defende Ricardo Carvalho.

BBC Top Gear no canal Blaze

A nova versão do Top Gear, série da BBC dedicada aos automóveis, é, desde terça-feira (dia 12), transmitida no canal de cabo Blaze. Os quatro primeiros episódios têm os seguintes títulos: Etiópia, Carros Elétricos, Bornéu e Islândia. Os apresentadores originais da série, que eram, recorde-se, Jeremy Clarkson, Richard Hammond e James May, saíram em 2015. O novo trio de apresentadores é composto por Freddie Flintoff, Paddy McGuinness e Chris Harris, acompanhados pelo enigmático Stig.



Ricardo Carvalho indica que os operadores que usam a ferramenta têm vantagens competitivas.

Um euro por análise de veículo

Através da aplicação Workshop, os clientes são informados sobre todos os aspetos fundamentais do processo de reparação ou revisão do seu automóvel, à distância e sem contacto. Depois da reunião online e de as condições para a entrega do veículo estarem estabelecidas, o cliente recebe um vídeo em que pode visualizar o estado da viatura, com informações detalhadas sobre os procedimentos necessários, bem como o custo do serviço. Juntamente com o vídeo, o cliente recebe uma folha de orçamento, que permite aprová-lo online, em qualquer dispositivo. A aprovação chega, assim, diretamente a um consultor de serviço – uma enorme vantagem para o cliente e para a oficina, uma vez que este processo evita a deslocação do cliente para aprovação do processo. O investimento aproximado necessário para equipar uma oficina com a solução varia em função de vários fatores, desde o número de oficinas abrangidas, mas pode ser inferior a um euro por análise de veículo, segundo o consultora sénior da CitNow Portugal. “O nosso racional

é claro e ajustado a cada uma das realidades. O investimento inicial comporta a configuração e um programa de formação on going. Temos, depois, “fees” mensais. A nossa ferramenta é uma solução de produtividade em termos de processo oficial, com impactos elevados no serviço ao cliente. Assim, se fizermos uma análise por smart vídeo/viatura em oficina, com base no nosso histórico, teremos um rácio abaixo de um euro numa análise de afetação monetária. Um investimento muito baixo atendendo ao benefício gerado ao processo e ao cliente”.

Quase 300 fábricas automóveis já laboram na Europa

A Europa tinha, no fim da semana passada, 298 fábricas de viaturas automóveis já em produção depois da paragem devido à pandemia de Covid-19, segundo a Associação dos Construtores Europeus de Automóveis (ACEA). 96 das 298 unidades em operação no continente estão situadas na União Europeia, cinco das quais em Portugal. Das 298 unidades, 154 são de comerciais (38 unidades de comerciais ligeiros, 58 de camiões e 58 de autocarros), juntam-se 142 de viaturas de passageiros e 71 de motores. As fábricas que já retomaram, de acordo com a lista da ACEA, em Portugal são Volkswagen Autoeuropa, PSA de Mangualde, Mitsubishi Fuso no Tramagal, Toyota Motor Europa em Ovar e CaetanoBus em Gaia. Em suma, segundo a associação europeia, das maiores fábricas nacionais ligadas ao setor, só a Renault em Cacia ainda não retomou operação após o pico da crise pandémica do novo coronavírus (o regresso da fábrica aveirense está, porém, para breve). A indústria automóvel tem, desde meados de março, sofrido um forte impacto da crise da Covid-19, com as fábricas a estarem fechadas durante por 29 dias úteis, em média, até o momento. As perdas de produção em toda a UE, como resultado dessas paralisações nas fábricas, totalizam,

até agora, perto de 2,3 milhões de veículos. Embora várias fábricas estejam, lentamente, a reiniciar a produção, ainda estão a operar muito abaixo da capacidade prévia à paragem. **ACEA defende incentivos ao consumo**

“Esses dados mostram a enorme escala da área industrial do nosso sector, abrangendo todo o continente europeu”, afirma o diretor-geral da ACEA, Eric-Mark Huitema. “Um relançamento bem-sucedido do sector automóvel pós-coronavírus será claramente vital para a recuperação económica mais ampla da Europa”, acrescenta. “Se quisermos voltar à produção em larga escala, os fabricantes e fornecedores de automóveis devem colocar as suas fábricas em funcionamento de maneira rápida e coordenada. É por isso que apelamos à UE para apoiar um reinício coordenado de atividades e investimentos ao longo da cadeia de abastecimento. Também serão necessárias medidas para estimular a procura, uma vez que as vendas caíram para um nível historicamente baixo em todos os mercados-chave”, salienta Eric-Mark Huitema.

Estudo aponta para maior procura por veículo próprio devido à Covid-19

A pandemia de Covid-19 pode mudar, pelo menos enquanto não houver uma vacina, o padrão de compra e uso de automóvel, de acordo com a Ipsos. A consultora levou a cabo um inquérito a consumidores na China e a conclusão é que o receio de contágio reduziu a tendência para usar transportes públicos e aumentou a preferência pelo automóvel privado. A opção pelo veículo pessoal na intenção de uso passou de 34% antes da pandemia para 66% depois do surto. Já a escolha de transportes públicos (autocarro e metro) passou de 56% para apenas 24%. As opções por táxi e plataformas de car-hailing (como a Uber, a Kapten ou a Bolt) também caem, passando de 21% (em ambos os casos) antes do surto para 15% (táxi) e 12% (car-hailing) depois. Quanto ao uso de bicicleta, a intenção não se alterou (45%) e no car-sharing e rent-a-car houve uma ligeira subida, mas manteve-se residual (de 3% para 5%). Entre as razões para a opção pelo carro pessoal, o facto da probabilidade de infeção pela Covid-19 ser menor num automóvel próprio foi a razão mais forte para 77% dos inquiridos. A necessidade familiar (51%), a pouca segurança dos transportes públicos (50%) e flexibilidade do

automóvel (48%) foram outros fatores destacados pelos inquiridos. **China como barómetro**

O surto surgiu na China cerca de dois meses antes de outros mercados e, por isso, pode dar indicadores do que se pode esperar na Europa em termos económicos. O estudo da Ipsos inquiriu 1620 pessoas e concluiu que surto do novo coronavírus mudou o padrão diário de mobilidade das pessoas e a atitude de comprar automóveis. A juntar-se à maior intenção de obter automóvel próprio, devido à falta de confiança no transporte público, o inquérito concluiu ainda que o contacto digital aumentou e que os consumidores privilegiavam serviços de vendas e pós-venda online. “Os fabricantes de automóveis terão de adaptar-se às mudanças de atitude e comportamento do consumidor”, refere a Ipsos, que aconselha os operadores a transferirem “mais recursos para os pontos de contacto de comunicação online, ao mesmo tempo que alargam os serviços de vendas e pós-venda no campo digital”.

Escolas de condução reabriram

Os serviços administrativos das escolas de condução e das entidades formadoras retomaram a atividade na segunda-feira (dia 11). Já a atividade do ensino da condução, exames e formação de certificação de profissionais continua suspensa até à próxima segunda-feira (dia 18). Nesse dia, a situação relativa à vertente mais operacional deste setor de atividade económica será reavaliada.



Avenidas atlânticas do Porto com trânsito cortado ao fim de semana

O Município do Porto passou, desde o último fim de semana, a condicionar o acesso automóvel às avenidas atlânticas, nomeadamente às avenidas de Montevideu, do Brasil, de Dom Carlos I e Rua do Coronel Raul Peres, entre as 14h00 e as 19h00 de sábado e entre as 9h00 e as 19h00 de domingo. A restrição não se aplica a moradores, transportes públicos, táxis e TVDE, bem como às operações de cargas e descargas/entregas.

Vendas em mínimo histórico

As vendas de automóveis novos sofreram uma travagem brusca em abril, devido à pandemia de Covid-19. Os números da Associação Automóvel de Portugal (ACAP) revelam que o mercado nacional matriculou, no mês passado, 3697 veículos ligeiros (passageiros e mercadorias), menos 84,8% do que os 24 275 de abril de 2019. “Nem em fevereiro de 2012, em plena crise financeira internacional, com uma descida histórica de 52,3%, o mercado caiu tanto num único mês como no passado mês de março (-56,6%) e em abril de 2020 (-84,6%)”, indica a ACAP. Por marcas, no mês passado a liderança coube à Peugeot (518 unidades, -83%), seguida de Renault (423 viaturas, -83%)

e Mercedes (336 automóveis, -78%). No acumulado do primeiro quadrimestre de 2020 foram matriculados 55 615 novos veículos ligeiros, o que representou uma diminuição homóloga de 39,8%. Por marcas, neste segmento, a liderança trimestral cabe à Peugeot (-38,1%, para 6923 unidades), seguida de Renault (-49,9%, para 6697 matrículas) e Mercedes (-24,3%, para 4750 registos). Entre as marcas do “top” 10, sem surpresa, todas perderam face a igual período do ano passado. A Nissan foi a marca que menos caiu (-15,8%). Já a maior quebra acumulada entre os construtores mais vendidos coube à Opel (-50,2%).

AP

Exportações de componentes já refletem Covid-19

AQUILES PINTO
aquilespinto@vidaeconomica.pt

As exportações de componentes automóveis para o exterior ficaram-se pelos 664 milhões de euros em março, o que corresponde a uma queda de 25,4% em relação ao mesmo mês do ano passado, de acordo com a Associação de Fabricantes para a Indústria Automóvel (AFIA). Desde maio de 2009 que não se registava uma queda tão acentuada nas exportações e março de 2020 já refletiu o impacto da pandemia de Covid-19. “Foi na segunda metade de março que as empresas come-

çaram a sentir o abrandamento geral da atividade, com o encerramento temporário das fábricas de automóveis e consequente cancelamento de encomendas”, indica a AFIA. No acumulado até março as exportações caíram para os 2500 milhões de euros, o que representa uma descida de 3,5% face ao primeiro trimestre de 2019. Em termos de países de destino das exportações, Espanha ocupa a primeira posição, com vendas de 725 milhões de euros (+3,8% face a janeiro-março de 2019), seguida da Alemanha, com 493 milhões de euros (-7,1%), e em

3º lugar surge a França, com um registo de 325 milhões de euros (-14,5%). No que se refere às exportações para o Reino Unido, totalizaram 210 milhões de euros (-9,8%). No total, estes quatro países concentram 70% das exportações portuguesas de componentes automóveis. “Note-se ainda que os componentes automóveis neste período de janeiro a março representam 17,1% das exportações de bens transacionáveis. Isto é, por cada 100 euros que Portugal exporte de bens, 17,10 euros referem-se a componentes automóveis”, remata a associação.

PUB





HOLMES PLACE

PREMIUM FITNESS CLUBS

Ebook I Saúde e bem-estar

Saiba como fortalecer o seu sistema imunitário.



DICIONÁRIO DE

Gestão

Eduardo Sá Silva

Uma edição

VidaEconómica

Compre já em livraria.vidaeconomica.pt

Portugal faz emissão de dívida a juros mais favoráveis

Portugal emitiu dívida a cinco e 10 anos com uma descida das taxas, face aos últimos leilões comparáveis. O IGCP aproveitou para emitir 1492 milhões, contra os 1250 milhões anunciados. A procura superou largamente a oferta em ambos os casos.

“No leilão a 10 anos, quando comparado com o último leilão realizado em abril, a yield desceu de 1,194% para 0,852%. A descida do risco nos países da zona euro, bem como em Portugal, está associada ao suporte que o BCE tem vindo a dar aos mesmos”, de acordo com Filipe Silva, diretor de investimentos do Banco Carregosa. Christne Lagarde, alertou que a zona euro está a enfrentar uma forte contração económica, a uma velocidade e magnitude sem precedentes, e que o programa recentemente lançado de 750 mil milhões poderá aumentar o seu tamanho e prazo. “A evolução do risco em Portugal estará muito dependente da atuação do BCE, que nesta fase de pandemia tudo fará para preservar a União Europeia”.

Produção industrial europeia cai mais de 12%

A produção industrial da Zona Euro e da União Europeia registou uma quebra superior a 12%, em março, face a igual mês do ano passado. O que se ficou a dever às medidas de confinamento impostas pela Covid-19, de acordo com o Eurostat.

Em termos homólogos, as maiores quebras na produção industrial foram registadas em Itália (-28,4%), na Eslováquia (-20,3%) e em França (-16,4%), enquanto as principais subidas se verificaram na Irlanda (15,5%), na Grécia e na Finlândia (1,9% cada) e na Lituânia (0,7%). Relativamente ao mês anterior, o Luxemburgo (-32,7%), a Itália (-29,3%) e a Eslováquia (-19,6%) apresentaram as descidas mais significativas, enquanto a Irlanda (25,3%), Malta (5,7%) e a Finlândia (2,8%) tiveram as maiores subidas. Em Portugal, a produção industrial baixou 7,2%, face a março do ano passdo, e 8,3% relativamente a fevereiro.

A TENDÊNCIA(?)

Produtividade do trabalho por hora na EU-15 em 2019 (PPS)

Índice (UE-15 = 100)

País	Índice (UE-15 = 100)
Grécia	57,7
Portugal	59,6
Espanha	86,7
Reino Unido	89,4
Itália	91,1
EU-15	100,0
Finlândia	100,9
Irlanda	101,1
Suécia	103,8
Áustria	107,3
Alemanha	111,3
Holanda	113,8
França	114,2
Dinamarca	123,3
Bélgica	124,3
Luxemburgo	159,1

Fonte: AMECO, Março 2020, Comissão Europeia

Nota: O valor da Irlanda foi corrigido, uma vez que o valor do PIB da Irlanda deve representar o Rendimento Nacional Corrigido para retirar o efeito das subsidiárias de multinacionais sediadas neste país meramente por razões fiscais cujos lucros são posteriormente repatriados para os respetivos países de origem.

JORGE A. VASCONCELLOS E SÁ

Mestre Drucker School
PhD Columbia University
Professor Catedrático
www.vasconcellosea.com
<http://www.linkedin.com/in/vasconcellosea>
<https://twitter.com/VasconcelloseSa>

Instituto de Liberdade Económica

LIBERTAS
economicfreedom@mail.telepac.pt
www.institutoliberaldeeconomica.blogspot.com

NOTA DE FECHO

JOÃO LUÍS DE SOUSA DIRECTOR ADJUNTO
jl Sousa@vidaeconomica.pt

Uma crise de exceção sem medidas adequadas

O controlo relativo da crise sanitária está a possibilitar o regresso progressivo ao trabalho nas empresas e serviços públicos no cenário esperado de dificuldades devido à quebra da procura e também à diminuição da oferta em muitos setores de atividades. Entretanto, as medidas de exceção, como o lay-off simplificado e as linhas de crédito de emergência com garantia do Estado, vão chegando lentamente às empresas.

O valor dos recursos públicos mobilizados pelo Governo português para as ajudas às empresas atinge 9200 milhões de euros, representando 4,6% do PIB. Acrescendo as medidas de apoio a trabalhadores e famílias, o valor sobe para 6% do PIB. Mas é um volume modesto comparado com 20% do PIB em Espanha, 15% em França e Reino Unido ou 10% nos Estados Unidos.

Além do valor insuficiente face à dimensão da crise, as medidas atenuam os efeitos mas não resolvem os problemas de fundo das empresas afetadas pela pandemia. O lay-off simplificado constitui um encargo enorme para o erário público, mas não dá um verdadeiro benefício às empresas nem aos trabalhadores.

É uma medida de emergência necessária para proteger o emprego em que saem todos a perder. O Estado suporta a maior fatia da remuneração paga aos trabalhadores suspensos. As empresas perdem porque têm um encargo de 30% do valor da remuneração dos trabalhadores em inatividade. E os trabalhadores perdem 30% da sua retribuição habitual.

A Linha de Apoio à Economia através de financiamentos bancários com a garantia do Estado vai melhorar a liquidez de dezenas de milhares de empresas, mas tem como reverso da medalha o agravamento da dívida e o aumento dos encargos com o reembolso do capital e dos juros.

Para as empresas que beneficiarem dos financiamentos – e

Além do valor insuficiente face à dimensão da crise, as medidas atenuam os efeitos, mas não resolvem os problemas de fundo das empresas afetadas pela pandemia.

em que estão expressamente excluídas as empresas com valores em atraso perante os bancos e o Estado – a situação de tesouraria será mais favorável, sem que estes créditos consigam atenuar ou tenham qualquer efeito sobre as perdas sofridas com a paragem da economia e as perdas que vão resultar até ao regresso à normalidade.

Tendo em conta que Portugal é um dos países da União Europeia com maior nível de dívida pública, será pouco provável atribuir apoios a fundo perdido às empresas, como está a ser feito na Alemanha.

Entre as soluções possíveis para enfrentar a crise, deve ser considerada a proposta do Fórum para a Competitividade, que defende a criação de um regime alargado de benefícios fiscais para apoiar o investimento nas empresas.

A ideia de base é simples e fácil de aplicar a partir da experiência obtida com o SIFIDE. O regime de incentivo fiscal proposto pelo FpC consome menos dinheiro público e é mais eficaz que o sistema de incentivos financeiros tradicionais. Para o investimento privado que for feito haverá uma despesa fiscal no futuro, mas o custo só existe se houver valor investido e se gerar resultado efetivo.

O incentivo fiscal deve abranger não apenas o imposto sobre o rendimento, mas também a Taxa Social Única, que funciona como um imposto sobre o trabalho. As empresas que mantenham ou aumentem o volume de emprego deveriam ter um benefício temporário nas suas contribuições sociais.

O resultado das medidas de combate à crise vai depender não só do volume dos recursos disponíveis, mas também da forma como vão ser geridos.

No combate à Covid-19 e à realidade que se vai seguir, a prioridade do Estado deve ser cada vez mais incentivar, e não tanto subsidiar.

INTERNATIONAL CLUB OF PORTUGAL
Joining Cultures

JUNTOS A CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR!

O Mundo todo num só Clube!



Hoti Hoteis mantém plano de investimento de 120 milhões em oito novas unidades e alarga período de concretização

Pág. 4

Sociedade Meliá Braga avança com construção do Hotel Plaza Central, num investimento de 10 milhões de euros

Omega lançou reabilitação do imóvel em dezembro

Condomínio Casa D. Antónia na Foz Velha tem metade dos 22 apartamentos reservados

Pág. II

Pedro Fontainhas, diretor executivo da APR

"O que pedimos é que cessem as tentativas de limitar os instrumentos de captação do investimento estrangeiro"

Pág. VI

Savoy Residence | Casa Branca já vendeu mais de metade dos 21 apartamentos com preços a começar nos 330 mil euros

Pág. VIII

PUB



Forma Régia
Soc. Med. Imob. Unip., Lda
AMI 7917



*Estamos de volta!
Vamos voltar a fazer sorrir!*

COMPRAR • VENDER • ARRENDAR

www.vilalusa.pt

Porto | Gaia - Centro | Gaia - Litoral | Matosinhos | Valongo | Gondomar - Centro | Gondomar - Rio Tinto | Régua/Lamego | Nazaré | Viseu | Portimão | Odivelas



Notícia

Omega lançou reabilitação do imóvel em dezembro

Condomínio Casa D. Antónia na Foz Velha tem metade dos 22 apartamentos reservados

ELISABETE SOARES
elisabetsouares@vidaeconomica.pt

O grupo Omega, através da sua associada Realplano, SA, lançou a empreitada de construção do condomínio Casa D. Antónia, na Foz Velha, no Porto. O projeto de reabilitação da antiga casa de praia de Dona Antónia Ferreira – empresária ligada ao vinho do Porto, mais conhecida por Ferreirinha – representa um investimento de 4,5 milhões de euros e dará origem a 22 apartamentos T1 e T2.

Ao “Imobiliário”, José Carvalho, CEO do grupo Omega, destaca que, neste momento, tem cerca de 50% dos apartamentos reservados, sendo que os preços médios rondam os cinco mil euros/m2.

Acrescenta: “temos clientes que adquiriram a fração para habitação própria, clientes que adquiriram para rendimento e alguns para revenda. Não está nos nossos planos fazermos ajustes nos preços”.

Os trabalhos de reabilitação iniciaram-se em dezembro último e estarão a decorrer durante mais 12 meses, estando a gestão e condução técnica dos mesmos a cargo



O condomínio Casa D. Antónia, na Foz Velha, no Porto, tem, neste momento, cerca de 50% dos 22 apartamentos reservados, sendo que os preços médios rondam os cinco mil euros/m2.

da Omega, Serviços de Engenharia Lda. José Carvalho destaca que nos últimos dois meses o impacto, em termos de construção, provocado pela pandemia do Covid-19 “foi quase nulo, pois a construção civil não parou”.

Todavia, alerta, “a área comercial é que sofreu uma travagem muito brusca, pelo que o impacto está a ser grande. Mas nota-se

desde já uma pequena retoma de procura nos últimos dias”.

Casa-mãe com estilo preservado

Com a assinatura do atelier do arquiteto Virgínio Moutinho, o projeto mantém inalterado o estilo arquitetónico da casa mãe, edificada no século XIX. Dos 22 apartamentos, 11 são resultantes de uma

criteriosa reabilitação da estrutura existente e 11 serão criados de raiz, ficando unidos por um espaço verde.

José Carvalho destaca que o condomínio Casa D. Antónia será um marco nesta zona privilegiada do Porto. “Os futuros moradores poderão beneficiar de uma zona muito tradicional e tranquila, mas ao mesmo tempo muito próxima do centro histórico do Porto. Será um condomínio muito exclusivo, para o qual foram selecionados materiais de excelência, tendo existido uma grande preocupação ao nível do desempenho térmico a acústico”.

Este projeto é um dos muitos que o grupo Omega se encontra atualmente a desenvolver ao nível da reabilitação, construção nova e projetos de engenharia.

Fundado em 1986, o grupo Omega é atualmente uma associação de quatro empresas – Omega, Realplano, OmegaFlow e Endless Numbers –, que operam no ramo imobiliário, incorporando uma componente de Investimento e Promoção Imobiliária e uma componente de Serviços de Engenharia (projeto e gestão/fiscalização de empreendimentos).

VIC Properties compra Herdade do Pinheirinho e prepara novo projeto

A VIC Properties, S.A. comprou a Herdade do Pinheirinho, situada em Melides, no concelho de Grândola. Com uma área de implantação de aproximadamente 200 hectares e acesso direto à praia, este projeto inclui hotéis, moradias, apartamentos, comércio e um campo de golfe.

De acordo com a empresa, nesta fase vão “reavaliar os estudos e usos existentes para a Herdade do Pinheirinho, de forma a poder melhorar um projeto desenvolvido inicialmente há mais de 10 anos”. Após terminar esta fase de definição da estratégia para este novo desafio, a VIC Properties irá “começar o desenvolvimento do projeto o mais rapidamente possível”. Atualmente, tem prevista a construção de um hotel, 450 moradias e 250 apartamentos, que se juntam a um campo de golfe que já se encontra em funcionamento.

Para João Cabaça, CEO da VIC Properties, esta é uma “aquisição estratégica” da promotora, que

acredita que nos próximos anos “vai existir uma cada vez maior valorização de segundas habitações, inseridas em contextos mais próximos na natureza”.

Acrescenta que “existe uma tendência cada vez mais forte sobre o que as pessoas vão querer no futuro, que passa por segundas habitações inseridas na natureza, com espaços ao ar livre, que permitam a prática de atividades de lazer e de desporto”. A Herdade do Pinheirinho fica localizada a pouco mais de uma hora de Lisboa.

Para Luís Gamboa, COO da VIC Properties, o desenvolvimento da Herdade do Pinheirinho vai “aumentar a oferta numa zona que necessita de projetos estruturantes e que possam alargar a oferta de serviços na região”. “Temos a certeza de que a Herdade do Pinheirinho será um projeto de referência em Portugal, com um forte impacto no panorama imobiliário nacional, assim como na economia e na criação de emprego local”.



O projeto aprovado para a Herdade do Pinheirinho tem prevista a construção de um hotel, 450 moradias e 250 apartamentos, que se juntam a um campo de golfe que já se encontra em funcionamento.

Com esta aquisição, a VIC Properties reforça o seu portfolio de empreendimentos em Portugal, que neste momento conta já com o Prata Riverside Village e com o projeto da Matinha, ambos na freguesia de Marvila, em Lisboa.

Focada no mercado imobiliário residencial português, a VIC Properties atua desde o momento de identificação dos terrenos, durante a fase de planeamento, até à construção e venda, bem como a administração da propriedade e os serviços associados.



Consultório Jurídico



JOANA MERGULHÃO
Associada, da PRA – Raposo, Sá
Miranda & Associados

Que impactos terá o pós-Covid-19 no setor imobiliário português?

Vivemos tempos de incerteza no que toca ao setor imobiliário em Portugal e as medidas de combate à Covid-19 e pós-Covid-19 influenciam diretamente a sua dinâmica, que nunca sofreu tantas alterações como as vividas atualmente.

No curto prazo, prevê-se que se mantenha o isolamento parcial para alguns grupos de risco, o que poderá acontecer até mesmo ao próximo inverno. Prevê-se ainda a proibição de ajuntamentos acima de determinado número de pessoas e a possibilidade de nem todos os colaboradores de uma empresa regressarem ao trabalho ao mesmo tempo.

Já no médio a longo prazo, conta-se com o regresso à normalidade assim que seja descoberta e comercializada uma vacina eficaz no combate ao vírus.

Ora tanto estas medidas como a expectativa pelo retorno à vida conhecida antes da Covid-19 têm tido graves consequências a nível económico.

Contudo, relativamente a Portugal, o impacto não será igual ao da crise anterior, não só por esta pandemia afetar o mundo de um modo global, como também pelo bom comportamento antecipado que se veio a verificar contrário ao de muitos outros países, como ainda pelo facto de as empresas e os bancos se encontrem muito mais capitalizados, contando com uma maior liquidez do que há uns anos atrás.

Assim, prevê-se uma recuperação de médio

e longo prazo, devido ao vigor que o mercado português alcançou estes anos, com empresas e bancos mais capitalizados e investidores a manterem o interesse no país e, essencialmente no setor do imobiliário.

A estes fatores, não se pode deixar de destacar os vários apoios e programas criados pelo Govern, para ajudar famílias e empresas em dificuldades, nomeadamente através das moratórias no crédito, do regime especial de pagamento de rendas, das linhas de financiamento para empresas, apoios a trabalhadores independentes, entre

outros.

O setor imobiliário numa época pós-Covid-19 poderá contar com migração de muitos imóveis de arrendamento de curta duração para o arrendamento tradicional de longa duração, o que resultará num aumento significativo na oferta e um natural ajuste de preços, com a sua diminuição.

A crise da Covid-19 deverá também atrasar para 2023 o incremento da Euribor para taxas positivas, o que inicialmente se previa acontecer para 2022. A manutenção dos juros baixos por mais tempo perspetiva que o setor

imobiliário continuará a ser um dos mercados mais atrativos e interessantes para os investidores, o que não permitirá que o impacto que se sentiu no setor no início desta pandemia dure por muito tempo.

O período de confinamento levou ainda a que muitas empresas do setor imobiliário fossem obrigadas a inovar e pensar em estratégias que até à data não eram necessárias. Assistiu-se a um desenvolvimento e interesse tecnológico nunca antes visto que escalou a uma velocidade sem precedentes.

Consultoras imobiliárias contam agora com

planos de marketing mais elaborados e fornecem aos seus clientes a hipótese de visitarem um imóvel sem saírem de casa, através de visitas virtuais, fotografias ou 3D, ou mesmo assinando o Contrato-Promessa de Compra e Venda eletronicamente, para que se minimize ao máximo o contacto pessoal.

Verifica-se, assim, que as empresas do setor estão mais bem preparadas para enfrentar situações de crise como a que vivemos atualmente, sendo certo que ainda demorará algum tempo até que o controlo desta epidemia e o retorno à normalidade ocorra.

LUXIMOS

CHRISTIE'S

INTERNATIONAL REAL ESTATE

The world's most desired homes

Porto Office | Tel. +351 224 057 008 - E-mail: porto@luximos.pt **Algarve Office** | Tel. +351 289 035 465 - E-mail: algarve@luximos.pt



PORTO – Pinhais da Foz

Novo condomínio privado de apartamentos de luxo T1, T2, T3 e T4.

Desde € 297 500



PORTO – Foz do Douro

Empreendimento em Marechal Saldanha, com apartamentos de luxo T2, T3 e T4.

Desde € 690 000



ALGARVE – Lagos

Exclusivo resort de praia e golfe, com apartamentos T1 a T2+1.

Desde € 380 000



ALGARVE – Carvoeiro

Resort com luxuosas moradias V2, com amplos jardins e vista mar.

Desde € 385 000

WWW.LUXIMOS.PT

lic AMI 9063



Entrevista

Hoti Hotéis mantém plano de investimento de 120 milhões em oito novas unidades e alarga período de concretização

ELISABETE SOARES
elisabetsouares@vidaeconomica.pt

O grupo Hoti Hotéis mantém o seu objetivo de expansão, com a abertura de unidades nas principais cidades portuguesas. Em entrevista, Manuel Proença, presidente, e Miguel Proença, CEO, do grupo Hoti Hotéis, destacam que em fase de início de obra está uma 2ª unidade em Braga, com 110 quartos, junto ao Convento das Convertidas.

Como como vai ser estruturado a partir agora o plano de investimento anunciado pela Hoti Hotéis?

O plano de investimentos que o grupo Hoti Hotéis definiu para o quinquénio 2018-2022, no montante global de 120 milhões de euros, envolve um conjunto de 8 novas unidades, a remodelação e “rebranding” da marca Tryp, em algumas delas. Evidentemente, nem nós nem ninguém contava com esta tragédia da Covid-19, que caiu sobre o nosso país e o mundo, pelo que o nosso plano de investimento terá que ser agora alargado, tendo em conta que, a recuperação do turismo será lenta e faseada, durante um período que calculamos entre 3 e 5 anos. Porém, é certo que manteremos o nosso objetivo de expansão – abertura de unidades nas principais cidades portuguesas – com vários projetos já em curso e outros em fase de desenvolvimento. Assim, a primeira unidade a inaugurar na capital será o Moxy Oriente, com 222 quartos, localizado no Parque das Nações, em parceria com a Krestlis e a Marriott International, cuja abertura estava prevista para o final do corrente mês, mas que vai ter que ser adiada para data a anunciar brevemente. Em fase de início de obra está uma 2ª unidade em Braga, com 110 quartos, junto ao Convento das Convertidas. Seguidamente, iniciaremos obras com projetos já aprovados, para novos hotéis com a marca Meliá, em Viana do Castelo e Famalicão, respetivamente, com 130 e 120 quartos. Em fase mais atrasada estão os projetos Meliá Coimbra e o Meliá Porto-Boavista, com 140 e 250 quartos, e um Star Inn, em Aveiro, com 100 quartos. Em ‘banho-maria’, por razões de ordem administrativa e burocrática, com evolução para processos judiciais, temos os projetos do Lar-



Manuel e Miguel Proença, responsáveis do grupo Hoti, estão convictos que, se forem tomadas as medidas certas para sairmos desta ‘travessia no deserto’, a retoma do setor virá em breve.

go do Rato, em Lisboa, e de Monte Gordo, no Algarve. Apesar do nível de investimento em curso, o grupo Hoti Hotéis continua, ainda assim, a ter um baixo endividamento, e, está disponível para estudar novos projetos – e mesmo ‘ir às compras’ – sempre e quando estiver perante ofertas que se enquadrem na sua estratégia de desenvolvimento.

Qual é o plano em relação à abertura, funcionamento e exploração das unidades?

A Hoti manteve em funcionamento algumas unidades hoteleiras desde o início da crise, com protocolos de segurança sanitária, com vista à minimização dos riscos de contágio. Mantivemos em operação os hotéis do aeroporto de Lisboa (Tryp Lisboa Aeroporto e Star Inn Lisbon), para apoio à infraestrutura; o Hotel da Música, no Porto, ao abrigo do protocolo da AHP, para apoio a pessoal médico; e o Meliá Braga, para apoio local, com refeições take away. Foram estas unidades as primeiras a aderir ao selo Clean & Safe e, nessa perspetiva, estão já a operar em observância com protocolos de segurança exigentes. Durante o mês de junho, iremos abrindo hotéis com base em indícios minimamente sustentados de procura, que começa a aparecer esporadicamente. Acreditamos que esses pequenos fluxos permitam a abertura muito controlada, e com ser-

viços mínimos, dos hotéis em localizações secundárias, como Leiria, Castelo Branco, Peniche, Caparica e Setúbal. As restantes unidades do continente, localizadas no Porto e em Lisboa, manter-se-ão encerradas, pelo menos até setembro, se não existirem sinais de procura que o justifiquem. A situação da Madeira é uma situação à parte, pela acrescida complexidade do destino, merecendo uma análise ainda mais cuidada, mas sendo claro que uma das unidades não retomará atividade até ao final do ano. Todas as unidades reiniciarão atividade comercial com o selo Clean & Safe implementado e estamos a estudar com a Meliá Hotels International uma certificação de cadeia, que está a ser desenvolvida em conjunto com o Bureau Veritas. Este processo poderá ser ampliado ao resto das unidades com marcas da Hoti Hotéis (Hotel Star Inn, Hotel da Música e Golden Residence).

Qual a sua opinião sobre as medidas de apoio do Estado aos setor da hotelaria e do turismo?

O ministro da Economia foi claro desde o início, dando nota que as primeiras medidas se destinavam a acudir ao maior número possível de agentes económicos e, nessa perspetiva, a medida do “lay-off” simplificado foi de enorme importância para a globalidade da economia, e também para a Hoti Hotéis ao longo deste período. A partir dos próximos meses, é nos-

sa intenção experimentar o mercado, ir tentando abrir de forma controlada, e, por isso, a continuidade desta medida, agora permitindo maior flexibilidade, continuará a ser crucial. Possibilitar a saída e a reentrada das equipas com agilidade na figura de “lay-off” para além de junho permitirá assumir alguns riscos e testar mercados, assim trazendo gradualmente de volta os colaboradores para as suas funções e libertando o Estado destes encargos, ao mesmo tempo sem colocar excessivamente em risco a sobrevivência das empresas.

Que outras medidas consideram importantes para a recuperação do setor?

Para além desta medida, várias outras vimos apoiando, através da Confederação do Turismo de Portugal e da Associação da Hotelaria de Portugal, como sejam: primeiro, medidas de cariz financeiro, em segundo lugar, medidas de cariz económico, pela via da diminuição de custos; em terceiro lugar, medidas destinadas a estimular o renascimento dos destinos, como, entre outras, campanhas de comunicação de relançamento do destino. Finalmente, estamos convictos de que, se tomarmos as medidas certas, nós e a tutela, para sairmos desta ‘travessia no deserto’, a retoma virá – como sucedeu noutras crises ultrapassadas – e o nosso turismo continuará a ter um grande futuro.



Destaque

Nova unidade terá 110 quartos

Sociedade Meliá Braga avança com construção do Hotel Plaza Central, num investimento de 10 milhões de euros



Com projeto de arquitetura de Rosário Almeida, o até agora batizado de Hotel Plaza Central tem o seu ponto de partida num edifício com interesse arquitetónico, do séc. XVIII, junto ao Convento das Convertidas.

A sociedade Meliá Braga, detida pela Hoti Hotéis e que tem como sócio (minoritário) o empresário António Salvador, vai avançar com a construção de uma segunda unidade hoteleira nesta cidade, o hotel Plaza Central, com quatro estrelas e 110 quartos, num investimento de 10 milhões de euros.

Localizado na zona histórica da cidade de Braga, na Avenida Central, o até agora batizado Hotel Plaza Central tem o seu ponto de partida num edifício com interesse arquitetónico, do séc. XVIII, junto ao Convento das Convertidas.

“Quando a Hoti Hotéis nos convidou, mais uma vez, para desenvolver o projeto de um hotel, estávamos longe de imaginar a complexidade e o tempo que este processo iria tomar”, destacou ao “Imobiliário” Rosário Rodrigues Ferreira de Almeida, do gabinete FA Arquitetos.

Na sua opinião, “a excelente localização e a nobreza do edifício foram as razões principais para o interesse da Hoti Hotéis na aquisição e desenvolvimento deste empreendimento e o projeto pedido está em consonância com este enquadramento”.

Rosário Almeida destaca que o nível de exigência era especialmente elevado e está, particularmente, satisfeita com o resultado, tendo sido um processo extremamente longo na sua análise e apreciação, dado que o Pedido de Informação Prévia (PIP) demorou mais de dois anos até à sua aprovação.

“Este projeto era encarado com particular receio por algumas personagens da cidade e obrigou a um escrutínio extraordinário por parte da Direção Regional da Cultura do Norte e do Conselho Consultivo da Câmara. Terminou com a aprovação do processo de licenciamento da arquitetura, no mês de março, e foram entregues todos os projetos das especialidades, estando já aprovados o projeto de segurança contra incêndios e obtida a pré-certificação energética”, adianta.

Adaptar um edifício do séc. XVIII

O projeto prevê a “adaptação do edifício do séc. XVIII ao programa hoteleiro e a construção de um novo volume paralelo a este assumindo como referência o alinhamento do tardo do Convento das Convertidas”, conta. Este novo edifício fica afastado 6,5 metros do existente, criando um pátio ajardinado entre eles que funciona como elemento de ligação entre o ‘novo’ e o ‘antigo’.

A linguagem arquitetónica procura reforçar esta situação, preservar o edifício existente com as características da arquitetura da época e propor um edifício novo com uma linguagem contemporânea, depurada e baseada na simplicidade dos materiais como o betão branco e o aço corten.

“Estes elementos metálicos surgem na fachada com a finalidade de criar uma maior privacidade nos quartos, que dispõem de um envidraçado de generosas dimensões, e simultaneamente contribuirão para uma diminuição da incidência solar, conseguindo uma franca economia energética ao nível do ar condicionado. Tendo em conta que o logradouro do edifício em causa está integrado na Estrutura Ecológica Urbana, o projeto prevê a cedência de 30% da área do terreno ao domínio público para a criação de uma área verde, ficando a área restante como área verde de uso exclusivo do hotel”, frisa a arquiteta.

A nova unidade terá um restaurante com ligação direta à rua, podendo funcionar de forma autónoma, tendo uma capacidade de 100 lugares. Possui ainda uma sala multiusos que poderá funcionar como auditório ou sala de banquetes e uma sala de reuniões para 24 pessoas. Como equipamento de lazer, o hotel possui um pequeno SPA com ginásio, circuito de hidromassagem, sauna, banho turco e massagens. Tem ainda uma piscina exterior com uma zona de estar envolvidas por um jardim que lhes confere muita privacidade. O hotel terá estacionamento privativo para 35 carros.



Resiliência do mercado residencial



Vítor Osório Costa
Diretor

O mercado imobiliário, sobretudo o residencial, vai mostrando alguma resiliência perante o estado atual da

economia e da ‘crise pandémica’.

Mesmo com a atividade imobiliária a sofrer uma quebra na procura e, por sua vez, as vendas a decrescer, o segmento residencial tem demonstrado, através dos players do mercado, confiança e sinais claros de resistência. Prevê-se que, com o retomar da atividade a uma ‘normalidade’, se vá gradualmente corrigindo a procura de modo a minimizar o impacto que a situação atual tem imposto.

É lógico que a correção nos preços será revista em baixa, com maior impacto no mercado de usados, provocada pela redução do rendimento das famílias e aumento do desemprego, mas, ainda assim, pensamos que será ligeira, devido à moratória de seis meses permitida pela Banca e pelo Governo. Ou seja, no curto prazo, embora possa haver uma diminuição da procura, a redução de preços não deverá ser significativa. No médio prazo, estamos expectantes com os próximos desenvolvimentos, já que há planos de converter os AL em arrendamento tradicional, bem como outras alterações no mercado residencial, que apresenta capacidade de se ajustar à situação, como nenhum outro segmento.



As taxas de rendibilidade (yields) praticadas vão sofrer uma correção e o rendimento gerado por cada imóvel será o driver para obtenção do valor de mercado. Esta tendência vai-se acentuar nos próximos tempos, e a conversão de imóveis em AL para tradicional trará uma descida de preços nalgumas localizações.

Não obstante este cenário, alguns investidores aguardam, esperando que surjam as oportunidades de investir em modo oportunístico, contudo este é um mal necessário (limpeza) que sempre existiu mesmo em tempo de crescimento, mas que agora terá certamente o terreno mais fértil e talvez mais oportunidades, sobretudo no médio prazo.

Embora se viva alguma incerteza na atual pandemia e nos efeitos negativos que está a ter na economia, a confiança no mercado residencial permanece resiliente e as operações vão sendo realizadas, embora com a devida prudência e em menor número; todavia, permanece ativo e em funcionamento.



Entrevista

Pedro Fontainhas, diretor executivo da APR

"O que pedimos é que cessem as tentativas de limitar os instrumentos de captação do investimento estrangeiro"

Em entrevista, Pedro Fontainhas, da Associação Portuguesa de Resorts (APR), considera que instrumentos como os ARI criou direta e indiretamente milhares de empregos na construção, imobiliário, turismo e outros serviços. Por isso, temos de aperfeiçoar as ARI e o RNH.

ELISABETE SOARES
elisabetesoaes@vidaeconomica.pt

Qual tem sido a recetividade dos associados da APR às medidas propostas pelo Governo para fazer face a este período de quebra de atividade?

Ainda não é possível avaliar resultados das medidas de apoio do Estado às empresas e, em particular, às empresas do turismo residencial. Mas damos nota positiva às iniciativas tomadas e à atitude empenhada e participativa que o Governo tem demonstrado. Também o Turismo de Portugal, enquanto entidade reguladora, tem tido um bom desempenho na gestão desta crise. No entanto, entendemos que é necessário e urgente fazer mais. O turismo residencial combina imobiliário e turismo, dois setores responsáveis por, respetivamente, 14,6% e 12%, do PIB. Estão entre os principais motores da economia portuguesa e foram decisivos na recuperação da última crise económica. São indústrias que importa proteger empenhadamente e com realismo, pois poderia estar em causa a sua capacidade de ajudar eficazmente o país quando ele delas mais necessitar.

Qual é a recetividade do Governo em aceitar estas medidas na componente fiscal?



Pedro Fontainhas dá nota positiva às iniciativas tomadas e à atitude empenhada e participativa que o Governo tem demonstrado.

O Governo tem demonstrado boa recetividade ao diálogo. Quanto à decisão de medidas concretas, ainda aguardamos. Mas será sensato apoiar as empresas, como uma das prioridades principais, pois são elas que mantêm empregos, geram riqueza e são o veículo de recuperação do país. Empregamos 4500 colaboradores permanentes, a que acrescem 1500 sazonais, e gerimos um universo de 60 000 camas. Em 2019, o volume de negócios da vertente imobiliária foi de 650 milhões de euros, volume que em 2020 poderá reduzir-se em 75%.

Em relação aos instrumentos de captação de investimento, há propostas para o seu relançamento?

Esses regimes estão ambos a funcionar. O que pedimos é que cessem imediatamente as tentativas de os limitar, fragilizar e até eliminar por razões ideológicas. As ARI (Autorização de Residência para Atividade de Investimento) já trouxeram para Portugal mais de 5 mil milhões de euros de investimento estrangeiro. Esse investimento criou direta e indiretamente milhares de empregos na construção, imobiliário, turismo e outros serviços.

Temos de aperfeiçoar as ARI e o RNH (Regime Fiscal para o Residente Não Habitual) para que captem ainda mais investimento e, no caso dos RNH, atraiam ainda mais talento para Portugal. Isso faz-se acelerando e desburocratizando os processos, mostrando empenho do Estado em acolher bem investidores e novos residentes, e assumir explicitamente que o país preza esse tipo de instrumentos de competitividade internacional.

Considera que a reposição do regime de utilidade turística é uma medida que tem viabilidade avançar?

Em determinada altura esse regime passou da alçada do Governo para as autarquias. Como o regime reduzia ou isentava a carga fiscal a nível das receitas autárquicas de IMT e IMI, o interesse nacional subordinou-se ao interesse local e o regime foi-se extinguindo. Não desejamos dificultar a tesouraria das autarquias, mas o Governo deve intervir para reassumir as prioridades que são nacionais. Um complexo turístico num qualquer município do Algarve ou Alentejo, por exemplo, interessa a todo o país pelas receitas com que contribui para a riqueza de todo o país – imobiliário, construção, turismo, serviços – e do próprio Estado, através das respetivas receitas fiscais.

Estão já a ser pensadas iniciativas e campanhas para promover os empreendimentos residenciais turísticos, criando pacotes atrativos para os portugueses?

Há duas vertentes distintas: a residência em resorts e o processo de promoção e venda dessas residências. No primeiro caso, verificamos um aumento do número de residentes nos resorts: portugueses e estrangeiros decidiram passar a quarentena nas suas casas, num ambiente de qualidade, tranquilo e muito seguro. Muitas dessas pessoas, e empresas em que trabalham, dão-se conta que é fácil e agradável trabalharem neste novo modelo, pelo que é de esperar que o número médio de residentes em resorts venha a ser mais elevado também após a retoma. Mas o processo de promoção e venda desse imobiliário turístico depende de outras variáveis.

Propostas apresentadas ao Governo para a retoma do turismo residencial

- Na área fiscal: a APR desenvolveu mais de uma dúzia de propostas que estão a ser analisadas pelo Governo. Entre as principais, entendem que os pagamentos por conta, pagamentos especiais por conta e pagamentos adicionais por conta devem ser dispensados este ano. Também o IMT e o IMI devem ser suspensos desde agora até ao final de 2021 para aliviar a tesouraria das empresas e estimular o negócio imobiliário. E, para

acelerar a tão desejada e necessária retoma, acreditam que, agora mais do que nunca, o IVA dos "green fees" do golfe deve descer para 6%.

- Na área legal, propõem três medidas essenciais: o relançamento determinado e descomplexado dos instrumentos de competitividade nacional na captação e fixação de investimento estrangeiro, nomeadamente o regime das ARI (vistos gold) e o dos Residentes Não Habituais; a possibilidade de formalização de escrituras de compra e venda à distância, recorrendo à nossa rede consular, permitindo realizar uma operação em simultâneo em

dois locais remotos e pelos meios eletrónicos disponíveis, e a prorrogação dos prazos de validade dos licenciamentos turísticos, simplificação e digitalização de processos, e incentivar respostas céleres das entidades administrativas intervenientes (câmaras, CCDR, etc.).

- Na área laboral: defendem a prorrogação dos apoios do "lay-off" simplificado para além dos 3 meses previstos, mantendo-os paralelos à retoma gradual (e lenta) das atividades. Na mesma linha de raciocínio, também defendem o paralelismo dos requisitos de acesso ao "lay-off" simplificado com a retoma.



Opinião

Tendências do mercado imobiliário

RUI TORRAL
Diretor-geral da ERA



Nos últimos meses muitas das coisas que dávamos por garantidas para este ano de 2020 deixaram de fazer sentido. Com a disseminação da pandemia da Covid-19 por todo o mundo, as previsões alteraram-se e um ano que deveria ser de estabilidade passou a ser de incertezas. É ainda cedo para fazer conjecturas do que poderá trazer esta situação para o futuro do setor imobiliário, mas sabemos que algumas das tendências que se esperam verificar ao longo destes meses se mantêm. Aliás, o isolamento a que o país teve de se sujeitar acabou mesmo por acelerar o desenvolvimento de algumas destas tendências.

É o caso particular da digitalização e inovação tecnológica. Com estabelecimentos fechados e clientes vendedores e compradores em casa, tivemos de potenciar a utilização de ferramentas que nos permitem desenvolver o negócio à distância. Graças à ferramenta de Live Chat do site era.pt os nossos agentes podem continuar a conversar em tempo real com os clientes, acompanhando-os em qualquer necessidade. Deixando de ser possível continuar a fazer visitas físicas aos imóveis, os nossos clientes têm também acesso no site a vídeos e a visitas virtuais e podem ainda encontrar mais de 50.000 imóveis para comercialização e visualização

das suas características, assim como fotografias de qualidade que procuram representar o imóvel ao pormenor.

E, como não podia deixar de ser, as redes sociais assumiram um papel ainda mais preponderante. E, por isso, temos disponível 24h por dia a nossa assistente virtual no Facebook Messenger, a vERA, que tem como objetivo apoiar o cliente no processo de venda, compra ou arrendamento de casa num ambiente online/mobile, tendo sempre em conta as preferências, necessidades e limitações definidas. Um sistema

online destinado a toda a nossa rede de agências. O objetivo dos webinars “Ser ERA em Casa” é reforçar esta nossa contínua aposta no desenvolvimento das competências e capacidades dos profissionais mesmo estando à distância. Destacamos também o facto de os próprios consultores de operações da ERA Portugal estarem a realizar apoio remoto a todas as agências ERA, tendo realizado mais de 700 reuniões de acompanhamento com as agências e respetivas equipas comerciais desde que entrámos no período de quarentena.

construção no país e aumentar a oferta de construção nos locais onde se verificava essa necessidade. Neste âmbito já foram estabelecidos mais de 50 protocolos de parceria com promotores imobiliários nacionais, permitindo à ERA comercializar 250 empreendimentos em 2019, ano de lançamento do projeto.

Mas o projeto Obra Nova ERA tem vindo a tornar-se também num excelente impulsionador ao oferecer ao mercado imobiliário empreendimentos com uma alta eficiência energética, amigos do ambiente, construídos à medida do cliente, que contribuem não só para uma larga poupança nos gastos energéticos mas também para melhorar o desempenho geral energético dos edifícios no nosso país.

E é nos desafios ambientais que encontramos mais uma tendência para o futuro do mercado imobiliário. Aliar modernidade e sustentabilidade é o grande desafio. Imóveis construídos ou reabilitados tendo por base o respeito ao meio ambiente têm de ser o futuro do imobiliário. Estamos perante a oportunidade de assumir novos modelos de cidades, cidades inteligentes, cidades verdes, que combinam edifícios e infraestruturas sustentáveis, com uma oferta habitacional diversificada, com espaços verdes e respeito pelo ambiente, com uma gestão e organização integrada.

A formação e a atualização de conhecimentos são essenciais neste mercado que está em constante mudança.

que garante uma resposta rápida, eficaz e à medida de cada cliente.

Mas todos estes processos devem ser complementados por um serviço profissional e de qualidade. A formação e a atualização de conhecimentos são essenciais neste mercado que está em constante mudança. E, por isso, com o desafio de formar os consultores imobiliários para estarem preparados para acompanhar todas as necessidades do mercado e dos seus clientes, lançámos recentemente um programa gratuito de formações

O desafio para os próximos tempos será também o de manter a estabilidade dos negócios. É expectável que a procura de imóveis abrande nos próximos meses e que se verifique uma oferta mais equilibrada entre a procura e a oferta. Além dos efeitos da pandemia, vão-se fazer sentir os efeitos da aposta na construção ao longo do último ano. Vemos o exemplo da ERA, que, através do lançamento do projeto Obra Nova ERA, tem permitido aos promotores e investidores imobiliários identificar as melhores oportunidades de

Breve

Manuel Reis Campos reeleito presidente da AICCOPN

No seguimento da assembleia eleitoral, realizada no passado dia 30 de abril, foram eleitos os novos órgãos sociais da AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas, para o mandato do triénio 2020-2022.

O ato de posse dos membros eleitos decorreu no dia 8 de maio, no âmbito do cumprimento dos estatutos da associação, observando as recomendações da Direção Geral da Saúde.

Manuel Reis Campos, também presidente da CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, continua a assegurar a liderança da associação que, com 127 anos de história, representa atualmente mais de 6000 empresas do setor da construção e do imobiliário.

De acordo com o comunicado, este mandato representa um novo momento no panorama associativo, consolidando mais um passo na coligação interassociativa AICCOPN | AECOPS, que integra elementos representantes de ambas as associações, com vista à concretização da associação única, ajustada às necessidades do setor, das empresas e do associativismo em Portugal.

“É com perseverança e confiança que os novos órgãos sociais encaram o futuro, cientes do enorme desafio de projetar e promover um setor da construção e do imobiliário forte, com empresas sustentáveis, dinamizadoras da economia nacional, reforçando o seu posicionamento competitivo à escala global”, desta a AICCOPN.





Notícia

Maioria dos compradores são estrangeiros

Savoy Residence | Casa Branca já vendeu mais de metade dos 21 apartamentos com preços a começar nos 330 mil euros

ELISABETE SOARES
elisabetsouares@vidaeconomica.pt

Promovido pela AFA Imobiliária, o Savoy Residence | Casa Branca é uma unidade habitacional composta por 21 apartamentos, sendo que, neste momento, estão “10 frações vendidas e duas reservadas. A comercialização das restantes nove frações continua”, destaca ao “Imobiliário”, Ana Spínola, diretora comercial.

O empreendimento residencial fica localizado na Rua Papa João Paulo II, no Funchal, e constitui como uma oferta inovadora na região da Madeira.

Ana Spínola destaca que “os nossos clientes são, na sua maioria, estrangeiros. Cerca de 67% dos compradores são provenientes do Canadá, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Rússia. São pessoas de uma faixa etária que vai dos 40 aos 60 anos, alguns reformados, que procuram uma alternativa aos seus países de origem na época de inverno para desfrutar do nosso clima ameno”.

A oferta habitacional da Savoy Residence | Casa Branca é composta por três de tipologias T4, seis de tipologia T3, cinco T2 e sete T1. Para as tipologias T4, o preço médio ronda os 800 000€, os T3 têm um preço médio de 560 000€; T2, preço médio de 431 000€ e os T1 com preço médio de 330 000€.

De acordo com a responsável comercial da AFA Imobiliária, todos os apartamentos são orientados a sul, com varandas e alpendres. Os estacionamento cobertos são em box fechada, com cerca de 40 lugares de estacionamento e ainda 10 lugares no exterior para visitas.

O projeto de arquitetura do Savoy Residence | Casa Branca esteve a cargo do atelier RH+ Arquitectos e traduz uma imagem de modernidade e harmonia alicerçada em valores de sofisticação e a intemporalidade. A construção do edifício terminou em outubro 2019, tendo sido inaugurado a 29 de novembro último.

Conceito aliado ao Savoy Signature

O Savoy Residence | Casa Branca introduz no mercado imobiliário um conceito exclusivo aliado ao



Cerca de 67% dos compradores do Savoy Residence | Casa Branca são provenientes do Canadá, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Rússia. São pessoas de uma faixa etária que vai dos 40 aos 60 anos.

design da cadeia Savoy Signature. Assim, este empreendimento associa “o conceito ‘viva num hotel da Savoy Signature’, dando a possibilidade aos proprietários dos apartamentos de obterem um cartão que dá acesso às zonas comuns dos hotéis, assim como beneficiar dos serviços dos mesmos”, refere Ana Spínola.

O proprietário ou residente tem a possibilidade exclusiva de adquirir anualmente um cartão Savoy Resident que lhe dá acesso a um conjunto de benefícios nas unidades hoteleiras da Savoy Signature.

Desta forma, explica a responsável, com o cartão básico, o cliente tem acesso gratuito aos serviços e áreas comuns do hotel Gardens, hotel da Savoy Signature localizado junto ao empreendimento, e poderá usufruir ainda de descontos em comidas e bebidas, serviços de lavandaria, spa, acessos diários a piscinas e mar e estadias

nos restantes hotéis do grupo, assim como em serviços de concierge do Gardens, housekeeping, catering e pequenos serviços de manutenção e reparação.

Já o cartão All Access, além de todos os serviços do cartão básico, dá acesso sem pagamento adicional aos serviços e áreas abertas a todos os hóspedes da coleção Savoy Signature. As exceções são o Jacarandá Lounge e Club no Savoy Palace, e o Solário Premium e o The Club no Saccharum, que, devido às suas características, estão reservados aos hóspedes das suítes destes dois hotéis.

Qualidade e inovação

De acordo com Ana Spínola, “este é um projeto onde todos os detalhes foram pensados e a escolha de materiais privilegiou a alta qualidade. Este empreendimento representa, acima de tudo, uma forma de estar na vida, que asso-

cia a exclusividade e sofisticação à comodidade e funcionalidade”.

Acréscita que o “design contemporâneo, os materiais e os acabamentos consubstanciam a qualidade de vida e bem-estar dos proprietários mais exigentes, fundindo-se as componentes prática, funcional e estética com a qualidade na construção, ADN das construtoras do grupo AFA.”

A inovação deste empreendimento evidencia-se ainda no controlo de iluminação, de estores e programação de horários através de tecnologia domótica. Para os mais novos, o parque infantil constitui-se como outra das ofertas da propriedade.

O compromisso ambiental está refletido nos 968 m2 de áreas ajardinadas comuns, no sistema de aquecimento de água através de painel solar e na própria arquitetura dos apartamentos direcionados a sul que permite a entrada de luz natural.

Grupo AFA detém seis unidades hoteleiras reunidas no Savoy Signature

O grupo AFA, fundado em 1980, é hoje um grupo empresarial com dimensão internacional consolidada e atua em diversas áreas de negócio, des-

de a construção civil e obras públicas à promoção imobiliária, hotelaria, aviação executiva, comunicação social, gestão de resíduos, comercialização de cimento, comercialização e extração de inertes e concessões rodoviárias. O setor da construção e engenharia constitui, ainda hoje, a principal área de negócio do grupo.

Com o intuito de diversificar as suas áreas de negócio, o grupo concretizou, em 2015, uma grande aposta no setor hoteleiro e, em 2019, abre a sua unidade hoteleira mais recente, o Savoy Palace. A Savoy Signature reúne atualmente seis unidades hoteleiras, no Funchal (quatro, uma delas em total remodelação) e na Calheta (2).

FEP | ANO

Este suplemento faz parte integrante da Vida Económica nº 1833, de 15 de maio 2020, e não pode ser vendido separadamente

by **think.**



COVID-19: Uma nova crise? A new crisis?

A pandemia alterou hábitos e rotinas e promete deixar profundas cicatrizes na economia. Será a aurora de uma nova crise?

The pandemic has changed habits and routines and it promises to leave deep scars on the economy. Will it be the dawn of a new crisis?



Entrevista a Elisa Ferreira

**Os desafios
da coesão europeia
na resposta à pandemia**

Eutanásia

Analizamos as cinco propostas de despenalização aprovadas no Parlamento e confrontamos os principais argumentos

Política europeia

A extrema-direita tem vindo a ganhar força na Europa. Como será o futuro político do velho continente?

Nesta edição

COVID-19

- 3 (Preven)ir é o melhor remédio: comparando Macau e Itália
- 4 O sobressalto elucidativo
- 5 A pandemia exposta num tabuleiro de Monopoly
- 6 COVID-19: duro golpe numa economia global que já cambaleava
- 6 COVID-19: the global pandemic that put the economy on its knees
- 7 Coronavirus: the new Great Recession?

Entrevista

- 8 Entrevista a Elisa Ferreira
Os desafios da coesão europeia na resposta à pandemia

Política europeia

- 11 The boundaries of Economical discussion
- 12 A ascensão da extrema-direita na Alemanha e na Europa

Eutanásia

- 12 A eutanásia em Portugal
- 13 Uma questão de liberdade e respeito
- 13 Eutanásia – um olhar sobre a dignidade e o exemplo

Foreign Exchange

- 14 Foreign Exchange - Behind the trend

Espaço cultural

- 14 Uma breve retrospectiva do Festival Eurovisão da Canção
- 15 Agenda cultural



Até breve!

Apresentamos a 41.ª edição do Fepiano, uma edição que tem um significado bastante especial para a nossa equipa: para além de ser a última deste ano letivo, assinala o sétimo aniversário do Fepiano e a primeira primavera do grupo FINK.

O seu principal destaque é, inevitavelmente, a entrevista. Elisa Ferreira, atual comissária europeia da Coesão e Reformas e ex-vice-governadora do Banco de Portugal, fala-nos acerca da musculada resposta europeia à pandemia, nomeadamente no âmbito das políticas de coesão e da política monetária a ser implementada pelo BCE.

Adicionalmente, destacamos que, doravante, tal como antecipámos na edição anterior, a língua de Shakespeare vai passar a ter uma presença mais premente no Fepiano. Inauguramos o espaço a ela dedicado com dois artigos sobre a pandemia e um terceiro que explora algumas das questões fundamentais da Economia enquanto ciência.

Relativamente aos temas abordados, esta edição é dedicada ao assunto do momento – a COVID-19. A pandemia teve já um profundo impacto no nosso quotidiano e ameaça deixar uma grande ferida na economia. Irá esta ferida sarar rapidamente ou constituirá o início de uma nova e prolongada crise económica?

De seguida, fazemos uma análise às cinco propostas de despenalização da eutanásia que foram aprovadas no Parlamento em fevereiro, e encorajamos a discussão sobre o tema, explorando os principais argumentos dos apoiantes e dos opositores da medida. Além do mais, abordamos a problemática do ressurgimento da extrema-direita na Europa, nomeadamente na Alemanha.

Por último, após uma análise da evolução do mercado cambial durante o mês de abril, elaborada pelo FEP Finance Club, há o habitual espaço cultural. Desta vez, relatamos os principais destaques da participação portuguesa no festival da Eurovisão, num ano em que, dadas as circunstâncias em que vivemos, o festival não irá ser realizado. A agenda cultural desta edição é também muito especial: devido ao distanciamento social a que a pandemia ainda obriga, todas as nossas sugestões referem-se a atividades e eventos culturais que podem ser desfrutados a partir de casa. Livros, podcasts, filmes, séries, até teatro online – as sugestões são vastas. Já não há desculpa para o aborrecimento!

Nesta que é a nossa última edição enquanto coordenadores, nós, a atual coordenação, esperamos ter correspondido às expectativas dos leitores e desejamos votos de grande sucesso à equipa futura e a todos os que nos leem, sobretudo aqueles para os quais este é o último ano de faculdade!

Finalmente, queremos deixar o nosso agradecimento a todos os leitores que nos acompanham e a todos aqueles que, ao longo destes sete anos, passaram por esta casa e que, através do seu trabalho, ajudaram a construir o que o Fepiano e a FINK são hoje.

Despedimo-nos com a convicção de que, no próximo ano, a FINK e o Fepiano continuarão a crescer, com novas ideias e uma equipa renovada, mas mantendo, acima de tudo, a qualidade e matriz que nos caracterizam. Até breve!

FINK. Pensamos juntos.

FEPIANO
41.ª edição, maio 2020

Coordenação
Duarte Brito
João Tavares

Revisão
Bernardo Marta
João Paulo Mota
João Tavares
Joaquim Couto
Maria João Leandro
Tiago Martinez
Tomás Paiva

Arranjo gráfico e paginação
Célia César
(Grupo Editorial Vida Económica, S. A.)

Design
João Tavares

Capa e contracapa
Camila Araújo
João Tavares

Contactos
Facebook: /fepianojornal
Instagram: /finkfep
E-mail: fepiano@fep.up.pt
Issuu: issuu.com/fepiano

**Duarte Brito e
João Tavares**



(Preven)ir é o melhor remédio: comparando Macau e Itália



Opinião
de Camila Araújo

Macau e Itália são parte do conjunto de países infetados pelo vírus da COVID-19, mas o número de casos em cada um deles é um fator de surpresa por razões opostas. A análise cronológica gera questões sobre a atuação preventiva das autoridades.

Enquanto a China lidava com o aparecimento do que, na altura, apenas se pensava ser uma “pneumonia de origem desconhecida”, com 509 casos positivos e 17 mortes na província de Hubei, a região de Macau, com zero casos, já controlava a temperatura corporal nos portos e beneficiava das medidas decretadas pelo governo central, como a proibição de voos a partir e para a região onde o foco de contágio começou. Macau avançou com medidas preventivas três dias após o aparecimento do primeiro caso de um cidadão não macaense, a 22 de janeiro de 2020, que incluíam o uso obrigatório de máscaras de proteção para os trabalhadores dos casinos, a desinfecção dos sistemas de ventilação de aeroportos, estações e centros comerciais, o cancelamento das celebrações do Novo Ano Lunar, bem como de outras atividades, e a definição do preço das máscaras a preço de custo para residentes e trabalhadores não residentes. Desde então, o chefe de governo foi apelando à população a permanecer no território e, no caso de um indivíduo ter sintomas, a ficar em casa, de forma evitar o risco de novas contaminações. No dia 26 de janeiro, já com cinco casos confirmados, casos esses importados a partir dos acessos marítimos e terrestres, foi imposta a todas as pessoas que tivessem estado em Hubei nos catorze dias anteriores a apresentação de uma declaração médica, atestando que tenham feito quarentena e que tenham testado negativo para a COVID-19. Ao sétimo caso, as férias do Ano Novo chinês foram prolongadas, a polícia local continuou a contactar todos os originários de Hubei que ainda estariam no território e as escolas e recintos desportivos continuaram fechados, bem como os serviços públicos. Por esta altura, os casinos de Macau registavam uma queda de 11,3% das receitas brutas de jogo.

Macau permaneceu sem nenhum caso positivo de COVID-19 durante quarenta dias, surpreendendo todo o mundo

O primeiro caso de um cidadão macaense aparece no dia 3 de fevereiro. Nesse dia, o uso de máscara passa a ser obrigatório em táxis, autocarros, metro ligeiro e casinos. No dia 5 de fevereiro, com dez casos confirmados, o corte das linhas marítimas entre Macau e Hong-Kong é imposto, bem como a suspensão da atividade dos 41 casinos, incluindo cinemas, espaços de entretenimento, salas de jogos, teatros, bares, discotecas e clubes noturnos. Macau permaneceu sem nenhum caso positivo de COVID-19 durante quarenta dias, surpreendendo todo o mundo. Mantém-se a obrigação do uso de máscaras até aos dias de hoje.

Durante este período, do outro lado do mundo, Itália já registava dois casos positivos, confirmados no dia 31 de janeiro: um casal chinês que viajou para o território, levando ao decreto do estado de emergência com a duração de 6 meses e ao cancelamento dos

voos de e para a China. Itália foi dos primeiros países europeus a implementar este tipo de medidas. Por esta altura, os governadores das regiões do Norte pediam ao governo central isolamento para que todos os que regressem ao território italiano provenientes da China. Entretanto, uma vez que nenhuma medida restritiva em relação aos eventos foi tomada, entre os dias 9 e 11 de fevereiro realizou-se, em Milão, a Feira Internacional de Turismo (BIT) reunindo cerca 40 mil pessoas, desde jornalistas a viajantes. Outras ações preventivas envolvendo eventos culturais e desportivos foram implementadas já numa fase de aumento dos casos, como a suspensão dos Jogos da Serie A, no dia 4 de março, uma altura em que Itália registava 2502 casos. Três semanas depois do aparecimento dos primeiros casos, o dia 21 de fevereiro começa com o anúncio do primeiro cidadão italiano a dar positivo, em Codogno, para o novo coronavírus – um homem de 38 anos, trabalhador da Unilever, que inicialmente se pensava ter sido infetado depois de jantar com um amigo que teria estado na China. No entanto, não foi esse o caso, continuando, até aos dias de hoje, a ser desconhecido o ponto de contágio deste senhor. As autoridades prontamente começaram a recriar todos os passos deste homem, colocando em isolamento imediato 250 pessoas, que potencialmente tinham estado em contacto com ele. No final desse dia, já dezassete pessoas tinham testado positivo para a COVID-19, com a região da Lombardia a tornar-se o principal foco da pandemia. Muitas suspeitas indicam que o vírus já circulava em Itália muito antes, mas que os infetados teriam sido tratados como casos de pneumonia, tornando o meio hospitalar um possível foco de contágio.

Macau: 45 casos e 0 mortes. Itália: 214.457 casos e 29.684 mortes (7 de maio de 2020)

Em três dias, os casos explodem para 229 e registam-se seis mortes. Dez cidades da região da Lombardia são postas em quarentena geográfica, as universidades, escolas, museus e monumentos são fechados em toda a região norte e a quarentena obrigatória de catorze dias é imposta a quem entrar na região sul depois de ter estado no Norte. Nesse dia, Itália passa a ser o país com mais casos, depois da China e da Coreia do Sul. No dia 26 de fevereiro, o país contava com 322 pessoas infetadas. Uma outra preocupação surge com o aparecimento de casos importados de Itália nos restantes países europeus, começando linhas de contágio nesses mesmos países, como foi o caso de Espanha e Portugal. Deste dia em diante, os números de casos positivos e de mortes atingiram proporções inimagináveis.

Muitos e importantes fatores dividem as duas regiões apresentadas, nomeadamente dimensão, popu-

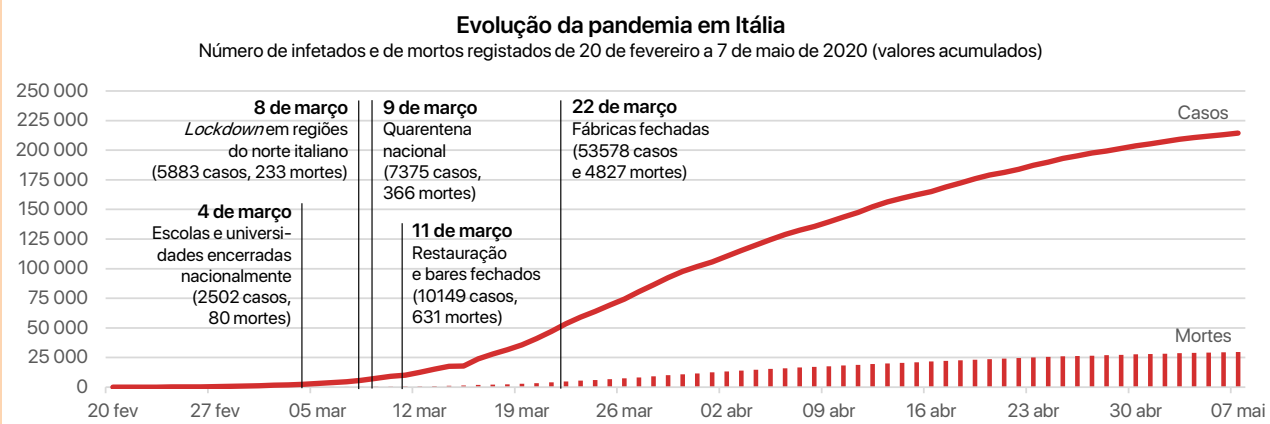


Créditos:Liam Burnett-Blue / Unsplash

lação, fatores sociais, a forma como encaram as medidas governamentais e mesmo razões históricas, uma vez que Macau já sofreu em tempos passados com um outro tipo de coronavírus, o SARS.

Hoje em dia, em Macau, a preocupação aumenta em relação aos casos importados – no dia 7 de maio, o total de casos passa para 45, todos importados de países como Portugal e Espanha. Por outro lado, Itália registou, no dia 7 de maio, 214.457 casos positivos e um assombroso número de 29.684 mortes. Itália, apesar de ter sido proativa nas restrições em relação aos cidadãos retornados da China, não implementou medidas preventivas em relação ao contacto social local nas semanas em que se registaram os primeiros casos no território. A questão põe-se: será que, se essas medidas de contenção social tivessem sido tomadas em Itália, seriam realmente cumpridas pelos cidadãos? Imagens e relatos de festas e aglomerados sociais em praias e noutros espaços de convívio correram o mundo, mesmo depois dos apelos governamentais em Itália e em países como Portugal. Já nos países do continente asiático, continua a existir um maior rigor no cumprimento de medidas impostas pelo governo, devido a questões culturais e políticas.

Nota: Dados relativos a Itália retirados de relatórios do Centro Europeu de Controlo de Doenças (ECDC). Dados relativos a Macau retirados do site oficial do governo de Macau criado para esse propósito.



O sobressalto elucidativo



Opinião
de Bernardo Marta

Não previmos nem imaginámos estes tempos de excecionalidade. A COVID-19, esse nome que carrega muito mais do que a designação da doença, é o maior símbolo da incerteza destes dias e do sofrimento crescente que estamos conscientes de que vem vindo.

Estou a escrever a vinte e sete de março e, embora já tenhamos entrado em estado de emergência há cerca de uma semana, ainda há gente nas ruas violando reiteradamente as recomendações. Tenho pensado em como classificar estas pessoas, uma procura de palavras certas que carreguem verdade, sem tibiezas. São potencialmente homicidas. Gostava de dizer que o seriam por negligência, mas para isso teriam de ser bastante desinformados, um cenário difícil de aceitar dada a disseminação abrangente da informação. E quem vê esta gente e não denuncia, o que será? Não denunciei sempre, o que sou? Quando denunciei mais ninguém da vizinhança o fez, o que são eles? Não sei bem, mas pelo menos covardes seremos, uns mais que outros. Esta dimensão do civismo muitas vezes esquecida, a denúncia, é indispensável para manter em casa os tais potenciais homicidas, a re-provação social tem essa força.

Esta experiência vai moldar-nos de forma intensa pela sua singularidade

Esta pandemia altera as nossas vidas de forma tão abrupta. Aliás, não é a pandemia que o faz diretamente, é o medo da morte e da perda que o faz. Esse medo, sim, é causado pela pandemia. Como um microscópico agente, cada vez menos misterioso, mas mesmo assim o sendo, nos ameaça e se torna a maior preocupação da humanidade... Esta experiência vai moldar-nos de forma intensa pela sua singularidade, deixar-nos-á num cruzamento de caminhos tão perigosos como ascensores, tudo dependerá do sucesso da resposta aos vários níveis. A congelção das mentalidades não é impossível, mas parece-me improvável. Temos de estar preparados para os necrófagos que espreitam ansiosos por engordarem com a desgraça e expandirem a sua cosmovisão de pequenez. Espero antes que surja um multilateralismo fortalecido, base forte de um progresso mundial. Teremos de aguardar para conhecer o futuro... Mas que sejamos agentes da sua construção, ao invés de sermos apenas conduzidos pela vontade alheia.

A escassez e os preços exorbitantes de equipamento de proteção individual, ventiladores e outros recursos atualmente indispensáveis não passam à margem de ninguém. As autoridades já desencadearam ações contra o lucro ilegal de alguma gente (voltamos à importância da denúncia), porém o risco de o mercado excluir cidadãos é grande e inadmissível. Mas o que fazer com as empresas comprovadamente geridas por criminosos? É proporcional afastar essa gente e privá-las da sua propriedade de evidente interesse público, para que elas possam ser corretamente geridas por outros (públicos ou privados) sem mácula na idoneidade? Parece-me ser justo, mas é pre-

ciso que existam provas inequívocas, processo e julgamento que, para ser atempado, terá de ter prioridade. Precisamos também de aumentar a produção com reconversão industrial, diminuindo ao máximo a escassez, tudo isto se tornará muito mais eficaz se houver coordenação internacional.

Tudo dependerá do sucesso da resposta aos vários níveis

Temos de articular os esforços no sentido de salvar o maior número de pessoas possível. Esta ideia tão banal parece ter passado para um segundo plano para alguns. O tema da prioridade no acesso a determinados cuidados médicos é importante e, em certa medida, é parte do primeiro objetivo. Contudo, existe uma dimensão dos recursos (anteriormente mencionada) que escapa às fatalistas prioridades. Essas tais regras de quase morte ou possível salvação serão tão menos rígidas quanto maior for a capacidade do sistema e, portanto, menos questões éticas levantaram. Essas questões não têm respostas fáceis, não só pela dureza da morte, mas também pelos conflitos entre justiça e eficácia. As gradações de direito a cuidados médicos que serão feitas não resultam de nenhuma ordem fácil ou natural, são antes decisões humanas que deverão estar sob o escrutínio público da democracia. Isto não significa que a decisão desses critérios deva ser definida ou modificada nos moldes do voto universal, apenas que as massas farão apreciações públicas diversas. Ademais, a falta de uma ética universal não permite uma categorização absoluta quanto à bondade do que será feito e de todas as outras possibilidades. Vemos aqui a diversidade, a falta de consenso que cria esta paisagem intelectual. Estamos num ponto científico onde, regra geral, acreditamos que o nosso intelecto deriva dos nossos próprios genes e também da nossa experiência de vida. Há aqui um paralelismo estranho com o que vivemos. Cada indivíduo tem uma resistência (ou vulnerabilidade) à COVID-19 que depende também dos seus genes e das suas experiências passadas e presentes. Com este conjugar da herança molecular e possíveis modificações com a história de vida individual, certamente percebemos que há uma enorme aleatoriedade e descontrolo. Essas gigantescas características da vida ganham abruptamente uma nitidez ímpar, por obra do fenómeno pandémico também delas emergido.

Essas gigantescas características da vida ganham abruptamente uma nitidez ímpar, por obra do fenómeno pandémico também delas emergido

Não podemos esquecer que o nosso dever não se cinge apenas às fronteiras portuguesas. O dever que temos para com todos os outros não é menor e, por isso, deve ser alvo de rigorosa refle-



Créditos: Gustavo Fring / Pexels

xão. Outras geografias que não a nossa já foram e continuam a ser palcos de catástrofes bem mais mortíferas, porém os nossos olhos ocidentais tendem a observar com distanciamento como se de ficção se tratasse. Sejamos sinceros em assumir que, como sociedade, preferimos manter um pouco mais de conforto do que matar fomes, parar de vender armas letais ou construir mais casas ou escolas onde elas escasseiam. Dir-me-ão

Temos de articular os esforços no sentido de salvar o maior número de pessoas possível

que sou um internacionalista ingénuo e utópico... Reconheço que pode haver aproveitamento por entidades sinistras, mas isso é obstáculo incontornável ou apenas tática desculpabilizante? José Barata-Moura escreveu e cantou sob o título “Caridadezinha” acerca de “quem rouba, mas dá prenda”; embora esteja ideologicamente afastado não posso deixar de rejeitar veementemente as falsas ajudas. O multilateralismo que já venho mencionando, deve ter uma dimensão verdadeiramente solidária e não apenas uma caridadezinha. Mencionar agora a falta de uma ética universal é possível, mas que se assuma com frontalidade o que se defende. Posteriormente, como resposta, surgirão pareceres, também eles com base ética, sobre a bondade dos valores assumidos. Voltamos a uma dinâmica de civismo, dinâmica essa suportada por uma ética não universal, mas com mínimos derivados da nossa interação social que impedem grosserias várias. Infelizmente, essa via cívica precisa de um cultivo significativamente maior.

A pandemia exposta num tabuleiro de Monopoly

A primeira grande pandemia na era da globalização implicará uma forte intervenção estatal na economia e sociedade. Não é um ataque ao liberalismo ou à democracia, mas sim a melhor forma de os restabelecer.



Opinião

de Duarte Brito

Vivemos momentos sem precedentes na história da economia mundial. Porém, antes de analisarmos e estudarmos qualquer problemática sobre esta ou outra crise económica, precisamos, primeiro, de compreender o verdadeiro conceito de economia.

Imaginemos a economia simplificada a um jogo de Monopoly, onde uns estariam a colocar as suas primeiras casas ou a substituí-las, quem sabe, por hotéis, contrastando com aqueles que hipotecam as suas cartas, de forma a conseguirem pagar o aluguer. Em suma, o normal funcionamento da economia.

Algo plausível (e, diria até, suposto) é a falência de uns contrastar com o sucesso de um só jogador. Se pensarmos bem na questão, não deixa de ser interessante a lição marxista debaixo de um simples tabuleiro: um salário de subsistência, recebido pela classe explorada, sob a forma de passagem na casa de partida, que será diluído por impostos e pagamentos de rendas à classe exploradora, proprietária dos grandes terrenos, dos Rossios e das Ruas Augustas.

No entanto, esquecendo, por enquanto, esta tese (perfeitamente discutível, até pela dinâmica que o capitalista gera na economia), façamos um pequeno exercício: imaginemos, agora, que todos os jogadores hipotecavam sucessivamente as suas propriedades, cancelavam todos os seus investimentos, de forma a obterem a liquidez necessária para continuarem a sua tarde animada. Isto é, os jogadores pediriam ao banqueiro dinheiro simplesmente para rodarem os dados, sem investirem, nem pagarem nas casas e hotéis que passam. Um verdadeiro LockDown! Dada esta situação, que provavelmente nem a Charles Darrow, criador do famoso jogo, ocorreria, só haveria uma pessoa capaz de evitar a troca dos dados por um soturno comando. Essa figura, escolhida de forma algo aleatória no início do jogo, sem grande função aparente, é o banqueiro. O banqueiro, que aqui figura o Estado e o Banco Central, numa ligação umbilical (apesar de serem, na sua generalidade, independentes) seria o principal impulsionador do retomar económico. Uma frase que arrepiaria o Liberalismo de Thatcher, por exemplo, mas necessária, já que as vertentes económica e social necessitam de um “empurrão” e, nalguns casos, de um “abanão”.

Aos bancos centrais, neste contexto, é-lhes exigido a minimização dos custos de acesso ao crédito, com a redução das taxas de juro, a medida expansionista mais convencional. Alguns bancos centrais, nomeadamente o BCE, que privilegiam o controlo da inflação, apresentavam taxas de juro em terreno negativo no dealbar desta crise, devido essencialmente às políticas adotadas na crise do *subprime*, pelo que tiveram que explorar outras possibilidades. A principal alternativa encontrada foi o “*quantative easing*”, que nada mais é que uma maciça injeção de dinheiro com vista à redução das *yields*, quer das dívidas soberanas, quer do papel comercial de empresas não financeiras. Jay Powell, que elevou o balanço do FED ao mais elevado valor de sempre, fruto desta ação, afirmou que as políticas monetárias só serão eficazes se forem acompanhadas por fecundas políticas orçamentais, algo repetido pela homóloga europeia, Christine Lagarde.

Deste modo, aparecem os Estados soberanos, enquanto decisores e aplicadores das tão necessárias políticas orçamentais de que falamos. Têm como principal função a de ajudar e, diria até, de proteger as PME e determinadas empresas estratégicas, bem como de evitar que os trabalhadores sofram despedi-



Créditos: Tomás Paiva

mentos ou quebras substanciais nos seus rendimentos. No fundo, o objetivo passa por tratar do lado da oferta e da procura simultaneamente, um “*trade-off*” complexo e que foi imposto, por exemplo, a Roosevelt na Grande Depressão. Existem várias medidas importantes a serem implementadas pelos Estados,

Esta crise é uma peça de teatro que não permite ensaios, muito menos falhas

nomeadamente ao nível do financiamento da atividade privada. A mais gritante e utilizada é, sem dúvida, a linha de crédito criada para auxiliar ao nível de tesouraria e/ou fundos de maneo das empresas. É crucial a intervenção estatal nesta matéria. Por um lado, para evitar uma certa aversão ao financiamento por parte dos bancos comerciais e, por outro lado, acautelar a chegada de novas temporadas da série “Fundo de Resolução”. Ainda em matéria da oferta privada, é vital proteger determinados setores, nomeadamente o da aviação. As companhias aéreas foram confrontadas, simultaneamente, com um bloqueio na generalidade das rotas internacionais e uma quebra na procura das pontes entre aeroportos nacionais. Dada esta situação, existem várias atuações possíveis: a italiana, que se prepara para nacionalizar a Alitalia, e a norte-americana, que concedeu planos de resgate às empresas aéreas perante determinadas condições. Por cá, Mário Centeno não afastou a hipótese de aumentar a participação do Estado no capital da TAP, caso seja necessário. Até porque, e parafraseando Chaplin, esta crise é uma peça de teatro que não permite ensaios, muito menos falhas.

Ao mesmo tempo que tratamos da oferta, teremos de nos focar, também, na procura, nomeadamente na contenção das taxas de desemprego e da quebra de

rendimentos. Aqueles que, por força maior, ou para sua própria segurança, ficarem em casa deverão receber por parte do Estado ou das entidades patronais uma parte do seu rendimento, a fim de garantir, no mínimo, a sua subsistência. O Financial Times reportou que cerca de ¾ dos americanos sofreram quebras significativas no seu rendimento, números que não se afastam muito da realidade europeia. Em resposta a esta crise, Washington, a meses das eleições, decidiu distribuir diretamente à população cheques com a assinatura de Donald Trump. Ninguém dirá, porém, que se trata de uma medida eleitoralista, até porque seria um ato de tal estultícia que nem a Trump ocorreria.

Após estas medidas, que devem ser rápidas e eficazes, é expectável o retomar da economia. Contudo, esta expectativa conduziu à enumeração de várias teses tão interessantes quanto inquietantes. Desde curvas em L a curvas em V, na verdade, a definição do trajeto da recuperação dependerá da sagacidade e frieza quer dos aparelhos de Estado, quer da própria população. Até porque, importa referir, o civismo e prevenção das pessoas é crucial nesta crise, que não tem origem financeira, mas sim sanitária.

Por fim, após várias voltas ao Monopoly, depois dos Rossios, das Ruas Augustas e das Praças da Liberdade estarem restabelecidos, dos postos de emprego estarem recuperados, do consumo reequilibrar, vai ser necessário recompor o “banqueiro” que financiou toda esta recuperação. O *Institute of International Finance* estima uma dívida pública global de 253 biliões de dólares, três vezes o PIB global, só até setembro. A dívida pública italiana pode alcançar, imagine-se, os 153% do PIB. A grega, os 200%. Leu bem, 200%! A espanhola passará os 113%, a par da francesa, e a portuguesa alcançará os 135%. Valores substanciais e que nos permitem, com toda a legitimidade, formular a seguinte questão: estaremos nós, com todas estas medidas expansionistas, a escalar um novo tsunami das dívidas soberanas?

COVID-19: duro golpe numa economia global que já cambaleava

Os números não mentiam. Entretanto, a euforia dos mercados camuflava a crise financeira que já era avistada por alguns no horizonte.



Opinião
de Vinícius Pereira de Paula

O novo coronavírus impôs ao mundo um grande desafio: reduzir o contacto entre humanos para conter o seu avanço. A medida levou à diminuição das transações comerciais e à queda de produtividade em todo o globo. O impacto económico é já sentido e previsões de uma nova recessão económica são amplamente divulgadas. Mas a nova depressão não foi causada pelo microrganismo. Não o culpe.

Já no final da década, os dados indicavam o fim de um ciclo de mais de 10 anos, porém, com problemas mais graves. O Fundo Monetário Internacional (FMI) publicou, em 2018, que o nível de endividamento público e privado das nações havia alcançado os incríveis US\$ 188 biliões, menor apenas que a dívida contraída durante o período da Segunda Guerra Mundial, como divulgado pelo 'El País'. O alto endividamento juntava-se ao declínio sistemático do PIB em todo o mundo, a gerar uma relação global média de 226%.

E por que razão isso seria preocupante? Segundo o FMI, o alto endividamento deixa os países vulneráveis. De acordo com a instituição, a dívida pública entre as economias avançadas, em 2018, já era 90% maior que a do cenário pré-crise de 2008. E não se pode falar em dívida sem a atribuir à última depressão, na qual os governos e empresas apelaram às baixas taxas de juros e ao alongamento dos empréstimos.

Outro indício estava na valorização do ouro a partir do fim de 2018. Historicamente, o metal é valorizado em cenários de contração. E o neófito bitcoin, concebido para ser um ativo resistente às crises, não ficou atrás, entrando num novo ciclo de alta. Além disso, outros problemas geravam incerteza no horizonte: o "Brexit", a guerra comercial entre os EUA e China e a fragilidade dos bancos em todo o mundo revelavam agonia na conjuntura económica.

A necessidade de aumentar ainda mais os gastos governamentais para conter a pandemia encontra agora o desafio de ter de amparar empresas e trabalhadores em todo o globo

Todavia, na contramão dos números, o bom ânimo por parte dos investidores gerava efervescência nos mercados e camuflava os problemas. A bolsa americana bateu recordes; ações de empresas que vivem de crédito e pouco ou nenhum lucro valorizaram. No Brasil, a expectativa do novo governo, liberal, desviou os maus ventos além do Atlântico e, em 2019, mais de 700 mil novos investidores chegaram à bolsa, que alcançou os 100 mil pontos pela primeira vez na sua história.

Porém, muito desse crescimento deve-se às ações



Créditos: Romana K. R. / Pixabay

dos bancos centrais em todo o mundo, que se têm esforçado para injetar liquidez no mercado, comprando dívidas, a fim de impedir quebras. E o anúncio da inversão da curva de juros americana em agosto de 2019 ativou, finalmente, a desconfiança de uma recessão. De facto, as coisas não estavam a andar bem.

Com o presente chinês na entrada da década, a economia, que já respirava por aparelhos, foi obrigada a poupar energia. E isto é mau para quem já não tinha muita saúde. A necessidade de aumentar ainda mais os gastos governamentais para conter a pandemia encontra agora o desafio de ter de amparar empresas e trabalhadores em todo o globo. Tudo indica que 2020 e 2021 serão anos perdidos para o crescimento económico, mas isto aconteceria de qualquer maneira, pois os tempos de expansão já estavam no seu fim.

COVID-19: the global pandemic that put the economy on its knees

The data is clear: the economic impact of the new coronavirus is the greatest ever caused by an epidemic.



Yasmin Amaral

SARS-CoV-2, scientifically named COVID-19, emerged in China, when the Wuhan Municipal Health Commission reported 27 cases of pneumonia of unknown origin. Since then, the virus has spread rapidly across entire continents and has accumulated thousands of deaths and infections.

According to a study by Bain & Company, the losses caused by COVID-19 could exceed \$ 70 billion for China, indicating a reduction of up to 0,5% of its gross domestic product (GDP), greater than that of all previous outbreaks. In Italy, with the end of all non-essential productive activities and all the chaos caused by the virus, the GDP could fall by 3% in the first quarter and 5% in the second. In the United States, the new epicentre of the epidemic with more than 100,000 infected, Trump declares: "The world is at war with a hidden enemy".

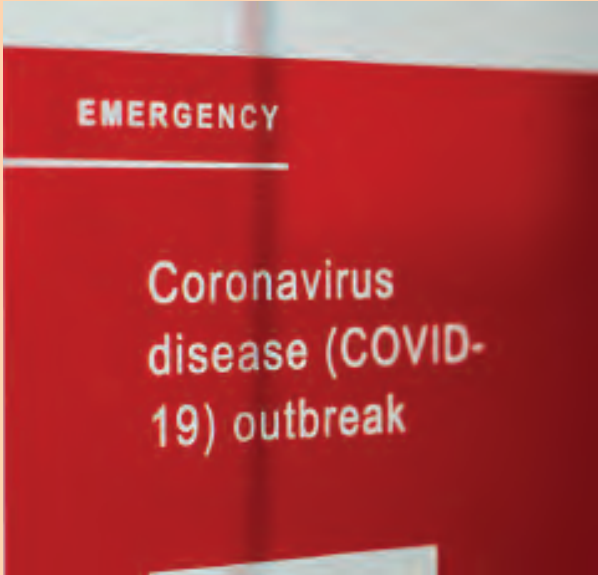
In the financial markets, the reaction to the epidemic was intense. In Europe, the main indices have dropped everything that had risen last year, around 25%, as for example the case of the German index DAX-30, which reached historical highs in 2019. The main North American indices, which include the main companies in the United States, fell by 17% in three weeks compared to the maximum values this year. During the outbreak, stock markets have already lost five billion dollars worldwide.

Almost all sectors are being affected, such as Tourism and Hospitality, Oil and Gas, Automotive and Consumer Products. The Coachella and Stagecoach music festivals have been postponed; even the 2020 Summer Olympics in Tokyo, an event eagerly awaited by both the public and athletes, has been postponed to 2021.

The European economists are unanimous on one issue: a major recession is coming

One of the first sectors to be hit was aviation. US flight bookings to all regions of the world have fallen sharply. There was a 98,1% drop in flights to Asia, 31,9% to Europe and 22,6% to Africa and the Middle East. The index that follows aviation companies in Europe has already sunk more than 30% since the beginning of the year, and all flights from Europe to the United States are prohibited for 30 days. Shares in companies like Delta and United Airlines fell by around 10%, Britain's Flybe went bankrupt; all collapsing in the face of the enormous crisis that has been taking place in the world.

With all this doom and gloom at the kick-off of the decade, the European economists are unanimous on one issue: a major recession is coming. According to



Créditos: Markus Spiske / Unsplash

the chairwoman and managing director of the International Monetary Fund (IMF), Kristalina Georgieva, "It is now clear that we have entered a recession as bad or worse than in 2009". A dismal prospect for a year in which Brexit financial stabilization and reduction of tension between the US and China were expected. We still do not know the exact extent that this crisis can take, but we do know that it will take a long time for the economic world to fully weather the storm.

Coronavirus: the new Great Recession?

Nowadays, we are living through a unique crisis on several levels, that started as a public health problem but quickly spread to the economy and society. The consequences triggered by the COVID-19 crisis are undeniable, so comparisons with the last big crises are inevitable.



Clara dos Reis

Thus, we take a closer look at these events that travelled to us through our collective memory, leaving their marks in the actual theoretical and practical conceptions of economic politics and science. Observing past economic disasters such as the Great Depression (1929) and the Great Recession (2007-08), one of the first visible indicators of the start of a crisis is the negative behaviour of the Dow Jones Industrial Average (DJIA). With the Great Depression, this index fell 89% from its pre-crisis peak in September of 1929, taking 25 years to reach that same level again. During the Great Recession, the fall was less severe, 49%, and the markets took approximately 4 years to recover completely. Since the 12th of February, due to the Coronavirus pandemic, DJIA has been falling, crashing 35% since the 22nd of March– opening doors, as the experience has shown us, for a new economic crisis. In fact, an accentuated drop in the exchange market has typically proven to be a precedent for major economic shifts. Lower levels of market activity, either in demand or supply, fiscal imbalances, bankruptcy, and rising rates of unemployment are some of them, leading to acute social problems.

It is evident that there have been discrepancies between the positions of the governments

Today, besides the health care system issues already visible, other consequences will arise, creating a snowball effect. However, the idea that we are facing a new Great Recession still rests in conjectures, and some projections seem to suggest a more positive wave. On the 25th of March, Ben Bernanke, ex-president of the Fed (Federal Reserve), defended, in an interview to CNBC, that what we face is more likely to be a big “snowstorm” than a major recession like we saw in the ‘30s or one decade ago. Consequences will be severe, but recovery must be quick. It is important to note that the 1929 and the 2008 crises both have the burst of speculative bubbles in common, indorsed by an uncontrolled incentive to credit. This implies that they are based on internal economic factors. On the contrary, the Coronavirus crisis results from external factors. Therefore, trust of economic agents in the market might rise faster, depending on a well thought out and rapid prevention of future economic consequences.

Policymakers and state leaders are already anticipating these consequences. As Angel Gurría, Secretary-General of OECD, stated on the 21st of March, countries affected by Coronavirus should pursue the Marshal Plan (1947-1952) goals alongside with a New Deal (1933-1936) vision. This means there is a perceptible need to develop a socio-economic recovery project, surely less intense but no less imperative than the post-World War II scenario required, reinforced with public work projects, social protection, financial reforms and stronger economic statism, similar to the actions undertaken during the Great Depression. In fact, what Gurría proposes is a transversal stimulus to the economy and an anti-cyclic political response.



Créditos: Gerd Altmann / Pixabay

In the United States, for example, Trump signed off on a \$2.2 trillion economic rescue package on the 27th of March, to fund efforts towards defeating the virus and protecting the labour, health and economic systems. Across Europe, similar measures are being approved. On the 9th of April, the Eurogroup announced an emergency fund of €540 billion to protect member states’ economic sectors and promote convergence, whereas an extra stimulus package is still being discussed. But a brittle financial situation boosted by high levels of public debt, particularly in southern Europe, might raise the dependency of this region on international solidarity.

At the same time, it is possible to recover some practical ideologies from the Great Recession, more related to monetary policy, to prevent major costs. Numerous central banks announced liquidity injection programs in the financial sector, including a coordinated action between the Fed and the ECB (European Central Bank). Additionally, the Fed indorsed a sudden cut of the federal funds rate to near-zero and an unlimited program of Quantitative Easing by way of hundreds of millions of dollars. The ECB promoted a Purchase Programme (PEPP) of €750 billion, covering government debt and private securities before the end of 2020, abandoning the limits associated with it, which were defined during the previous crisis. It also announced the easing of conditions for targeted longer-term refinancing operations (TLTRO III), currently negative.

Nevertheless, while an idyllic scenario is based upon international cooperation and coordination, it is evident that there have been discrepancies between the positions of the governments of some of the world’s most affected regions. Coronabonds, a mechanism of debt mutualisation, are widely desired by several Eurogroup countries, but an agreement on this topic has not yet been reached. Despite different ways of dealing with the pandemic, the fundamental ideologies across the world seem to be consensual: monetary policy can help but must be combined with a strong fiscal policy, focusing on health care systems and employment protection, not forgetting that the starting-point of socio-economic institutions differs geographically.

Hence, reflections about political and economic systems emerge. The way peoples’ lives and labour structures are organized moulds the way in which society is impacted by a factor that directly influences these structures, as is the case with COVID-19. Most economies, from Chinese Socialism to American Capitalism, are built upon massification of industries and production, as well as a high dependency on globalization, which helped to massify the virus propagation. Yet, the process of dealing with the dissemination of the disease proved to be different. Not only in China but across Asia in general, agility paired with powerful regulation and monitoring (allowed by the widespread use of technology and private data access systems), culminated in a relatively apparent good level of disease containment. Western capitalist cultures seem to struggle more, particularly the USA, Italy and Spain, surpassing the number of infected individuals and deaths registered in the pandemic epicentre. This can be related to the underestimation of the effects by both public and private agents, leading to a late government response. In a posterior phase, worldwide inequalities may be emphasised by the weaknesses of several health care systems, seemingly fragile in some European and South American countries, or mostly privatized, like in the United States.

Monetary policy can help but must be combined with a strong fiscal policy

But we need to consider that, at this moment, the numbers-based assessment is deeply fallible, as is the accurate reasoning of this issue, due to its novelty. Despite the diverse spectrum of actions, what we know is that the cost of a passive government is high. Efforts around the globe have shown that states haven’t been inert. Nonetheless, it is important to note that the altruistic goal of saving human lives is simply masking the greatest goal of all, to protect the life of the economic system.

Entrevista a Elisa Ferreira

Os desafios da coesão europeia na resposta à pandemia



Créditos: Lukasz Kobus / Serviço Audiovisual da Comissão Europeia

Elisa Ferreira é, desde 2019, a comissária europeia para a Coesão e Reformas. Licenciada em Economia pela FEP (1977) e mestrada e doutorada pela Universidade de Reading (Reino Unido), a sua carreira é, desde cedo, pautada por uma grande participação pública. No seu longo percurso profissional, destacamos o trabalho que desempenhou enquanto ministra nos dois governos de António Guterres (1995-2002) e a sua larga experiência como eurodeputada, função que desempenhou entre 2004 e 2016, integrando a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários em todo o período. Destacamos ainda a sua nomeação para administradora do Banco de Portugal, em 2016, e para vice-governadora no ano seguinte, cargo que desempenhou até à sua nomeação para a Comissão Europeia. Como reconhecimento de todo o seu mérito, em 2013, foi-lhe atribuído o Prémio Carreira FEP.



Entrevista
por Duarte Brito e João Tavares

A Prof.ª Elisa Ferreira é licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, onde também veio, mais tarde, a ser professora auxiliar. Considera que a sua passagem pela FEP foi determinante no caminho que percorreu posteriormente?

Sem dúvida que a minha passagem pela FEP foi determinante para a minha vida, e não apenas para a minha carreira profissional.

Tive a felicidade de ter estudado na FEP num período extremamente intenso da história portuguesa, o qual inquestionavelmente marcou a minha formação cívica e política. Tive, igualmente, a sorte de ter convivido com um conjunto de docentes que, para além de excelentes no plano teórico e académico, tinham uma enorme experiência prática, adquirida durante anos de colaboração em grandes e pequenas empresas, em bancos ou em seguradoras. Esta capacidade de ligação da academia à prática foi uma das grandes virtudes da Faculdade de Economia do Porto.

Quando ingressei na Faculdade, Economia era um curso ainda em construção, sem instalações próprias, gerindo um conjunto de salas cedidas no edifício da atual Reitoria, com partilha de professores e infraestruturas com outras Faculdades, nomeadamente Engenharia e Ciências para as cadeiras de Matemáticas. Também esta dimensão de acompanhamento do crescimento progressivo e rápido de toda uma escola foi enriquecedora.

Depois da licenciatura, mantive-me ligada à Faculdade, primeiro como Assistente e mais tarde como Professora Auxiliar. A FEP encorajou-me, numa articulação invulgar com a Comissão de Coordenação da Região do Norte, a fazer um Mestrado seguido de Doutoramento (no Reino Unido) numa área pioneira na altura: a problemática da integração europeia na perspetiva económica, tema esse que acabou por me acompanhar durante toda a minha vida profissional.

A abertura da Faculdade de Economia – e da própria Universidade do Porto – ao mundo exterior, quer no contexto regional quer nacional e internacional e não apenas no foro estrito da academia, foi, a meu ver, uma aposta ganhadora que se reflete na projeção e serviços prestados à comunidade por tantos dos seus docentes, ex-docentes e ex-alunos.

A recente saída do Reino Unido da UE causará grandes impactos para ambas as partes. Qual será a magnitude destes impactos para a União Europeia e, em específico, para os fundos disponíveis para a coesão?

O impacto será inevitavelmente negativo, não só para a União Europeia, provavelmente mais para o próprio Reino Unido. É claramente uma situação de “lose-lose” ou dupla perda. Mas espero que mesmo assim seja possível limitar os danos, tudo dependendo do detalhe dos acordos que estão a ser negociados. Será negativo, à partida, para o Reino Unido, que perde os benefícios de pertencer ao maior bloco comercial do mundo, incluindo o acesso ao mercado interno europeu com os seus 450 milhões de cidadãos e às dezenas de acordos comerciais internacionais da União Europeia. Mas naturalmente que é também uma perda para a União Europeia, pois o Reino Unido contribuía de forma singular para o projeto comum. Além de ser um dos maiores Estados Membros, o Reino Unido trazia a força dos seus serviços financeiros, a tradição e experiência diplomática, a excelência das suas universidades e um modo de estar estimulante, ativo e exigente. Confesso que, pessoalmente, me entristece muito – até porque vivi no Reino Unido e fiz lá parte do meu percurso académico – e que tenho mesmo alguma dificuldade em entender alguns argumentos dos partidários da saída que me pareciam bastante fora da realidade. Mas foi essa a decisão tomada, temos de a respeitar e continuar os caminhos. Espero agora que seja possível negociar um acordo com o Reino Unido que lhe permita permanecer tão próximo da UE quanto

possível, de forma recíproca e equilibrada.

Num ano em que serão registados aumentos significativos na dívida pública da maioria (se não da totalidade) dos Estados Membros da UE, prevê que se possa assistir a aumentos tributários significativos nos vários países com vista ao seu autofinanciamento?

É um facto que os países estão neste momento a fazer um enorme esforço orçamental para tentar impedir que a emergência de saúde pública se transforme numa depressão económica prolongada. E a Comissão Europeia está a fazer tudo o que pode para apoiar esse esforço.

Por minha proposta, todos os montantes ainda disponíveis no âmbito da política de coesão foram postos à disposição dos Estados Membros para cobrir despesas extraordinárias de saúde, apoiar PME e impedir a perda de emprego, através de uma flexibilidade sem precedentes introduzida nos fundos estruturais. Houve um reforço relevante de liquidez através de transferências para os países de saldos significativos de gestão. Também excecionalmente, as taxas de cofinanciamento comunitário poderão, durante um ano, atingir os 100%. Foi criado um novo instrumento financeiro ancorado em garantias do orçamento comunitário e do dos Estados Membros – o SURE – orçado em 100 mil milhões de euros, visando apoiar os mecanismos nacionais de trabalho temporário criados pelos Estados Membros para evitar a explosão do desemprego. Por outro lado, foi aprovada pelo Eurogrupo uma linha específica de crédito aos Estados Membros no âmbito do Mecanismo Europeu de Estabilidade – o Instrumento de Apoio à Crise da Pandemia – para financiar ações direta e indiretamente relacionadas com o COVID-19 no valor de 240 mil milhões de euros; o BEI (Banco Europeu de Investimento) reforçou em 200 mil milhões de euros a sua capacidade de apoio às empresas; o BCE (Banco Central Europeu) reforçou a sua capacidade de aquisição de dívida soberana em 750 mil milhões de euros; e as regras de ajudas de Estado foram readaptadas de forma significativa.

A abertura da Faculdade de Economia [...] foi, a meu ver, uma aposta ganhadora

Tudo isto para além de terem sido abertos corredores verdes para a circulação de bens de primeira necessidade, de ter sido apoiado o repatriamento de milhares de cidadãos europeus e de terem sido disponibilizados montantes importantes para diversos fins (como compra articulada de equipamentos e apoios à investigação médica associada à epidemia, aos mais carenciados e aos refugiados).

Contudo, as medidas de contenção da epidemia que vigoram em quase todos os países vão ter um impacto económico brutal, ainda difícil de estimar. Os mecanismos de relançamento da economia previstos até agora, sendo relevantes, assentam sobretudo num esforço sobre os orçamentos nacionais, daí a importância e necessidade dos instrumentos complementares a nível europeu.

A combinação entre aumento da despesa, diminuição da receita e enorme quebra do Produto Interno Bruto dos Estados irá provocar um aumento significativo do endividamento em praticamente todos os países. Como este processo resulta de uma situação exógena extrema, a Comissão Europeia ativou pela primeira vez a Cláusula Geral de Exceção do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que suspende temporariamente as regras orçamentais. Contudo, e uma vez as economias relançadas, será necessário reequilibrar as contas públicas. Esta crise mostra, aliás, a importância de uma boa gestão orçamental. O Governo português tem hoje mais margem de manobra do que em anos anteriores para acomodar a atual emergência, graças não só ao esforço de redução do défice e da dívida pública operado nos últimos anos, mas também ao relativamente forte crescimento económico; este esforço criou uma margem orçamental que tem sido



Elisa Ferreira com um grupo de colegas da FEP, durante umas férias.

fundamental para enfrentar a crise e na forma relativamente benigna com que os mercados estão a reagir ao grande aumento da despesa pública em resposta à pandemia.

É vital, no entanto, garantir que a uma crise simétrica em todos os países – embora com dimensões distintas, provocada por causas incontroláveis e exógenas – não suceda uma recuperação totalmente assimétrica que acabe por refletir as distintas capacidades orçamentais dos membros da União. A ocorrer tal divergência, os riscos para o mercado interno, para a moeda única e mesmo para a estabilidade política europeia seriam gravíssimos. Assim, espero que seja possível ancorar no orçamento europeu, em particular no próximo quadro financeiro plurianual (2021-2027), um verdadeiro estímulo europeu ao relançamento que promova um crescimento robusto, equilibrado e compatível com as novas exigências de uma economia moderna, verde e digital.

O Primeiro-Ministro português, António Costa, afirmou recentemente ser necessário “dinheiro novo”, ao invés de “reprogramarmos aquilo que já são verbas afetas”, para fazer face aos desafios do recente surto da COVID-19. Concorda com esta visão? Julga que seja necessária a elaboração de um Orçamento Retificativo da União Europeia ou de um Orçamento Suplementar para os próximos anos?

É verdade que uma grande parte da ajuda de emergência que foi possível mobilizar por parte da União Europeia correspondeu à introdução de flexibilidades únicas na utilização dos fundos estruturais atribuídos aos Estados Membros, bem como à disponibilização de liquidez significativa associada à gestão desses fundos (seja por alteração da data de reembolso para 2023, seja por antecipação de adiantamentos). Tenho deixado muito claro que, embora estas medidas se estejam a revelar fundamentais, não se trata de dinheiro novo. Estamos no final de um período de programação financeira de sete anos (2014-2020) em que o orçamento tem muito pouca margem. Mesmo assim, a margem de investimento colocada nas mãos dos Estados Membros permite mobilizar rapidamente 54 mil milhões de euros dos fundos estruturais e de coesão para a totalidade dos 27 Estados Membros.

A reprogramação foi uma ajuda importante nestes primeiros meses da crise, o SURE é uma iniciativa muito relevante. Mas não chega. Primeiro, é preciso que o Conselho da UE e o Parlamento Europeu cheguem rapidamente a um acordo sobre o novo quadro de programação financeira 2021-2027, de modo a que não tenhamos roturas de financiamento entre os dois quadros financeiros. Mas, sobretudo, precisamos de um orçamento plurianual suficientemente robusto e capaz de alavancar soluções financeiras inovadoras para permitir à UE atuar e dar resposta aos anseios e ex-

pectativas dos cidadãos europeus. Não se pode continuar a pedir à União que faça cada vez mais, como tem sido a constante dos últimos anos, para não dizer décadas, e depois recusar-lhe os meios necessários

O Governo português tem hoje mais margem de manobra do que em anos anteriores para acomodar a atual emergência

para atuar.

O orçamento da União Europeia representa pouco mais de 1% do PIB europeu. Para se ter um termo de comparação, o valor de um orçamento médio nacional na UE representa 46% da economia do país. A diferença é abissal. O orçamento europeu é muito pequeno, apesar de, com parte dessas verbas, se ter conseguido gerar um impacto significativo na coesão territorial, na expansão e requalificação das infraestruturas, na criação de centros de investigação, no apoio à competitividade das empresas, etc. Mas trata-se de um orçamento extremamente curto e que não pode continuar a ser reduzido, como alguns países têm reclamado. Ao invés, e se queremos que o relançamento da econo-



Elisa Ferreira na cerimónia de tomada de posse dos novos comissários europeus (13 de janeiro de 2020).
Créditos: Etienne Ansotte / Serviço Audiovisual da Comissão Europeia.

mia europeia se faça de forma equilibrada e duradoura, o orçamento tem mesmo que ser aumentado ou a UE tem que ser dotada da capacidade de aumentar os recursos comuns através de instrumentos inovadores.

Recentemente, temos assistido a um debate bastante aceso relativamente à possibilidade de emissão de títulos de dívida conjunta pelos Estados Membros da UE. Acredita que esta iniciativa constitua um passo em direção a uma maior coesão e solidariedade no seio da União Europeia? Considera que esta medida seja benéfica para a União como um todo, ou receia que o ganho relativo de uns países seja insuficiente face à perda relativa de outros países?

Penso que já não há grandes dúvidas de que a saída da crise económica resultante do coronavírus terá de ser europeia, concertada entre todos os países e assente na solidariedade. Uma lógica de cada país por si não é viável, parece-me que isso é hoje bastante claro. Também me parece consensual que não há uma solução única, uma “bala de prata”, e que a resposta passará sempre por um conjunto de instrumentos. E já temos alguns: o BCE anunciou medidas, o orçamento da UE mobilizou todas as margens disponíveis, a Comissão Europeia criou o instrumento SURE (assente em endividamento partilhado por todos os Estados Membros através do orçamento da União Europeia) para atacar o problema do desemprego, os países do euro decidiram disponibilizar empréstimos do Mecanismo Europeu de Estabilidade em condições favoráveis. Há ainda outras iniciativas em preparação, designadamente uma revisão por parte da Comissão Europeia da proposta de quadro orçamental plurianual para o período 2021-2027, com os Governos a ponderar a criação de um fundo de retoma económica.

O setor financeiro está, sem qualquer dúvida, mais bem preparado para enfrentar uma crise do que há dez anos

Ou seja, todos os mecanismos que possam ajudar os Estados a enfrentar as consequências desta pandemia estão a ser considerados e todas as possibilidades estão em cima da mesa. Debater a criação de um instrumento de reforço da capacidade orçamental europeia capaz de financiar um relançamento articulado faz todo o sentido e está em curso. O mais importante não é a designação (emissão de *eurobonds* ou *coronabonds*), que por vezes suscita sensibilidades acrescidas, mas o propósito e a própria substância. Como referi, a proposta de mecanismo SURE já assenta num endividamento cujas garantias são partilhadas por todos os Estados Membros. Passos estão a ser dados. O essencial é assegurar que a resposta à crise é europeia e que a recuperação económica não é assimétrica, quer entre países quer no interior dos países, para tal sendo necessário um instrumento europeu comum de relançamento, de preferência ancorado no orçamento plurianual europeu. Não poderemos sair desta crise com mais e maiores desequilíbrios, um risco real que estamos a correr. Neste quadro, os mecanismos proporcionados pela política de coesão terão de desempenhar um papel crucial para assegurar que ninguém fique para trás na recuperação económica, mas precisam de ser reforçados para estarem em condições de responder a desafios também maiores.

Numa altura em que diversos bancos anunciaram já retenções de dividendos, de forma a captar maior liquidez, crê que o setor bancário, a nível comunitário, esteja efetivamente preparado para este novo choque exógeno? Há algum Estado Membro cujo setor financeiro mostre sinais mais evidentes de fragilidade face à situação atual?

O setor financeiro está, sem qualquer dúvida, mais bem preparado para enfrentar uma crise do que há dez anos, em grande parte graças ao novo quadro regula-



Créditos: : Patrícia de Melo Moreira / Serviço Audiovisual da Comissão Europeia

mentar europeu adotado em resposta à crise financeira de 2008/2009. Infelizmente, ainda há muito trabalho a fazer, porque a União Bancária não está completa. Falta, antes de mais, a garantia única europeia de depósitos, que constitui um elemento essencial da União Bancária de cujo edifício era, aliás, o terceiro pilar (a par dos mecanismos comuns de supervisão e de resolução bancária, que estão há já vários anos plenamente operacionais). Além disso, algumas das novas regras ainda têm de ser afinadas, nomeadamente à luz da experiência adquirida ao longo destes anos. Mas é verdade que uma grande parte do trabalho já está feito e que o setor está muito mais robusto.

No entanto, temos de ter em conta que não estamos a viver uma crise financeira, como foi o caso da crise de 2008/2009, mas um choque exógeno simultaneamente do lado da oferta e da procura, cujo impacto no setor financeiro é totalmente diferente. Também no setor bancário teremos de evitar que a crise gere situações de assimetria no quadro da União Bancária, quer resultantes das estruturas económicas em que os bancos se inserem, quer resultantes das distintas capacidades dos Estados Membros para apoiarem as instituições bancárias ou as empresas suas clientes.

A suspensão de dividendos não deixa de ser um sinal importante, pois a recuperação económica dependerá muito da capacidade do setor financeiro em apoiar as empresas e as famílias, quer no curto prazo quer na fase de recuperação económica.

O BCE defronta-se, há já vários anos, com uma situação de “zero lower bound”. Num momento em que outros bancos centrais estão a aliar a redução das taxas de juro a medidas não convencionais (como o “Quantitative Easing”), considera que, em comparação, o BCE tem menos instrumentos ao seu dispor para combater o impacto económico e financeiro da crise provocada pela COVID-19?

O BCE tem um mandato muito mais limitado do que a maioria dos bancos centrais das grandes economias mundiais. A sua missão central é o controlo da inflação, quando outros bancos centrais têm também a missão de atuar em favor do crescimento económico e do emprego. Mas o BCE tem conseguido mostrar uma grande capacidade de ação, criando instrumentos que lhe permitem agir quando necessário; e tem, efetivamente, atuado de uma forma decisiva na defesa do euro. No entanto, a política monetária não pode ser deixada sozinha no estímulo à economia; aliás, o anterior presidente do BCE, Mario Draghi, que terminou o mandato há seis meses, apelou inúmeras vezes aos Estados com margem de manobra orçamental para que a utilizassem. Dito isto, o recente anúncio do BCE de um programa de flexibilização quantitativa de 750 mil milhões de euros é extraordinariamente bem-vindo e veio confirmar a continuação da sua disponibilidade para fazer tudo o que for necessário para apoiar

a Zona Euro, dando uma garantia de estabilidade na gestão das dívidas soberanas muitíssimo relevante.

Em meados de março, a Comissão Europeia aprovou o financiamento de dez “projetos verdes” europeus, no valor de 1400 milhões de euros. De entre os dez projetos, destacam-se dois com impactos no nosso país: a alocação de 107 milhões de euros para a modernização do Metro do Porto e de 265 milhões para melhoria da linha de alta velocidade Madrid-Lisboa. Sente que a conjuntura atual possa provocar um retrocesso na decisão? Na sua opinião, seria benéfico que tal acontecesse?

Tal como o Ministro do Planeamento português explicitamente referiu numa entrevista recente, é muito importante que a economia continue a funcionar, onde e sempre que possível, e que os investimentos prossigam. Pelo lado da Comissão Europeia, essa postura é a adequada. Uma vez controlada (dentro do possível) a emergência sanitária, o grande desafio tem que se centrar no relançamento da economia. A possibilidade de avançar desde já com projetos prontos a arrancar, geradores de emprego e capazes de beneficiar de pagamentos acelerados por parte de Bruxelas deve merecer a maior atenção. Acresce que a crise atual não pode fazer esquecer as prioridades que vínhamos prosseguindo. Os grandes desafios que a Europa enfrenta não desapareceram, o objetivo de neutralidade climática em 2050 mantém-se, o mesmo acontecendo com a agenda digital. Estes objetivos continuam a ser centrais ao relançamento económico pós-crise e, nesse contexto, os dois projetos referidos integram-se perfeitamente nesses objetivos europeus. Este desafio ecológico tem que ser visto como uma oportunidade para que a Europa, as suas empresas e os seus trabalhadores desenvolvam um modelo económico de algum modo alternativo e capaz de continuar a assegurar, em novos moldes, a sua competitividade e os elevados níveis de bem-estar a que os cidadãos europeus aspiram. Pode mesmo ser o modelo de crescimento que nos permitirá sair da crise.

Dito isto, enfrentaremos este desafio numa situação muito complexa: i) num contexto geopolítico difícil, em que a ordem internacional gerada no pós-guerra está a ser questionada através de um reposicionamento de aliados tradicionais e da emergência de novos atores e ii) num contexto de rutura tecnológica e correspondente aparecimento de novos mercados e produtos, em que setores que foram a base da prosperidade europeia nos últimos 75 anos poderão tornar-se rapidamente obsoletos. Mas, como disse, estes desafios são também a nossa oportunidade para construir um modelo de desenvolvimento económico alternativo no pleno respeito dos nossos valores, assim como para consolidar o papel da Europa enquanto líder mundial em termos da qualidade do respetivo desenvolvimento económico e da qualidade de vida dos seus cidadãos.

The boundaries of Economical discussion



Opinião

de Nuno Medeiros

The current state of Economics is very intriguing – the so-called Neoclassical Economics (which, however, has nothing to do nor is a 2.0 version of Classic Economics), the dominant and mainstream school of thought, has achieved very little success in predicting and solving economical worldwide crises. The 2008 crash was a clear example of this state of affairs. Super popular movies like “The Big Short”, which depicted (among other things) the short falling of economical predictions, portrayed the ones who saw the ’08 crisis coming as a sort of savant geniuses or extremely lucky people. It seems that there were not any in-between. Even if movies don’t actively contribute to a science-grounded discussion, they, however, give us a glimpse of what the main popular opinion on a particular topic is. The conclusion, in this case, couldn’t be clearer – people are not satisfied with Economics as a Science. Why is that the case?

Economics, as a Science, shouldn’t be normative at all

Nowadays, mainstream higher education involves a set of subjects, like Macro- or Micro- economics, whose underpinned methodology appears as unchallengeable. If you take a closer look, specifically at subjects that entail behaviour modelling (even if in a sort of disguised fashion), you will undoubtedly find the Neoclassical approach – a deductivist and mathematical oriented way of thinking, obsessed with artificial equilibriums that are achieved by representing human behaviour as curves. The term “obsessed” is not being used to distort the reader’s judgment on the topic – any regular student, I’m sure, will confirm this.

Since the Newtonian revolution, mathematics has flooded almost any Science you can think of – the predictive nature of deductivist thinking remains a very interesting feature to many. Newton’s contribute led to a deep understanding of the Laws of Nature. These “Laws” are descriptive and detailed propositions that explain the way natural structures work (the laws of gravity entail the relation of bodies with mass to gravitational forces, which is universal and transfactual; this means that a rock doesn’t have to necessarily be falling for you to know that it is constantly under the force of gravity). Separating these structures from randomized events is the key to truly understand reality. The method of dissecting events and understanding the different structures that are in play is a profound and visceral approach to comprehend the world we live in – it demands that the scientist finds causes to different manifestations of affairs, and finding those causes will eventually lead to the understanding of reality itself.

When it comes to Economics, however, this approach is heavily distorted and tilted towards abstraction. Mainstream models associate events to some “sort” of empirical regularities (“under z conditions, whenever x happens, y follows every time”). This apparently necessary setting has profound effects on the way the individual behaviour is analysed. For a model to mathematically represent behaviour, the behaviour itself needs to be simplified. The degree to which this simplification happens is, however, something to be concerned with. Renowned authors like Tony Lawson (which I’ve intensely drawn upon to write this article) argue that in mainstream economics this process occurs with such in-



Créditos: João Silas / Unsplash

tensity that, in the end, the model isn’t a simplified version of reality – it’s a sort of new reality itself, so far away from actual Human behaviour that it is hard to understand how one could find it useful for any purpose at all. The problem, then, resides in the method Economists choose to use when making Science.

Being for or against Neoclassical economics doesn’t necessarily demand that one is a right- or left-wing supporter

This is where I believe the discussion needs to have well-understood boundaries. When the Neo-classical approach is discussed, one should keep in mind that a truly intelligent and scientific argument is not trying to prove that right-wing or left-wing ideologies are more or less correct – disliking the Neo-classical approach has nothing to do with ideology (Economics, as a Science, shouldn’t be normative at all). With the COVID-19 outbreak, there has been a lot of loose commentaries floating around, especially on social media, regarding the viability of Neoclassical Economics (or, in this case, its lack of). Those commentaries usually come from impulsive and un-grounded thoughts, which at their root constitute a disguised way of criticising the existence of relatively free markets. This, I believe, is not an honest way of discussion. Being for or against Neoclassical economics doesn’t necessarily demand that one is a right- or left-wing supporter. People have the right to express their political preferences in whatever way they choose. However, when they try to deliberately and dishonestly mix it with Science, their opinion no longer is a mere circumstantial stance – it’s a threat.

Albeit having its shortcomings, we must not forget, especially in this ongoing pandemic, that markets play a very important role in our lives. Even if they need reforms and are imperfect, and even if they have failed us, they are still a very powerful tool

for societal and scientific advancements. Modern-day society faces a series of challenges. This has always been the case, and it will continue to be forever on. From environmental issues to wealth inequality and deadly diseases, there’s still a lot to be solved. Nevertheless, regardless of how important those issues are (and they certainly are), their existence must not create the illusion that our capitalistic democracies are fundamentally flawed and useless. That is, in my opinion, a very dangerous (and reflexive of a rather simplistic mind) thought to harvest. The fact that pressing problems exist does not prove anything. The meta-problem (the problem that problems exist) is an elementary part of being Human. Our conscious minds bound us to the threats that challenge our existence, and that is the case in a communist, socialist or capitalist society. We can (and must), however, criticize our actions towards problems. But for that to be accomplished, we must first define the boundaries of scientific discussion. We will always be influenced by our ideologies but, even with that being true, we can, and must, try to refine our contributions.

The meta-problem (the problem that problems exist) is an elementary part of being Human

If the reader endured my writings up to this point, I’m assuming that, firstly, the reader knows how to read, from which I infer that the reader is a Human Being. As such, one would imagine that the reader knows that its actions are often not rational, nor do they have any sort of mathematical foundation to them. In addition, the readers’ actions are intertwined with other people, in a set of events that only happen because those relations exist in the first place. Thus, the reader is not an atomistic agent and does not exist in a state of separation in relation to others. If you find yourself agreeing, you are on the path to question the Neoclassical approach, regardless of what your political stance is.

A ascensão da extrema-direita na Alemanha e na Europa



Rui Pedro Graça

Atualmente assistimos, um pouco por toda a Europa, a um aumento de número de votantes em partidos mais radicais, nomeadamente em partidos de extrema-direita.

“Aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo”. As palavras de George Santayana nunca estiveram tão certas. Passados quase 75 anos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, deparamo-nos com uma Europa que novamente se deixa enfeitiçar pelo discurso demagogo da extrema-direita. Nas eleições federais alemãs de 2017, o partido “Alternativa para a Alemanha” entra no Bundestag e imediatamente se torna a terceira maior força política a nível nacional. As eleições europeias e estatais de 2019 apenas serviram para comprovar a ascensão deste partido, conquistando 11 deputados no Parlamento Europeu e



Créditos: Times / Wikimedia Commons

estabelecendo-se como o segundo maior partido em 3 estados.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os partidos de extrema-direita foram marginalizados e os seus princípios desacreditados devido à derrota das forças do Eixo. Assim, nos anos após o conflito, o seu principal objetivo prendeu-se com a sobrevivência e adaptação às circunstâncias. Atualmente, estes partidos são caracterizados pelo populismo, pela exaltação dos valores e símbolos nacionais, por uma profunda desconfiança face ao poder político, numa mentalidade de “nós-contra-eles”, por um discurso anti-imigração e por uma clara rejeição das diretrizes de toda e qualquer instituição transnacional.

Após ter conquistado 12,6% do eleitorado, o AFD conta atualmente com 91 deputados no Bundestag

Tendo em conta a história alemã, como é que foi possível este ressurgimento da direita radical? A resposta prende-se em grande parte com a crise migratória iniciada em 2015. Nesse mesmo ano, a Chanceler Angela Merkel defendeu uma política “fronteiras abertas”. Tal culminou no facto de a Alemanha aceitar mais de um milhão de refugiados provenientes de sua grande maioria de países islâmicos. Esta situação resultou numa considerável fricção com a população alemã, juntando a isto a ocorrência de ataques terroristas originados por grupos fundamentalistas, que apenas



Créditos: Blu News / Wikimedia Commons

serviu para inflamar a base de apoio de um partido que se identifica cada vez mais com a Frente Nacional de Marine Le Pen.

No resto do Velho Mundo, a situação não é muito diferente. Em Espanha, os nacionalistas do VOX são a terceira maior força política do país. Em Itália, a frágil coligação entre os sociais-democratas do Partido Democrático e o partido antissistema Movimento 5 Estrelas são a única barreira que impede a conquista do poder por parte de Matteo Salvini.

As principais razões para este “shift” na política europeia prendem-se com o constante defraudar de expectativas do eleitorado, assim como uma lentidão na implementação de reformas. Os partidos “moderados” são considerados incapazes de enfrentar os desafios do século XXI, como o aumento da iniquidade, os movimentos migratórios e a perda de poder dos Estados-Nação para organismos supranacionais.

O destino da Europa será ditado nos subsequentes anos. Seremos capazes de reformar e defender a União Europeia? Ou repetiremos a história dos anos 30 do século XX?

A eutanásia em Portugal

O tema da eutanásia não é novo no debate público em Portugal. O debate na sociedade civil começou no século passado.



Joaquim Couto

Passaram já 25 anos desde o primeiro parecer do Conselho Nacional de Ética para as ciências da vida. Apesar do parecer, apenas em 2015 o tema transitou da sociedade civil para o parlamento, através da entrega de uma petição na Assembleia da República por parte do movimento “Direito a morrer com dignidade”, fundado nesse mesmo ano. Da primeira vez que foi votado, em 2018, não mereceu a aprovação dos deputados, mas, em 2020, os cinco projetos apresentados (PS, IL, BE, PAN, PEV) foram todos aprovados.

Fazendo uma análise aos projetos apresentados e aprovados pelos deputados, verifica-se que, como ponto de partida, todos pretendem despenalizar a eutanásia e o suicídio assistido.

Quanto aos requisitos para requerer a eutanásia, os projetos comungam da ideia de que o requerente deve ser maior de idade, português ou residente em Portugal, não ser portador de problemas de foro mental e estar em situação de sofrimento extremo provocado por uma lesão ou doença fatal. É de salientar que o projeto do PAN não faz referência à fatalidade da doença ou lesão. Ficam assim excluídos da possibilidade de recorrer à eutanásia os menores e os portadores de doenças mentais. É também importante referir que o pedido é feito pelo doente através de um documento escrito.

Feito o pedido por parte do doente, é necessário avaliá-lo. Os partidos que apoiam a despenalização

da eutanásia não são consensuais neste ponto. O PAN exige a presença de três médicos na avaliação: o médico responsável, escolhido pelo doente, um especialista na patologia que o afeta e um psiquiatra. PS, BE e IL concordam nos dois primeiros, mas defendem que o psiquiatra só deve ser chamado a avaliar em caso de dúvida sobre a saúde mental do doente. O PEV, por seu lado, propõe apenas dois médicos: o “titular” e o psiquiatra. Todos os partidos defendem também a criação de uma comissão técnica que avalie todo o processo.

É importante perceber quem poderá praticar a eutanásia

Tendo o doente pedido para ser eutanasiado e tendo a sua vontade sido atendida, é importante perceber quem poderá praticar a eutanásia. Neste ponto, temos uma divergência nos projetos aprovados. PS, PAN e BE defendem que médicos ou enfermeiros, sob supervisão médica, podem eutanasiar os doentes. Por sua vez, a IL e o PEV defendem que apenas os médicos devem fazê-lo.

Quanto ao local onde pode ser praticada, o PEV propõe a realização da eutanásia apenas em hospitais do SNS. Já PS, BE, IL e PAN defendem que esta prática deve ser alargada aos hospitais privados. Preveem ainda a possibilidade de o doente ser eutanasiado em casa ou noutro local por ele indicado, desde que o mé-



Créditos: Anna Shvets / Pexel

dico considere estarem reunidas condições para tal.

Os projetos de lei aprovados em plenário são unânimes em reconhecer ao doente a possibilidade de revogar a sua decisão e em permitir ao doente que escolha as pessoas que estarão presentes no momento da antecipação da sua morte.

Em suma, os projetos de lei foram aprovados numa primeira votação em plenário na AR. Agora, seguir-se-á uma nova fase, a da discussão na especialidade. Veremos se os partidos em causa conseguirão chegar a uma versão conjunta das suas propostas.

Uma questão de liberdade e respeito



Opinião
de João Tavares

Depois de a morte medicamente assistida (ou eutanásia) ter sido despenalizada em alguns países, o debate acerca da criação de um regime legal que permita a sua realização estendeu-se ao nosso país, onde a prática ainda é considerada crime.

Após uma vitória do “não” em 2018, quando o tema foi votado pela primeira vez no Parlamento, o debate voltou a acender-se nos últimos meses. Levado novamente a votação em fevereiro, as cinco propostas de descriminalização da eutanásia foram aprovadas na generalidade, seguindo para discussão na especialidade.

Este tema revelou-se fraturante na sociedade portuguesa, tendo apoiantes e opositores assumido posições vincadas com argumentos interessantes.

Um dos argumentos que mais têm sido utilizados pelos opositores é o argumento, baseado em crenças éticas ou religiosas, de que a vida humana é “sagrada e inviolável”, e de que a dignidade é intrínseca à morte natural. Eu acredito que esta é, acima de tudo, uma questão de escolha, assente na liberdade individual daqueles que se encontram em profundo sofrimento. Trata-se de um último direito, uma última liberdade – escolher morrer “de acordo com os critérios de dignidade que cada um construiu ao longo da vida”, ao invés de acabar num “sofrimento inútil e sem sentido, imposto em nome de convicções alheias” (como escreve o “Movimento

Direito a Morrer com Dignidade”). Negar-se esta vontade a quem, em plena consciência e de forma justificada, decide que a sua vida deve terminar porque esta consiste num sofrimento terrível e sem fim, é, a meu ver, uma falta de respeito.

Outro dos argumentos frequentemente invocados pelos opositores da eutanásia defende o investimento no alargamento e na melhoria da rede de cuidados paliativos como alternativa à eutanásia. Acreditam que esta é a solução para atenuar o sofrimento a doentes terminais, assegurando-lhes uma

Há sofrimentos aos quais só a morte consegue pôr fim

morte mais pacífica e digna. Este é um argumento claramente utópico, por duas razões. Por um lado, porque assume que todo o sofrimento pode ser atenuado – na realidade, há sofrimentos aos quais só a morte consegue pôr fim. Por outro lado, porque parte do pressuposto simplista (e, tanto quanto sei, errado) que um maior investimento na rede de cuidados de saúde se traduzirá numa maior qualidade de vida para os doentes terminais. Enfim, não é “atirando mais dinheiro ao problema” que a dor física e psicológica dos doentes terminais se esvai.

Por fim, outro dos argumentos que tem sido invocado por aqueles que são contra a descriminalização da morte medicamente assistida prende-se com a questão de esta prática constituir uma violação ao Juramento de Hipócrates, um juramento professado por todos os médicos aquando do fim



Créditos: Darko Stojanovic / Pixabay

da sua formação. Apesar de não constituir uma solução perfeita, nomeadamente por eventuais pressões profissionais, é importante frisar que os cinco projetos aprovados preveem a hipótese de objeção de consciência pelos profissionais de saúde.

Em suma, são diversos os argumentos a favor e contra a morte medicamente assistida, havendo múltiplos argumentos válidos para ambas as posições. Mais do que convencer-vos a seguir a minha opinião, pretendo contribuir de forma positiva para a discussão sobre o tema, que deve ser sempre feita de uma forma informada e com respeito.

Eutanásia – um olhar sobre a dignidade e o exemplo



Opinião
de Tiago Martinez

Nunca é fácil abordar o tema da eutanásia. Passível de inúmeras abordagens, é um tema que exige um discurso cuidado e uma ida ao cerne de questões que, noutro contexto, consideraríamos levianas ou indignas de atenção. Uma delas, tendencialmente ignorada ou vaga e mal utilizada, é a alusão ao conceito de dignidade.

A palavra dignidade provém do latim “dignitas”, que significa valor, pelo que se pode começar a ter uma ideia do que ser a dignidade. Há que ir mais a fundo, às obras dos grandes filósofos sobre o tema.

A primeira delas, datada de 1486, foi escrita por Pico della Mirandola. Na sua única obra publicada, este aponta a dignidade como o que distingue os homens dos demais seres, o que os aproxima de Deus. Essa dignidade assenta no facto de só o ser humano se conseguir alterar a partir do livre-arbítrio, enquanto todas as outras alterações na natureza se deviam a uma força externa. Nesse aproximar, Pico defende que só Deus tem ou devia ter, por esta associação de ideias, influência no que é externo ao Homem, nomeadamente a morte.

Temos também o exemplo de Kant, que também abordou o tema da dignidade, mas em pouco divergiu de Pico, somente na relativização do conceito dignidade, alegando ser mutável em muitas questões.

Assim, há que olhar para a atualidade, para o que é e não é chamado de dignidade e para o exemplo, ou seja, o que se tem verificado em casos concretos, de

modo a termos um mais completo entendimento desta questão.

Primeiramente, devemos olhar para o que dizem os centros de bioética sobre a questão. Em 2008, o presidente do concelho de bioética dos EUA, numa carta endereçada a George W. Bush, afirmou que “não há consenso universal acerca do significado do termo “dignidade humana”. Com isto, há que retirar a conclusão de que não houve nem há ainda consenso sobre tudo o que engloba o termo dignidade, a que se pode ou não referir e que, como consequência, não é um termo que se possa usar de um modo tão recorrente e potencialmente descuidado como tem vindo a ser.

Há que olhar para a atualidade, para o que é e não é chamado de dignidade e para o exemplo [...] de modo a termos um mais completo entendimento desta questão.

Deste modo, será importante ver o que é claro, indiscutível e o que tem vindo a ser a experiência do debate da eutanásia e até, nalguns casos, da implementação.

Os mesmos médicos que hoje são aplaudidos devem ser ouvidos. Representados pela Associação Médica Mundial, esta afirmou, em 2005, e continua a afirmar que “a morte medicamente assistida, ou eutanásia, é antiético e deve ser condenada pela profissão



Créditos: Lolame / Pixabay

médica”. Para além disso, é representado por 49% dos médicos a posição “contra”, e a defensora da eutanásia por 39%.

Ainda assim, um grande argumento a que os adjuvantes da eutanásia recorrem é o de este ato médico se aplicaria a uma minoria e que, assim, não há que temer pelos que não querem. O caso da Holanda é um caso muito debatido, mas em simultâneo fortemente abafado pelos meios de comunicação e pelos defensores da eutanásia. Este exemplo mostra-nos o contrário e como a legalização inicial faz a situação progredir para proporções assustadoras. Esta chegou ao ponto em que se começou a debater a legalização de um comprimido que permite a morte, acessível a partir de uma certa idade.

A exceção muitas vezes faz a regra e, por vezes, há que ir para além da pesquisa elementar ou parcial. Esta questão é o exemplo primário dessa necessidade.

Foreign Exchange

Behind the trend



April saw the EUR/USD pair quite volatile, with the euro benefiting from positive consumer sentiments and efforts to counter de crisis and the dollar served by safe-haven demand.

Fundamental analysis

The Euro/USD pair began April with a bearish trend amid increasing safe-heaven demand for the dollar. On the 5th, the dollar lost traction as investor risk sentiment improved. Finally, a trend reversal took place, as the Fed announced plans to pump an additional \$2.3 trillion of stimulus into the U.S. economy. As hopes for a COVID-19 treatment surfaced, the dollar continued depreciating against the euro. Yet, as oil shook the economy, the dollar benefited once again. Over the last 10 years the U.S. has generated around 23 million jobs, but, since the beginning of the crisis, 22 million U.S. citizens have applied for unemployment benefits. On April 30th, the Fed once again announced the expansion of the government-created financing project to support the economy.

Headline of the month: Covid-19: Fighting a Global Threat

So far there have been over 3 million infected world-wide and more than 200 thousand deaths. Global cooperation among governments, international organizations

and the business community are all focused in “flattening the curve” (World Economic Forum). But slowing the infection rate also means slowing economic activity.

U.S. GDP already fell 4.8% this quarter and forecasts for the next one are not looking any better. In addition, consumer spending plunged 7.5% in March and measures of consumer sentiment have been falling rashly (CNBC). In response, federal fund rates are expected to stay near zero until the economy starts to show signs of maximum employment and price stability goals. The Fed has also been purchasing large amounts of Treasury and agency MBS as needed, aiming to preserve smooth market functioning as investors rush for liquidity; is undertaking programs that serve as a backstop to key credit markets; and is supporting businesses, communities and families in need (Transcript).

In Europe, the spread has finally slowed down to more manageable rates. On April 9th, Euro zone finance ministers sealed a coronavirus stimulus check of 540 billion euros, with 240 billion euros directed to emergency cheap credit. The EU combined fiscal response is now at 3.39 trillion euros, the largest in the world (CNBC).

EUR/USD (1st Apr to 30th Apr)



Calendar

- May 15th Retail Sales m/m
- May 19th German ZEW Economic Sentiment
- May 20th FOMC Meeting minutes
- May 28th ECB Monetary Policy Meeting Accounts
- June 1st ISM Manufacturing PMI
- June 4th EUR Monetary Policy Statement
- June 5th USD Unemployment Rate
- June 9th OPEC Meetings
- June 10th FOMC Statement
- June 12th G7 Meetings
- June 16th German ZEW Economic Sentiment
- June 23rd French Flash Services PMI

This is an excerpt from the FEP Finance Club's February FX Monthly Report. Consider reading the full report by scanning the QR Code and subscribe accessing eepurl.com/bhFcVD.

Disclaimer: Both the report and this excerpt has been prepared by FEP Finance Club for informational and marketing purposes only. The information and opinions contained herein have been compiled or arrived at from sources believed reliable and have been reviewed by members of both FEP Finance Club and FINK Group. This information should not be interpreted as a “call to action”. For more information and a more thorough legal disclaimer, please consider reading the full report.



Uma breve retrospectiva do Festival Eurovisão da Canção

O Festival Eurovisão da Canção é já um ícone cultural do Velho Continente. Ao longo de 65 anos, a sua história ajustou-se à história europeia e, a cada edição, traz novidades para proporcionar às famílias o melhor do entretenimento.



Inês Sá

O Festival Eurovisão da Canção teve a sua primeira edição no ano de 1956, na Suíça. Contando já com 64 edições e anos de história, este concurso foi originalmente criado com a intenção de unir os países europeus. Na sua estreia, o concurso contou com a participação de apenas 7 países. Contudo, este número teve um crescimento generalizado ao longo dos anos, chegando já a ultrapassar a marca de 40 participantes nas últimas edições.

Cruzando décadas, a história do Festival Eurovisão da Canção funde-se com a história da própria Europa e adapta-se aos desenvolvimentos políticos e culturais. Um ótimo exemplo deste acompanhamento passa pela integração dos países resultantes da partição da Jugoslávia após uma série de guerras civis. Em 1961, a Jugoslávia fez então a sua estreia no Festival Eurovisão da Canção e, após a sua desintegração, alguns dos países daí resultantes participaram no Festival: Croácia, Bósnia-Herzegovina e Eslovénia iniciaram a sua jornada eurovisiva em 1992, Macedónia do Norte estreou-se em 1998 assim como Sérvia e Montenegro, em 2004.

No total, já subiram ao palco eurovisivo 52 países provenientes de 4 continentes diferentes. Isto porque o concurso está aberto a todos os países cujas televisões

nacionais são membros ou associados da União Europeia de Radiodifusão. Deste modo, países como a Turquia ou Marrocos já tiveram participações no concurso, assim como a Austrália, que é convidada a participar desde 2015. De entre todos os participantes, já se sagraram vencedores vinte e seis países. Entre eles, encontra-se o nosso Portugal.

Apesar de termos apenas uma vitória, conquistada em 2017 com a brilhante interpretação de “Amar pelos Dois” por Salvador Sobral, a história eurovisiva do nosso país remonta a tempos antigos. Na realidade, a primeira participação portuguesa deu-se em 1964, quando António Calvário nos representou em Copenhaga com a canção “Oração”. Importa ainda destacar o número de participações do país no festival: por cinquenta e uma edições Portugal subiu ao palco eurovisivo. Contudo, nunca foi particularmente bem-sucedido e prova disso é o facto de, até 2017, apenas 9 canções portuguesas terem alcançado um lugar no top 10 das respetivas edições. Ainda que mal-sucedidas internacionalmente, muitas das músicas que representaram o país além-fronteiras tornaram-se símbolos nacionais. Talvez o melhor exemplo disso seja mesmo a música “E depois do adeus”, interpretada por Paulo de Carvalho, em 1974, que, apesar de nos conduzir ao final da tabela eurovisiva, nos deu a chave para a liberdade. Esta é a única canção da história da Eurovisão que, de facto, iniciou uma revolução. A 25 de abril do mesmo



Créditos: Wouter van Vliet / EuroVisionary

ano, esta foi usada como senha para o começo das operações militares da Revolução dos Cravos, que pôs fim à ditadura no país.

Este ano, assinalar-se-ia a 65.ª edição do certame. Contudo, foi anunciado o seu cancelamento devido à pandemia de COVID-19. Pela primeira vez desde a sua estreia, o evento anual não será realizado. No entanto, em 2021, o Festival Eurovisão da Canção estará de volta e promete espalhar música e alegria por toda a Europa.

Agenda cultural

Podcast

Economicamente falando

🌐 Português
📻 Spotify, SoundCloud e iTunes

“Economicamente diferente. Economicamente desconstruído. Economicamente único.” Este é o slogan deste podcast criado por Caetano Xavier, um aluno da Nova SBE. Reúne entrevistas a entidades das mais diversas áreas. Este podcast inclui ainda a rubrica “Não se dá na escola” onde são descomplicados alguns conceitos económicos.



Podcast

Porto por Ponto

🌐 Português
📻 Spotify, porponto.org

Conduzido por Hélder Sousa, “Porto por Ponto” é transmitido na Rádio Manobra. Aqui, semanalmente, Ana Carolina, Jorge Garcia Pereira, Luís de Sousa e Miguel Januário conversam sobre a cidade do Porto, dos pequenos aos grandes assuntos.



Podcast

Expresso – A Beleza das Pequenas Coisas

🌐 Português
📻 Spotify, iTunes e SoundCloud

O jornal Expresso reúne à conversa personalidades dos mais diversos quadrantes da sociedade portuguesa, das artes à política, sob a moderação de Bernardo Mendonça. Aqui, contam-se histórias maiores que a vida.

Podcast

The Ikonn

🌐 Inglês
📻 Spotify, Apple Podcasts, TuneIn, Stitcher e Overcast

Mimi e Alex Ikonn, empreendedores e criadores do “Five Minute Journal” e “Productivity Planner”, prometem inspirar todos os ouvintes ao criarem e a viverem uma vida de sonho, numa narrativa intimista sobre a sua própria experiência, abordando temas como o empreendedorismo, relações humanas, espiritualidade, saúde e muito mais. Contam, ainda, com a presença de convidados muito especiais.



Documentário

O Meu Sangue

🌐 Português
📻 RTP Play
🕒 Todos, 2019, 3 episódios, 12’/ep.

“É o único sangue que nós deitamos que não é fruto de doença, nem de violência; é um sangue que nos diz se estamos saudáveis ou não; que nos permite, eventualmente, conceber uma vida ou não”. O Meu Sangue procura desmistificar a realidade sobre menstruação, uma realidade que ainda é para muitos um tabu, ou algo repugnante.



Série

1986

🌐 Português
📻 RTP Play
🕒 12AP, 2018, 13 episódios, 43’/ep.

A realidade político-social vivida em 1986, ano em que Portugal aderiu à CEE e da intensidade da segunda volta das eleições presidenciais, disputada entre Mário Soares e Freitas do Amaral, é o pano de fundo da série. Serve como fio condutor do argumento o dia a dia dos jovens portugueses, estando também patentes referências cinematográficas, musicais e até de produtos alimentares altamente consumidos na época.



Série

Conta-me como foi

🌐 Português
📻 RTP Play
🕒 Todos, 2007–2011 (T. 1–5), 2019 (T. 6)

Inspirada na série espanhola “Cuéntame cómo pasó”, acompanha o quotidiano de uma família da classe média, os Lopes. É pela voz adulta de Carlos, um dos membros da família, que nos são contadas as peripécias da série, enquadrada no panorama económico, social e político dos anos 60 e 80, em Portugal. Temas como a emancipação da mulher, o racismo, a prostituição e a homossexualidade não são esquecidos.



Série

The Blacklist

🌐 Inglês
📻 Netflix, AXN
🕒 Policial, 2013, 7 temporadas, 43’/ep.

Um dia, o número 1 na lista dos mais procurados do FBI decide entregar-se. É Raymond Reddington e quer apenas um acordo, dispondo-se a dar o nome dos criminosos mais perigosos do mundo, criminosos que as autoridades nem sabem existir, em troca de imunidade. Mas Reddington tem uma condição: falará apenas com Elizabeth Keen, uma novata que ainda ninguém conhece.



Série

Downton Abbey

🌐 Inglês
📻 Netflix, Amazon Prime Video
🕒 Drama/Romance, 12AP, 2010, 6 temporadas, 58’/ep.

A história dos Crawley, uma família da aristocracia britânica do século XX, assim como a dos seus criados, é o pano de fundo de Downton Abbey, a “casa” de campo e a herança da família, que dá nome à mítica série.



Livro

O Homem de Constantinopla e Um Milionário em Lisboa

📖 José Rodrigues dos Santos
🕒 Bibliografia/Romance

José Rodrigues dos Santos é um reputado jornalista e um dos melhores escritores contemporâneos portugueses. Conta-nos em dois volumes a história ficcionada do homem mais rico do século XX, Calouste Gulbenkian. A vida do “homem do petróleo” é enquadrada nos acontecimentos que marcaram o mundo, como as duas Grandes Guerras, as perseguições aos cristãos arménios e até uma amostra da ditadura portuguesa, mas sobretudo, sobre os meandros do mundo do “ouro negro”.



Livro/Série

A Verdade sobre o Caso Harry Quebert

📖 Joël Dicker
🌐 Inglês (série)
📻 AMC
🕒 Crime/Drama, 12AP, 2012 (livro), 2018 (série), 10 episódios, 55’/ep.

O homicídio de Nola Kellergan, uma jovem de 15 anos, querida por todos, interrompe o habitual sossego de uma pequena vila de Nova Inglaterra. O alvoroço aumenta quando o corpo da rapariga é encontrado no jardim da lenda local, o famoso escritor Harry Quebert. Será que Harry Quebert matou Nola Kellergan? Que motivos teria? É o que o amigo e mentorado do escritor, Marcus Goldman, vai tentar descobrir.

Livro/Filme

Mulherzinhas

📖 Louisa May Alcott
🌐 Inglês (filme)
🕒 Romance, M/12, 1868 (livro), 2019 (filme), 135’

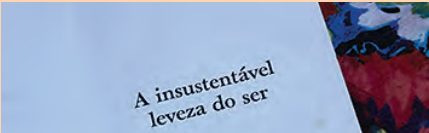
Cada uma com os seus talentos, as irmãs Meg, Jo, Beth e Amy lutam contra os problemas económicos que a família enfrenta e tentam encontrar o seu lugar num mundo e num tempo onde as mulheres ainda são vistas como ornamentos e donas de casa. Será certamente proveitoso comparar esta clássica obra com o recém-estreado filme nas salas de cinema, vencedor de um Óscar, ou até com a versão cinematográfica de 1994.

Livro/Filme

A Insustentável Leveza do Ser

📖 Milan Kundera
🌐 Inglês (filme)
🕒 Drama/Romance, M/16, 1984 (livro), 1988 (filme), 171’

Provavelmente um dos romances míticos do século XX, “A Insustentável Leveza do Ser” altera a forma como toda uma geração olha o mundo que a rodeia. Reunindo reflexões soberbas, lugares geograficamente longínquos e uma variedade de estilos, o romance de Milan Kundera é, sem margem para dúvidas, uma referência na literatura mundial.



Filme

Que Mal Fiz Eu a Deus

🌐 Francês
📻 HBO
🕒 Comédia, M/12, 2014, 97’

Um casal católico e conservador, Claude e Marie, deseja que as suas quatro filhas casem com homens que se encaixem nos seus parâmetros. No entanto, as três mais velhas são casadas, respetivamente, com um argelino, um judeu e um chinês, depositando, assim, a sua esperan-

ça na filha mais nova. Esta comédia promete uma experiência multicultural inesquecível.



Filme

Uma Luta Desigual

🌐 Inglês
🕒 Bibliografia/Drama, M/12, 2018, 120’
Ruth Bader Ginsburg, a segunda juíza mulher do Supremo Tribunal dos EUA, teve de percorrer um longo caminho para alcançar este posto, apenas pelo simples facto de ser mulher. Esposa, mãe, dona de casa e advogada, Ruth, juntamente com o seu marido, também advogado, Martin, defenderam uma série de casos que alteraram para sempre a forma como os tribunais e os Estados Unidos encaravam a discriminação.



Filme

A Hora Mais Negra

🌐 Inglês
🕒 Biografia/Drama/História, M/12, 2017, 125’

Vencedor de dois Óscares (Melhor Ator Principal e Melhor Caracterização), o filme retrata os bastidores de Winston Churchill quando assume a liderança do governo britânico em plena Segunda Guerra Mundial. Gary Oldman interpreta o papel do estadista que lutou pela liberdade e independência do seu povo.



Concerto online

Concerto do dia – ECHO

📖 info.casadamusica.com/concerto-do-dia-echo

A European Concert Hall Organization (ECHO), pela Casa da Música, pertencente à rede, transmite, diariamente, um dos concertos gravados numa das salas que a integram. É uma oportunidade para ouvir as mais célebres obras, interpretadas por agrupamentos musicais de excelência.



Teatro online

D. Maria II em Casa

📖 Sextas e sábados, 21h
📖 tndm.pt/pt/calendario/d-maria-ii-em-casa
O Teatro Nacional D. Maria II disponibiliza semanalmente dois espetáculos online, de entre as dezenas de produções e coproduções que subiram ao mítico palco nos últimos anos. Pode ainda ver em qualquer altura, uma vez que ficam disponíveis na página.





Em breve, nascerá um
novo universo da FINK!

Segue-nos aqui



FINKFEP



FEPIANOJORNAL



ISSUU.COM/FEPIANO